



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Fábio Souza Vasconcellos

Disputas de Imagens no Escândalo Político:
Os enquadramentos midiáticos do *Jornal Nacional* e do presidente Lula na crise de 2005

Rio de Janeiro

2007

Fábio Souza Vasconcellos

**Disputas de Imagens no Escândalo Político -
Os enquadramentos midiáticos do *Jornal Nacional* e do
presidente Lula na crise de 2005**

Dissertação apresentada para obtenção do título
de mestre ao Programa de Pós-Graduação em
Comunicação da Universidade do Estado do
Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof. Dra. Alessandra Aldé

Rio de Janeiro

2007

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ /REDE SIRIUS / CEH/A

V 331 Vasconcellos, Fabio Souza.
Disputas de imagens no escândalo político : os enquadramentos midiáticos do Jornal Nacional e do presidente Lula na crise de 2005 / Fábio Souza Vasconcellos - 2007.
123 f.

Orientadora: Alessandra Aldé.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Comunicação Social.

1. Jornalismo – Aspectos políticos - Brasil – Teses. 2. Comunicação na política – Teses. 3. Democracia – Brasil - Teses I. Aldé, Alessandra. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social. III. Título.

CDU 070:32(81)

Fábio Souza Vasconcellos

Disputas de Imagens no Escândalo Político -
Os enquadramentos midiáticos do *Jornal Nacional* e do presidente Lula na crise de 2005

Dissertação apresentada como requisito a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em _____

Banca examinadora:

Prof^ª. Dra. Alessandra Aldé (Orientadora)
Faculdade de Comunicação Social da UERJ

Prof. Dr. Afonso de Albuquerque
Instituto de Artes e Comunicação Social da UFF

Prof. Dr. Marcus Figueiredo
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ

Rio de Janeiro

2007

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais pela confiança, às minhas irmãs pelo apoio incondicional. Aos professores, João Maia, que desde o início da minha vida acadêmica foi um grande incentivador, e Alessandra Aldé, pela paciência, colaboração e ajuda. E, por fim, minha companheira, Fernanda Pontes, pela compreensão dos dias e meses da minha ausência.

RESUMO

VASCONCELLOS, Fábio. *Disputas de imagens no escândalo político: os enquadramentos midiáticos do Jornal Nacional e do presidente Lula na crise de 2005*. 2007. 123f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

A atuação da imprensa no escândalo político de 2005 é o ponto de partida deste estudo. A quebra de expectativa ética no campo político – a denúncia de que integrantes do PT e do governo compravam votos de parlamentares – representou para a mídia um acontecimento de grande importância noticiosa. Investida da sua missão de fiscalizar a atividade política e evidenciando o aspecto moral do caso, a imprensa enfatizou o seu espaço de poder, na medida em que fez do evento um problema com ampla visibilidade pública. Esse tipo de comportamento colaborou para acirrar o que chamamos de uma disputa pela construção de imagens. Com o escândalo, atores políticos procuraram participar da arena midiática, oferecendo entendimentos para o caso. Para uma análise mais sistemática da construção de imagens, adotamos o conceito de agendamento e enquadramento midiático. Num primeiro momento, buscamos identificar o grau de importância que o escândalo do “mensalão” teve na imprensa e, em seguida, os tipos de perspectivas interpretativas adotadas. Focamos o estudo nas reportagens do *Jornal Nacional* da *Tv Globo*, na sua tarefa de cobrir o evento, e nos discursos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que procurou se contrapor ou até mesmo sustentar alguns entendimentos públicos do caso. Os resultados demonstram que o *JN* utilizou predominantemente enquadramentos de responsabilização, com seu forte aspecto moral, enquanto Lula procurou reforçar a perspectiva quanto ao seu comportamento ético. As matérias do *JN* sobre o presidente enfatizaram, na maioria das vezes, as características pessoais de Lula como autoridade política.

Palavras-chave: Jornalismo político, Poder, Escândalo, Democracia e Construção de imagem

ABSTRACT

The starting point of this study is the roll played by the press in the 2005 political scandal. The breach of an ethical expectation in the political field _ the denouncement that PT and government members had been buying votes from the parliament _ resulted in an event of great importance for the media. Taking its mission of supervising the political activity, and bringing to light the moral aspect of the case, the press enhanced its field of influence, while turning the event into an issue of wide visibility to the public. Such behavior contributed to deepen what we call a dispute for the image construction. With the scandal, political actors pursued to participate in the mediatic field, coming up with understandings of the case. For a more systematic analysis of the image construction, we have adopted the concepts of agenda-setting and media framing. At first, we aimed at identifying what degree of importance the "mensalão" scandal had in the press and, thereafter, what types of interpretative perspectives were adopted. We focused the study on the reports of *TV Globo's Jornal Nacional*, in its task of covering the event, and on president Luiz Inácio Lula da Silva's speeches, in which he attempted to oppose or even sustain some public understandings of the case. The results demonstrate that *JN* used mainly responsibility framings, with its strong moral aspect, while Lula sought to reinforce the perspective of his ethical behavior. *JN's* reports on the president emphasized, most of the time, Lula's personal characteristics as a political authority.

Key words: Political journalism, Power, Scandal, Democracy and Image Construction.

Lista de Ilustrações

GRÁFICOS

1. Número de matérias do <i>Jornal Nacional (JN)</i> sobre a crise de 2005.....	35
2. Percentual médio de matérias do <i>JN</i> sobre a crise.....	36
3. Número de discursos e programas de rádio do presidente Lula.....	91
4. Distribuição dos enquadramentos dos discursos de Lula.....	101
5. Proporção do enquadramento personalista de Lula.....	102

FIGURAS

1. Doc-Art.....	51
2. Doc-Mat.....	51
3. Doc-Doc.....	51

TABELAS

1. Relação das matérias do <i>JN</i> analisadas nas cinco semanas do escândalo do "mensalão" e os enquadramentos identificados.....	52
2. Relação das matérias sobre o presidente Lula nas cinco semanas analisadas e os enquadramentos identificados.....	76

Sumário

Lista de Ilustrações	10
Introdução	11
1 - O escândalo e a legitimação do poder da imprensa na construção de imagens	14
1.1 – A mídia e o seu papel como instituição política	19
1.2 – A produção noticiosa do escândalo	22
2 - Estabelecendo problemas, definindo entendimentos	27
2.1 – O <i>agenda-setting</i>	27
2.2 – O agendamento do caso do “mensalão”	31
2.3 – O enquadramento midiático	38
2.4 – Metodologia	45
3 - Os enquadramentos do “mensalão” no <i>Jornal Nacional</i>	48
3.1 – As perspectivas noticiosas	53
3.2 – As perspectivas interpretativas	57
4 - Os enquadramentos de Lula no <i>JN</i>	74
5 - Estratégias midiáticas do presidente e personalismo	84
6 - As estratégias midiáticas de Lula	91
6.1 – Lula e o enquadramento de Lula	94
6.2 – A distribuição proporcional dos enquadramentos de Lula	100
Conclusão	103
Bibliografia	106

Anexos

Introdução

Durante o ano de 2005 e parte de 2006, o país presenciou um dos escândalos políticos mais marcantes desde a queda do presidente Fernando Collor de Melo, em 1992. Diariamente, os telejornais trouxeram uma série de reportagens que apontavam o envolvimento de dirigentes do Partido dos Trabalhadores, empresas privadas e integrantes do governo num esquema de corrupção – o chamado “mensalão”. No total, aproximadamente 40 pessoas foram afastadas de cargos no governo e de partidos. A crise começou a partir da revelação de um vídeo, em que um chefe de departamento de compras dos Correios foi flagrado recebendo propina de empresários. A partir daí, o caso avançou com a denúncia da compra de votos e a intensificação de uma pergunta que circulava implicitamente nas principais colunas de jornais: “Lula sabia?”¹.

A importância que o caso ganhou no noticiário evidenciou uma outra dimensão daquele acontecimento. A crise de 2005 foi também uma disputa simbólica pela construção de imagens envolvendo atores políticos e mídia. Esteve em jogo a produção de uma percepção pública sobre o evento e seus responsáveis. A proposta deste estudo é analisar essa disputa. Para isso, trabalhamos com o pressuposto inicial de que a participação da imprensa, ampliando a visibilidade do caso, acirrou a corrida dos atores para ocupar o espaço midiático, fornecendo avaliações, recomendações e, nesse sentido, contribuindo para a constituição de imagens.

A hipótese, portanto, é de que a quebra de expectativa de comportamento ético no campo político foi para a imprensa um acontecimento com forte apelo de veiculação. Pode-se dizer, nesse sentido, que o aspecto moral do evento serviu como um dos elementos-chave do critério de notícia. Desse modo, é possível afirmar que a atuação da mídia, enfatizando a moralidade da atividade política, contribuiu para ampliar o seu poder de visibilidade, na medida em que buscou atrair a atenção tanto de quem, para sobreviver politicamente, depende de patrimônio ético, quanto dos eleitores, agora surpreendidos diariamente com novas e inesperadas revelações sobre o governo Lula e o PT. Dito isto, podemos considerar que a mídia teve não apenas participação

¹ As pesquisas de opinião identificavam uma piora dos índices de aprovação do presidente. Entre março e dezembro de 2005, o percentual da população que considerava o governo Lula ótimo ou bom caiu de 35% para 28%. O percentual dos que achavam ruim ou péssimo subiu de 18% para 29%. DataFolha: Disponível em <http://datafolha.folha.uol.com.br/pol/aval_pres_04022006a.shtml>

fundamental em revelar o evento, transformá-lo em notícia, fazer dele um problema de atenção pública, mas também de organizar o valor das ações dos atores políticos envolvidos num caso com alto risco de danos à reputação.

O escândalo político de 2005 foi, portanto, um acontecimento que contribuiu para legitimar a importância social da mídia na construção de imagens. Para agendar o evento e, mais ainda, para qualificar o problema e identificar os responsáveis, os veículos de comunicação atuaram solidariamente, ampliando o espaço do noticiário dos concorrentes. Por outro lado, atores políticos procuraram apresentar falas, cenas e performances que correspondessem à demanda ética da imprensa, transformando o espaço midiático numa importante arena onde a constituição de imagens sobre a crise foi sendo desenvolvida. Em suma, se foi nesse espaço, através de critérios de *noticiabilidade* da imprensa, que o escândalo teve ampla visibilidade, também foi nesse espaço que se construíram imagens do evento, numa intensa relação entre campo político e empresas jornalísticas.

Para a análise mais aprofundada da construção de imagens, utilizamos dois conceitos usados para definir as estratégias da mídia: o agendamento (*agenda-setting*) e o enquadramento (*framing*), adotados pela imprensa duplamente. Primeiro, fazendo da transgressão ética um problema público e, em segundo lugar, impondo uma compreensão sobre o evento e seus responsáveis.

No nosso caso específico, decidimos estudar os enquadramentos do escândalo apresentados pelo *Jornal Nacional* durante cinco semanas de 2005 e as estratégias do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para se contrapor ou até mesmo para reafirmar algumas dessas perspectivas. Dividimos o trabalho em seis capítulos. No primeiro, abordamos, de maneira abrangente, a centralidade do poder da mídia durante a ocorrência de escândalos. Defendemos a idéia de que a transgressão do campo político e, evidentemente, a transformação desse acontecimento num escândalo, colaboram para reforçar o poder de fala da imprensa e, certamente, sua importância pública. Nos capítulos seguintes, apresentamos a definição dos conceitos de *agenda-setting* e *framing* midiático nos estudos de comunicação.

No capítulo três, analisamos os tipos de enquadramentos que o *JN* propôs sobre a crise e nas reportagens do presidente Lula. Na etapa seguinte, trabalhamos com o pressuposto de que a sobrevivência política em sociedades contemporâneas depende em boa parte da atuação midiática

dos atores políticos. Nesse sentido, a relação entre meio televisivo e presidencialismo reforça, a nosso ver, as características pessoais do presidente, sobretudo sua habilidade de comunicação para parecer íntegro, confiável. No subcapítulo, apresentamos as estratégias midiáticas do presidente desde 2003 e, principalmente, em 2005. O capítulo seis analisa a investida de Lula pelo enquadramento personalista durante a crise, ou seja, aquele que reforçava a expectativa quanto ao seu comportamento ético. A nosso ver, a estratégia serviu para reafirmar publicamente a história pessoal do presidente, que há 25 anos atuava em defesa da ética da política e, dessa maneira, deveria continuar tendo a confiança do eleitorado.

O escândalo e a legitimação do poder da imprensa na construção de imagens

No *Jornal Nacional* de 18 de julho de 2005, pouco mais de um mês após vir à tona a denúncia de que o PT e o governo compravam votos de deputados, uma das matérias reapresenta a entrevista concedida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a uma repórter independente na França². O material havia sido exibido no dia anterior, no programa *Fantástico*, mas, na segunda-feira, o *JN* faz uma nova edição das falas do presidente, mostrando como a versão de Lula para a crise coincidia com os argumentos usados por duas importantes figuras acusadas de participar do escândalo: o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e o publicitário Marcos Valério. Eles haviam dito, também em entrevistas exclusivas ao *JN*, que o dinheiro sacado das contas de Valério era para pagar dívidas de campanha de aliados políticos, o chamado “caixa dois”.

Após a introdução, a matéria do *JN* continua no estúdio. O repórter Heraldo Pereira, posicionado à frente de três monitores de TV, relembra a versão das entrevistas de Delúbio e Valério, concedidas dias antes de o presidente ter viajado para a França. Nos três monitores ao fundo, aparecem as imagens congeladas de Lula, Delúbio Soares e Marcos Valério, um ao lado do outro.

Repórter Heraldo Pereira: Apesar de terem sido gravadas antes da exibição das entrevistas do empresário Marcos Valério e do ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, as respostas do presidente Lula têm os mesmos argumentos apresentados pelos dois.

A reportagem prossegue com um outro repórter, agora no Congresso Nacional:

Repórter Délis Ortiz: A oposição está intrigada, suspeita de uma versão combinada. Três entrevistas, e um argumento comum.

² A repórter, que não pôde ser identificada no material enviado pela TV Globo, trabalha para uma emissora independente na França. Isto é, não estava vinculada às grandes emissoras do país.

Senador Álvaro Dias (PSDB): Esta versão foi acertada entre o governo, Marcos Valério e Delúbio Soares para minimizar, no entanto, não minimiza, porque os outros crimes devem ser investigados e tipificados ao final dos trabalhos da CPI.

Deputado Gustavo Freut (PSDB): Complica, principalmente quando o presidente da República tenta avalizar o “caixa dois” . É uma questão grave, que o presidente generalizou. Ele está querendo justificar um erro dizendo que todos os partidos cometem isso. Um presidente da República não pode fazer isso, não deve.

Repórter Délis Ortiz: O presidente da CPI dos Correios, que também é do PT, rebate as críticas e defende a postura do presidente Lula na entrevista.

Senador Delcídio Amaral (PT): Muito firme, muito serena, isenta e colocando uma posição clara de esperar que se apurem os fatos, se punam os responsáveis e mostrando que, se o PT está enfrentando dificuldades hoje, o PT é muito maior, e o PT vai saber aprender com tudo isso que está acontecendo.

A matéria afirma que, ao assumir o “caixa dois”, Delúbio Soares envolveu outras pessoas. São reproduzidos, então, depoimentos de deputados aliados observando que desconheciam a prática de “caixa dois”. Em seguida, a reportagem volta a dizer que a oposição rejeita a posição de Lula, Delúbio e Marcos Valério, ou seja, a “tentativa de resumir tudo a um crime eleitoral”. Para terminar, a câmera mostra a repórter nos corredores do Congresso, que apresenta o seguinte texto, finalizando com um especialista em finanças públicas. Ele está sentado à mesa com o código eleitoral brasileiro à mão³:

Repórter Délis Ortiz: Pela lei, financiar campanha eleitoral com dinheiro de “caixa dois” caracteriza, pelo menos, quatro crimes: contra a ordem financeira, falsidade ideológica, sonegação fiscal e formação de quadrilha. A oposição vai entrar na Justiça contra o PT.

Senador Agripino Maia (PFL): O PFL e o PSDB, pelos seus presidentes, vão oferecer uma denúncia ao TSE pedindo que a lei seja cumprida, no sentido de bloquear o fundo partidário, por um ano, do Partido dos Trabalhadores.

³ O material cedido pela TV Globo não trazia a identificação dos personagens das matérias. Procuramos identificar aqueles mais conhecidos como repórteres, apresentadores e atores políticos.

Repórter Délis Ortiz: Nos primeiros seis meses deste ano, o PT recebeu 12 milhões de reais do fundo partidário. Este especialista em lei eleitoral diz que as doações de campanha têm limites, e que o “caixa dois” infringe essa regra.

Especialista: O “caixa dois” é um ato ilícito. E se muitos praticam ele não fica legalizado por causa disso. Ele é ato ilícito em qualquer circunstância.

Nesse exemplo emblemático, é possível identificar características da atividade da imprensa diante de um escândalo. Na crise de 2005, a mídia expôs não somente as transgressões do campo político praticadas por partidos da base aliada ou pelo presidente Lula, mas sua capacidade de interferir no processo, alterar formas, modificar entendimentos. A pauta, a edição, o texto e o encadeamento da matéria do dia 18, por exemplo, ajudaram a construir mais um capítulo deste acontecimento político, com visibilidade nacional, e por conta da própria e específica atuação da imprensa no caso.

O comportamento do *JN* foi, contudo, apenas parte de uma complexa maquinaria envolvendo imprensa e política numa situação de escândalo e que, a nosso ver, contribuiu para legitimar o papel da mídia na construção de imagens. O pressuposto é de que a quebra de expectativa ética do governo e do PT representou para o telejornal um acontecimento de grande valor de notícia. Por outro lado, o próprio campo político procurou apresentar cenas e performances que reforçaram o poder de fala da mídia, não somente como um aparato tecnológico capaz de ampliar e revelar um problema, mas também como uma organizadora do valor público das ações políticas.

As características do poder da imprensa foram abordadas por Albuquerque (2000) em trabalho recente. Partindo de uma análise comparativa entre a mídia norte-americana e a brasileira, o autor concluiu que o comportamento da imprensa no Brasil está condicionado à própria compreensão que ela tem do nosso desenvolvimento político. Nesse sentido, enquanto a americana reconhece a igualdade dos direitos e tem como estabelecida a ordem democrática, a brasileira tem um entendimento de que a nossa democracia corre riscos e, dessa forma, em situações críticas, os direitos individuais podem ser atropelados em defesa dos valores democráticos.

Para Albuquerque, no Brasil, a mídia reivindica a posição de guardião da ordem porque parte do pressuposto de que a nossa democracia não está plenamente estabelecida e, nesse caso,

cabe a alguns o dever de coordenar esse processo. Num entendimento mais genérico, a imprensa nacional, assim como a americana, é vista como um “Quarto Poder”, mas, para autor, aqui ela assume o status de um “Poder Moderador”⁴. Nas palavras desse teórico, o “Poder Moderador” se faz notar quando, muito mais que contribuir para o equilíbrio entre os poderes constituídos, a imprensa brasileira reivindica autoridade para intervir no processo político e preservar a ordem pública.

Muitas das idéias de Albuquerque influenciaram este primeiro capítulo. Em certo sentido, concordamos com o entendimento do “Poder Moderador” reivindicado pela imprensa brasileira, e defendemos a idéia de que a identificação da mídia como um poder apresenta especificidades à medida que a atividade política e sua relação midiática forneçam o ambiente propício para isso. Desse modo, partimos do pressuposto de que na cobertura cotidiana da política cabem vários temas, e o escândalo midiático é uma exceção, que pautará com um mesmo assunto, por um certo período de tempo, a cena política.

Nesse sentido, a proposta de uma imprensa que reivindica a responsabilidade de corrigir os rumos da democracia brasileira não pode ser vista como uma atividade constante e universalizada. No dia-a-dia do trabalho jornalístico, assim como do próprio cotidiano da política, diversos assuntos disputam espaço, e alguns são substituídos rapidamente. Ainda nessa linha, os temas, atores políticos, bem como as empresas de comunicação têm habilidades diferenciadas no que se refere à sua capacidade de colaborar para a construção do papel da imprensa ou, em outras palavras, para reforçar o seu lugar de fala.

Desse modo, levando em consideração a idéia de que o processo político, com seus altos e baixos, temas e dinâmicas, fornece ambientes distintos para a institucionalização da mídia, devemos olhar com mais atenção para a questão do escândalo político. Ele sistematiza, por um determinado período, a discussão uníssona de um evento e, com isso, evidencia tanto a atenção da imprensa ao tema, quanto a disposição dos atores políticos de participar desse acontecimento. Ao contrário dos períodos de “calmaria” da cena política, o escândalo é um dos pontos de maior

⁴ A Constituição de 1824 criou o “Poder Moderador” no país, exercido pelo imperador e com a prerrogativa de resolver conflitos entre o Executivo e o Legislativo. O Poder Moderador existiu até a proclamação da República em 1889.

relevância para a reafirmação do poder da imprensa⁵. Nesse caso, ela age não apenas como um “Poder Moderador”, mas assume também a característica de uma instituição que controla os espaços e os limites dos valores da ação política.

Os escândalos devem ser entendidos, e essa é a nossa hipótese, como acontecimentos que colaboram para ampliar e legitimar o poder de fala da mídia, sobretudo devido ao caráter moralizador do noticiário. A imprensa opera dentro da crise política enfatizando a sua atuação democrática e importância social que os próprios atores políticos ajudam a formular duplamente: ora alimentando a crise, reforçando ou minando credibilidades junto à opinião pública, ora recorrendo à mídia para recuperar sua imagem, num típico processo de oportunismo midiático.

De escândalo em escândalo, portanto, a mídia não apenas evidencia sua capacidade de agendamento dos temas, mas, além disso, posiciona-se como uma instituição de grande importância para o campo político, sobretudo devido aos danos que pode provocar à reputação dos atores públicos.

Para além das características políticos-culturais de cada país, acreditamos que o escândalo em sociedades midiaticizadas ajuda a ampliar e reafirmar o papel da mídia. Sua atuação no caso “Watergate”, “Irã-Contra” ou “Mônica Lewinsky”, mesmo considerando a estabilidade dos direitos individuais, como lembra Albuquerque, expôs as transgressões políticas, mas também os limites e os valores da atividade pública⁶.

De maneira genérica, podemos dizer que a imprensa americana também agiu como uma organizadora central da qualidade da ação política, reafirmando, nesse sentido, em maior ou menor grau, sua importância social. Não apenas como um sistema capaz de ampliar um

⁵ Certamente a atuação da imprensa durante o período eleitoral, embora controlada pela legislação, também poderia ser considerada um evento que contribuiu para a legitimação do papel da imprensa, na medida em que ela pode intervir decisivamente na disputa. Um exemplo disso ocorreu no primeiro turno das eleições presidenciais de 2006, em que a insistência da imprensa em querer esclarecer o caso da compra de um dossiê por parte de integrantes do PT pode ter influenciado a disputa entre os dois principais candidatos, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Geraldo Alkmin (PSDB).

⁶ O escândalo “Watergate” aconteceu quando cinco homens foram presos tentando invadir o Comitê Democrático Nacional, nos Estados Unidos, em 1976. Eles carregavam dispositivos para grampear conversas. O caso “Irã-Contra” ocorreu com a publicação de um artigo na revista de Beirute, *Al Shiraa*, em 3 de novembro de 1986. O artigo revelava que Robert McFarlane, antigo assessor de Segurança Nacional do presidente Ronald Reagan, estivera envolvido em uma missão secreta no Teerã, para discutir o fornecimento de material militar para o Irã em troca da libertação de reféns americanos presos no Líbano. O escândalo teve maior valor de notícia porque o presidente americano havia falado publicamente, e inúmeras vezes, que não negociaria com terroristas, e defendia também a proibição de venda de armas ao Irã. Já o escândalo “Mônica Lewinsky” veio à tona após a denúncia de que o presidente americano Bill Clinton matinha relações sexuais com uma ex-estagiária da Casa Branca.

acontecimento, fornecer entendimentos e cobrar performances, mas como uma instituição que procura delimitar a moralidade da atividade política.

1.1 – A mídia e o seu papel como instituição política

Quando falamos da afirmação da imprensa como instituição a partir dos escândalos políticos, é preciso, contudo, abordar que tipo de instituição a mídia pode ser considerada. Em seu trabalho sobre a participação da imprensa no governo, Timothy E. Cook (1998) inicia sua análise com a seguinte indagação: quem pode falar com jornalistas? O estudo de Cook pode ser dividido em duas etapas. Na primeira, o teórico defende que as estratégias de objetividade do texto, a visibilidade das mídias e a organização das empresas jornalísticas – ou, resumidamente, a profissionalização da imprensa – colaboraram para afirmar o seu papel como uma instituição social, no sentido moderno e ideal de que ela ocupa um lugar intermediário entre a sociedade e o Estado. Mas – e aqui é o segundo entendimento –, na medida em que cabe à mídia, em último caso, dar visibilidade diariamente às decisões e às performances dos atores políticos, o seu papel avança. Além de um ator intermediário, a imprensa é considerada por Cook uma espécie de instituição política, uma vez que as relações, os interesses e os valores dessa organização e de seus profissionais serão decisivos na escolha e na definição dos assuntos públicos.

Para Cook, essa intensa participação da imprensa no campo político deve ser vista a partir de dois entendimentos. Os atores políticos interessados em ocupar o espaço midiático já estão acostumados e preparados com a rotina de produção diária do noticiário, e, nesse sentido, colaboram para a atividade das empresas jornalísticas, fornecendo declarações, cenas, documentos, pautas. Por outro lado, essas instituições são consideradas pela mídia ambientes onde podem ser encontrados *primary-definers* com credibilidade para falar sobre os temas públicos⁷. Desse modo, na mesma medida em que busca estratégias para facilitar o seu trabalho, a mídia reconhece nesses atores importância de fala, ou, nos termos do autor, capacidade de definir o valor das coisas públicas.

⁷ *Primary-definers* é entendido aqui como os definidores primários dos acontecimentos, conforme defende Hall et al (apud TRAQUINA 2002). São pessoas ou instituições que têm maior capacidade de estabelecer os assuntos públicos na imprensa porque são consideradas pela mídia atores com mais saber sobre os eventos e os temas.

Na visão de Cook, portanto, a negociação diária entre atores políticos e jornalistas na escolha, definição e interpretação dos temas faz dos profissionais de imprensa atores também políticos. Em outras palavras, enquanto o campo político tem grande capacidade de chamar a atenção dos profissionais de mídia por seu valor de importância, por outro lado caberá aos homens de mídia o poder de dar forma final às ações políticas. Nesse sentido, a imprensa é vista como uma instituição política, uma vez que a maneira como os acontecimentos públicos são por ela apresentados interferirá na relação entre os poderes instituídos. Eles estarão atentos a falas, cenas e denúncias para responder também publicamente aos eventos que a imprensa tratou com maior ou menor importância (Cook 1998). Desse modo, a mídia é parte do jogo político, porque colabora para a sua formulação, manutenção ou transformação. Não é à toa que Cook intitula seu estudo de “*Governing with the news: the news as a political institution*”.

Mas, se consideramos as rotinas de trabalho, a necessidade de produção do noticiário e a negociação entre jornalistas e atores políticos como as bases para a definição da imprensa como uma instituição política, também é preciso levar em conta uma outra questão: a cultura da *accountability*⁸. A nosso ver, ela amplia o entendimento do ambiente que coloca lado a lado a atividade jornalística e a política. Os Estados liberais puseram em prática a noção de um estado em permanente discussão pública, mas forneceram também os pressupostos para a instituição da prestação de contas dos atores políticos.

Resumidamente, os estudos sobre *accountability* traduzem o tema a partir de dois pensamentos gerais: (i) a capacidade de resposta dos governos, ou seja, a necessidade dos atores públicos numa democracia de informar e explicar suas ações; e (ii) a capacidade da sociedade de impor sanções e perdas de poder para quem violar os deveres públicos. Em outras palavras, *accountability* mostra tanto a corrida dos atores do campo político para atender às demandas públicas, como também a possibilidade das instituições e do eleitor de punir esses atores. É o processo pelo qual as instituições e os cidadãos controlam a atividade pública. Estes últimos, elegendo ou não determinados representantes, e as instituições e atores políticos, regulando o poder entre si.

⁸ Há inúmeros autores que tratam da definição de *accountability*, que não tem uma tradução exata para o português. Apesar das diferenças de abordagem, entendemos o conceito a partir dos trabalhos de Lattman-Weltman (2001; 2003), Schedler (1999) e Miguel (2006), que sintetizam a definição do termo recorrendo a diversos outros autores.

Parece razoável supor, nesse caso, que um dos elementos-chave do processo de *accountability* é a informação (LATTMAN-WELTMAN 2001; 2003). Instituições e atores políticos, entre eles os eleitores, terão especial atenção ao espaço midiático, onde grupos organizados pressionam o governo por determinadas demandas, como também o próprio governo procura responder às expectativas públicas do estado social.

Portanto, sem desconsiderar a idéia também importante das rotinas de trabalho das empresas jornalísticas, a cultura da *accountability* obriga os atores políticos a ter grande interesse pelo espaço midiático, afinal de contas é também através dele que o público e os outros poderes formulam percepções que poderão ser usadas como critério de punição. Desse mesmo modo, defendemos que a cultura do *accountability* reforça nos homens de mídia a idéia de que a sua atuação próxima ao poder instituído é uma necessidade pública, na medida em que os atores políticos devem prestar contas à sociedade.

Por esse entendimento, a intensa relação entre imprensa e campo político, a nosso ver, ocorre não só pela profissionalização do sistema midiático, as rotinas de trabalho, a urgência do noticiário, mas também pela idéia de que a atividade política e midiática estão inseridas num processo de *accountability* das sociedades democráticas, como tem defendido Lattman-Weltman (2001;2003). A atuação da mídia, portanto, tem feito dela mesma uma espécie de gerente da *accountability* político. Nesse sentido, reforçando a crença do seu papel no sistema democrático, como também na própria sociedade, que vê na imprensa um caminho eficaz de regulação do poder político, e, certamente, colaborando para a perpetuação do seu papel como instituição.

“A ideologia jornalística e a sociedade fornecem igualmente um *ethos* que define para os membros da comunidade jornalística que o seu papel é o de informar os cidadãos e proteger a sociedade de eventuais abusos do poder, ou seja, toda a concepção do jornalismo como contrapoder. O *ethos* jornalístico tem sido determinante na elaboração de toda uma mitologia que encobre a atividade jornalística e que não só marca os próprios profissionais do campo jornalístico como também tem projetado no imaginário coletivo da própria sociedade” (TRAQUINA 2002:122)

1.2 – A produção noticiosa do escândalo

A partir dessas primeiras considerações, cabe agora analisarmos de maneira mais específica como os escândalos políticos e a atuação da imprensa nesses eventos colaboram para reforçar a importância social da mídia na construção de imagens. Duas questões, nesse caso, nos parecem essenciais. A primeira está relacionada à *noticiabilidade* das ações políticas. Ou seja, os escândalos políticos podem ser considerados eventos que facilitam a produção noticiosa? Em segundo lugar: as transgressões políticas podem ter grande *valor-notícia*?

Os eventos com *noticiabilidade* são aqueles que atendem a conjunto de regras e práticas cotidianas do meio jornalístico, que permitem aos profissionais identificar e produzir rapidamente uma notícia diante dos constrangimentos impostos por questões como a escassez de tempo, recursos técnicos e financeiros (TRAQUINA 2002; WOLF 2005). Em suma, a *noticiabilidade* dos eventos, sua aptidão para virar notícia, depende basicamente de dois fatores: a cultura dos profissionais de imprensa e a organização do trabalho e dos processos de produção, que poderão ou não inibir a veiculação de determinadas notícias. Nesse primeiro momento, podemos dizer, que as ações do campo político têm elevado grau de *noticiabilidade* se levarmos em conta, como foi lembrado, que os atores políticos e as instituições já estão acostumados e preparados para abastecer cotidianamente as demandas da imprensa por eventos com potencial para se transformar em notícias. Com esse entendimento, é possível, então, abordamos a idéia do *valor-notícia*.

Segundo Wolf (2005), o *valor-notícia* é um componente da *noticiabilidade*. Ele permite aos profissionais de imprensa encontrar respostas para a seguinte pergunta: “Quais acontecimentos são considerados suficientemente interessantes, significativos, para serem transformados em notícias?” (WOLF 2005:202). É, portanto, um critério de relevância difundido entre os profissionais de imprensa ao longo do processo de produção. O *valor-notícia* ajuda os jornalistas a decidir as notícias que irão publicar sem que para isso tenham que recorrer a uma infundável discussão sobre a complexidade dos eventos. O *valor-notícia* colabora, nesse caso, para formular uma rotina de trabalho a partir de valores compartilhados entre os profissionais de imprensa, possibilitando levar adiante a produção diária de notícias.

Portanto, enquanto a *noticiabilidade* é um conjunto de regras pelas quais as empresas controlam e administram a quantidade e os tipos de acontecimentos que servirão como base para a seleção das notícias, o *valor-notícia* indica quais notícias de fato terão relevância para serem publicadas (TUCHMAN 1993; WOLF 2005). Para Cook (1998), a rotina de produção noticiosa do campo político, isto é, a sua *noticiabilidade*, reforça também o seu valor de importância como notícia, o *valor-notícia*. Neste caso, a imprensa assimila o poder da autoridade política, específico do campo político, como também um poder maior de fala, isto é, uma importância maior de relevância noticiosa.

A partir desse entendimento, podemos agora analisar a transformação de uma transgressão política num escândalo midiático e, até mais que isso, num evento que tem grande probabilidade de unir as mídias numa única agenda, enfatizando o seu papel como instituição, ou melhor, ampliando o seu poder de fala no espaço público. Na definição de Thompson (2002), o escândalo é um tipo de evento que depende da revelação de atos de transgressão, ou seja, a publicização de ações moralmente ou juridicamente condenáveis para um maior número de não-participantes, como também a atuação de personagens que possam reprovar esses atos. A dinâmica do escândalo depende, desse modo, da mídia, com sua capacidade de replicar o assunto, e da competição dos atores para serem reproduzidas suas falas.

A transgressão política, pelo que vimos até aqui, pode ser considerada um acontecimento de grande poder de *noticiabilidade* e *valor-notícia*, ou, em outras palavras, um acontecimento com elevado potencial para se transformar num escândalo midiático. Primeiro, porque a imprensa tem uma rotina produtiva de informação que utiliza como fonte diária o campo político, onde pode encontrar, segundo seus critérios, *primary-definers* com credibilidade e importância de fala para condenar publicamente o caso; segundo, porque a atuação da imprensa também é consequência da cultura da *accountability*, ou seja, da prestação de contas dos atores políticos com a população e da própria mídia, que se vê no papel de defender a sociedade contra os abusos de poder; e terceiro, devido à própria importância de valor que a atividade política tem para a imprensa.

A dinâmica do escândalo também ajuda a reforçar o poder de fala da imprensa. Submetidas à urgência do noticiário, as empresas jornalísticas tentam controlar o tempo e o espaço como estratégias para facilitar a execução diária do seu trabalho (TUCHMAN 1978 apud

WOLF 2005; TRAQUINA 2002). Nesse sentido, a ocorrência do escândalo unifica a temática da imprensa. Mesmo que a crise acelere a concorrência pelo “furo” jornalístico e, de certo modo, torne o processo de produção da notícia imprevisível, a definição de um tema oferece vantagens. Ele ordena o tempo e o espaço das ações e dos valores da atividade política para os jornalistas, favorecendo a construção de uma narrativa com campos antagônicos mais bem definidos. Ou seja, a crise colabora com a imprensa dividindo aqueles que são acusados dos que agem em nome da lei e da moral, e que servirão como personagens da narrativa midiática.

Nesse sentido, a instalação de CPIs localiza as fontes das notícias, elege líderes políticos com posição para incitar e reprovar o caso, identifica aqueles que podem vazar documentos e define um calendário de depoimentos. Desse modo, o evento “escândalo político” pode ser considerado um importante aliado da dinâmica produtiva do noticiário. Se antes a imprevisibilidade pulverizava os temas, agora ela fica reduzida às diversas facetas noticiosas de um mesmo assunto no qual a mídia e o campo político intensificam sua ação solidária.

O caso do escândalo do “mensalão”, portanto, tornou-se uma agenda midiática pelo potencial de *noticiabilidade* do campo político, mas também pela importância de *valor-notícia* que a imprensa atribuiu às decisões desse campo. O Partido dos Trabalhadores, legenda do presidente da República, que historicamente era conhecido pela defesa da ética na política, havia sido acusado por um aliado político, o ex-deputado Roberto Jefferson, da quebra de uma expectativa ética. A força do *valor-notícia* do escândalo pode ser notada no seguinte procedimento. Além de compreender o acontecimento com um evento noticioso, a mídia reproduziu as mensagens sobre o caso veiculadas por outros veículos, estratégia não muito habitual entre as empresas jornalísticas.

Pode-se dizer, nesse caso, que o rompimento de uma expectativa ética no campo político, e, principalmente, sua dimensão moral, foi um importante componente do *valor-notícia* do caso “mensalão”. Ela unificou as mídias a tal ponto que a reprodução de matérias de outros veículos passou ser uma estratégia adotada sem muita resistência pelas outras empresas. Nesse sentido, a atuação da imprensa num caso público de transgressão política, concedendo mais ou menos espaço para o assunto, trazendo mais ou menos detalhes do evento ou até mesmo ampliando a reprovação pública das práticas políticas, dependerá também do próprio valor de notícia que a mídia atribuirá ao evento.

Desse modo, no escândalo de 2005, a imprensa operou como um instrumento de acompanhamento público das ações políticas, mas, também, na definição, em último caso, do valor público das transgressões reveladas. Como sustenta Waisbord (1996), as reportagens, ao apontar como expectativas éticas foram quebradas, constroem narrativas morais. “Os *exposés* diferenciam o que é certo do que é errado e distinguem aquilo que é daquilo que deveria ser. As narrativas são também, essencialmente, sobre moralidade” (WAISBORD 1996:97).

Como esse entendimento, é possível afirmar que a mídia, em 2005, teve, a partir de uma transgressão do campo político, um papel além de uma ordenadora de um evento social. Ela se colocou também como uma operadora valorativa das ações políticas. O que se verificou durante a crise foi a compreensão da mídia como uma instituição política, no sentido de Cook, de que o valor dado ao tema influenciou na relação entre os poderes instituídos. Mas, no escândalo do “mensalão”, o comportamento da imprensa colaborou também para reafirmar o seu poder como instituição de grande importância social na construção de imagens. Nesse sentido, a atenção dada ao caso e aos seus desdobramentos intensificou sua identificação como órgão fiscalizador, expondo mais claramente a gerência da *accountability*, e, principalmente, sua relação com os atores políticos ajudou a demarcar os limites e os valores da ação política, num quadro moral em que a imprensa foi, em último caso, a operadora.

A ocorrência do escândalo intensificou, portanto, a relação entre mídia e campo político. Para além do problema de pagar ou não mesada, a crise de 2005 foi um episódio operado com a imprensa, com sua atuação central de revelar e ocultar ações, falas e documentos, e cobrar, a partir daí, performances públicas dos atores presumidamente envolvidos nas denúncias, como também daqueles que presumidamente agiam em nome da ordem, da justiça e da moral. Nas palavras de Maria Helena Weber (2006), “as notícias e testemunhais mostraram a perversidade do poder e humilharam a sociedade, que depositara o seu voto, sua aposta de fé, em siglas e promessas” (WEBER 2006:3).

O exemplo da já mencionada reportagem do *Jornal Nacional* do dia 18 de julho de 2005 é emblemático. O *JN* retomou a entrevista concedida pelo presidente no dia anterior, identificou argumentos, resgatou as falas de Delúbio e Marcos Valério e, por fim, conseguiu depoimentos de deputados e senadores envolvidos na apuração das denúncias contra o governo e o PT. O *JN* fez outra leitura da entrevista de Lula veiculada no *Fantástico*, apresentando um novo entendimento

do evento, expondo a sua responsabilidade de fiscalizar as ações do poder, e, nesse caso, colocando-se como uma instituição que corrige e delimita a atividade política:

Especialista: O “caixa dois” é um ato ilícito. E, se muitos praticam, ele não fica legalizado por causa disso. Ele é ato ilícito em qualquer circunstância.

Para concluir esta primeira etapa, é possível falar na imprensa brasileira como uma instituição política, quando analisamos seu papel e sua posição gerencial do processo de *accountability*. Por outro lado, podemos falar também de um papel da imprensa que se reforça à medida que os escândalos políticos se sucedem. Nesse sentido, a transgressão política é a ação inicial de uma dinâmica colaborativa operada pela mídia e por atores políticos que ajuda a legitimar o papel da imprensa. Na contramão da transgressão imoral, antiética, não-aceita, a mídia passa a organizar a moralidade, a atitude ética e a ação aceitável dentro do campo político.

Falar da legitimação do poder da imprensa na construção de imagens significa dizer que o escândalo político colabora para renovar o seu papel como instituição, uma vez que ela assume mais claramente a atividade de controle da qualidade das ações políticas. Essa ênfase do seu espaço de atuação ocorre a partir de uma dinâmica circular dentro do escândalo, que todos vêem e reprovam e, por isso mesmo, acirra a disputa dos atores políticos pelo espaço midiático. Em jogo, a sobrevivência da moralidade e a credibilidade dos atores que atuaram de diversas formas para intervir no processo. Em outras palavras, uma disputa de imagens públicas para fazer prevalecer entendimentos, compreensões ou expectativas em relação a atores e instituições.

Estabelecendo problemas, definindo entendimentos

Como foi dito no capítulo anterior, durante o escândalo de 2005, no qual a reputação de atores e instituições esteve em questão, instalou-se uma disputa simbólica midiática, alimentada tanto por aqueles que a imprensa considerava solidários na missão de qualificar os acontecimentos, quanto por aqueles que tiveram suas responsabilidades expostas publicamente. Essa disputa, como defendemos, esteve diretamente relacionada à maneira como a imprensa atuou no caso que envolvia a quebra de expectativa ética do campo político. Nesse sentido, os escândalos, em sua forma de transgressão moral, são acontecimentos que colaboram para legitimar a importância social dos meios de comunicação na formulação de imagens.

Unidos pela moralidade no campo político, os diversos veículos de mídia tiveram papel fundamental para dar visibilidade e apresentar entendimentos sobre o evento a partir dos seus parâmetros de *noticiabilidade* e *valor-notícia*. O estudo até aqui, contudo, carece de uma análise mais aprofundada que indique a maneira como a imprensa opera dentro dessas crises, obrigando o campo político a se empenhar de maneira mais acirrada para participar do espaço midiático. Dito de outra forma, é preciso identificar as habilidades dos meios de comunicação na construção de imagens, isto é, na constituição de uma percepção pública sobre o evento e seus personagens. Nesse sentido, as estratégias midiáticas, entendidas pelos conceitos de *agenda-setting* (agendamento) e *framing* (enquadramento), ajudam, a nosso ver, a definir a capacidade do jornalismo de constituir imagens, tão fundamentais para o campo político, e tão danosas durante a exposição de um caso de transgressão.

2.1 – O *agenda-setting*

Primeiramente, num entendimento mais amplo, o agendamento pode ser definido como a habilidade que a mídia tem de escolher a publicação de determinados assuntos, em detrimento de outros (McCOMBS e SHAW 1972, 2000; TRAQUINA 2002; AZEVEDO 2004; WOLF 2005). Os primeiros estudos sobre agendamento estiveram focados na análise dos seus efeitos, e,

muitas vezes, identificando a mídia como um poderoso ator na formação da percepção pública de acontecimentos e problemas políticos, na medida em que cabe a ela, em último caso, apresentar para um grande número de pessoas os temas e questões relevantes para a sociedade. Embora não tenha utilizado o termo *agenda-setting*, Lippmann (1922) pode ser considerado um dos primeiros autores a se voltar ao problema. Para esse teórico, na medida que se dedica a apresentar determinados temas durante certo período de tempo, a mídia passa a fixar os assuntos que o público tratará no seu dia-a-dia.

Nos anos 40, outro importante trabalho, contudo, apresentou uma perspectiva diferente. A pesquisa desenvolvida por Lazarsfeld et al (1944) sobre as eleições presidenciais americanas sustentou a idéia de que as mensagens dos meios de comunicação contribuam mais para cristalizar e reforçar opiniões já existentes do que para alterá-las, já que o público consome informações de forma seletiva. Os achados de Lazarsfeld, nesse sentido, apóiam o pressuposto dos “efeitos limitados” da mídia, mas, por outro lado, levaram pesquisadores a aprofundar os estudos na defesa dos “efeitos cumulativos” dos meios de comunicação.

Esses teóricos passaram a considerar, nos anos 70, os efeitos da mídia não sobre assuntos pontuais, o comportamento dos destinatários, mais em relação a sistemas sociais mais amplos, isto é, na construção de uma realidade social a partir de processos cognitivos propostos ou sustentados pelos meios de comunicação. Em outros termos, uma vez que havia um considerável empenho da mídia em abordar determinados temas, e silenciar em relação a outros, a percepção pública sobre os assuntos que considerava de maior interesse tendia a acompanhar esse movimento. Essa habilidade de interferir na construção de realidade ocorreria devido a três características básicas dos meios de comunicação, segundo Noelle-Neumann (apud WOLF 2005): *a acumulação, a consonância e a onipresença.*

A *acumulação* se refere à capacidade da mídia de criar e de sustentar a relevância de um tema; a *consonância* está ligada ao fato de que, durante a produção da informação, a mídia procura dar mais saliência aos traços comuns e semelhantes do que às diferenças e, por último, a *onipresença*, que diz respeito não apenas à habilidade de difundir uma quantidade expressiva de informação, mas ao fato de que o saber público, o conhecimento veiculado pelos meios de comunicação, tem uma característica própria: é sabido publicamente que ele é publicamente conhecido.

A hipótese do *agenda-setting*, portanto, está alinhada a esse paradigma dos estudos de comunicação que procurara demonstrar a importância da mídia na construção da realidade. McCombs e Shaw (1972; 2000) foram os primeiros a sistematizar a ideia do agendamento. A partir da hipótese defendida por Cohen (1963), de que a imprensa pode muitas vezes não conseguir dizer às pessoas *como pensar*, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa de dizer aos seus próprios leitores sobre *o que pensar* (apud AZEVEDO 2004; PORTO 2004), os teóricos realizaram uma pesquisa sobre as eleições presidenciais americanas de 1968. Eles estavam interessados em analisar os efeitos do campo midiático nas eleições, sobretudo em relação aos eleitores indecisos de *Chapell Hill, North Carolina*. Para isso, McCombs e Shaw entrevistaram cem pessoas, que ainda não tinham decidido o voto, para descobrir se os assuntos tratados por esses moradores tinham alguma correlação com os temas informados pela imprensa.

Ou seja, a principal pergunta para os eleitores era: “O que mais os preocupava naquele momento.” Os resultados da pesquisa levaram os autores à conclusão de que, quanto mais se aproximava das eleições, mais os eleitores indecisos se interessavam pelo noticiário, e, dessa mesma forma, o estudo indicou que havia uma certa correlação entre os assuntos apontados pelos moradores, os que estavam sendo discutidos pelos candidatos e a agenda da mídia.

No Brasil, os estudos sobre o agendamento são bastante conhecidos. Analisando as eleições de 1989 a 2002, pesquisadores chegaram à conclusão de que os temas debatidos nessas campanhas enfrentaram dificuldades para fazer parte da opinião pública, na medida em que a mídia não adotou alguns temas propostos. Em outros casos, a imprensa assumiu determinadas agendas que colaboraram para o desempenho de candidatos já alinhados com os assuntos apresentados anteriormente (CARNEIRO, LATTMAN-WELTMAN e RAMOS 1994; COLLING 2000; MIGUEL 2002; RUBIM 2004). Em outras palavras, quando um assunto era predominante, as outras agendas perseguidas pelos candidatos tinham maior dificuldade para influenciar a agenda midiática. Os casos mais emblemáticos ocorreram em 1989 e 1994.

No primeiro exemplo, a insistência da mídia no fraco desempenho do governo Sarney contribuiu para a construção e manutenção de uma realidade política que pode ter favorecido a candidatura à presidência da República do então governador de Alagoas, Fernando Collor. Em oposição àquela realidade, Collor buscou, muito antes da disputa eleitoral, construir uma imagem voltada para o aspecto da jovialidade e da moralidade, a partir do uso da sua principal marca: o

“caçador de marajás”. Collor conseguiu, em grande parte, pautar veículos de comunicação que o apresentavam como um político capaz de resolver os graves problemas do país. Em 1994, como os estudos apontaram, o agendamento do Plano Real trouxe dificuldades para o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, que tinha duas opções. Ou defendia o plano e se alinhava ao discurso do seu opositor, Fernando Henrique, ou se colocava, como fez, contrário ao plano e à própria realidade política observada na mídia.

Portanto, ainda que se tenha uma série de questionamentos sobre a adoção por parte do público da agenda midiática (conf. ALDÉ e VEIGA 2004), tema que não fará parte do nosso estudo, é possível afirmar que o *agenda-setting* constitui um primeiro passo para a compreensão da capacidade que a mídia tem de tentar intervir no processo político construindo imagens públicas. Nesse caso, adotamos uma definição mais ampla de agendamento que leva em conta não a eficácia dos seus efeitos, mas a habilidade que a imprensa tem de ampliar a visibilidade de um assunto ou de um acontecimento político em detrimento de outros temas.

Nesse sentido, Rogers, Dearing e Bregman (1993) apud Traquina (2002) discutiram novos entendimentos sobre a construção do *agenda-setting*. Para esses pesquisadores, o estudo do agendamento deve ser dividido em três áreas: os trabalhos que analisam a agenda midiática, isto é, o conteúdo da mídia; a agenda do público, ou seja, os assuntos tratados pelo público, e os estudos da agenda política, que abordam os temas da agenda governamental. A divisão em três etapas do processo de *agenda-setting* colaborou para a compreensão desse conceito, na medida em que tem como referência a idéia de que ele não ocorre de maneira isolada, dependente apenas de habilidades da imprensa, mas numa ambiente no qual outros atores, isto é, o público e o campo político, são co-participantes.

No nosso caso, restringiremos o trabalho ao estudo do agendamento do escândalo de 2005 do campo midiático. Nesse sentido, Rogers, Dearing e Bregman apontam três fatores que influenciam a agenda da mídia, isto é, variáveis relevantes na definição e produção da notícia. Para os autores, os profissionais de imprensa estão sob pressões de (i) agentes sociais, (ii) da experiência direta e de conversas interpessoais, (iii) e dos acontecimentos do mundo real. Em suma, o agendamento da imprensa, como é defendido aqui, não pode ser visto apenas como uma relação causal entre empresas jornalísticas e campo político. A imprensa por seus próprios critérios de *noticiabilidade* poderá adotar outros temas surgidos do mundo cotidiano. O

agendamento se dá, desse modo, tanto com a exposição de um acontecimento apresentado pela própria mídia, como também pela reprodução de assuntos e temas propostos pelos atores políticos, e acontecimentos do mundo cotidiano assumidos pela imprensa.

Um rápido exemplo. A ocorrência de uma série de crimes na cidade, apresentados pela mídia, poderá desencadear a discussão pública sobre medidas para reduzir a violência. Para ficar no mesmo exemplo. Mesmo sem a ocorrência de crimes na cidade, atores políticos poderão impulsionar a discussão sobre criminalidade se conseguirem desenvolver ações que entrem para a agenda do noticiário, acionando respostas e posicionamentos públicos de outros atores.

Temos, portanto, uma disputa entre os atores políticos pelo domínio da opinião pública, com a intenção de *fazer ver, fazer pensar, fazer sentir* os temas que eles julgam mais importantes e obter, assim, o consentimento público, base do processo político, seja num regime democrático ou totalitário (GOMES 2004). Isso, contudo, dependerá, em último caso, do próprio critério de *noticiabilidade* da imprensa, que poderá levar adiante ou não determinadas agendas. Dependerá ainda do valor atribuído pela imprensa às notícias que julga mais importante e relevantes para a sociedade.

2.2 – O agendamento do caso do “mensalão”

O nosso estudo até aqui aponta, portanto, para a necessidade de se analisar mais sistematicamente o agendamento midiático a partir da decisão da imprensa de tratar determinados assuntos como notícia e, desse mesmo modo, contribuir para a construção de uma imagem pública dos acontecimentos e temas políticos. Tomando por base essa abordagem, a transgressão política de 2005 se tornou um escândalo na medida em que a mídia agendou o tema, passando a tratá-lo como uma notícia de grande relevância.

Houve, certamente, variados critérios e interesses que fizeram da crise de 2005 um evento noticiável, como, por exemplo, as lutas de grupos políticos, empresariais, o caráter dramático, novelesco e de suspense do escândalo. Mas, entre todas essas variáveis, a nosso ver, a questão moral apresentou importância central. O rompimento de uma expectativa ética no campo político teve para a mídia um forte apelo de veiculação noticiosa. A denúncia do envolvimento do Partido dos Trabalhadores (PT) e de importantes figuras do governo na compra de votos de

deputados ganhou destaque pelo caráter transgressivo do acontecimento e por sua dimensão simbólica. O caso envolvia o partido do presidente da República, legenda que por 25 anos havia constituído uma imagem pública em defesa da ética na política e, por outro lado, personagens que historicamente eram conhecidos por posicionamentos contra a corrupção. Estava formada, nesse caso, parte da motivação central da imprensa em ampliar o caso, fazendo dele um escândalo midiático.

Mas, como foi dito no início deste trabalho, a imprensa não operou dentro desse caso isoladamente. A constituição da agenda do escândalo dependeu também de outros atores que colaboraram com a própria imprensa reafirmando o caráter antiético da suposta compra de votos. Podemos dizer que as falas de reprovação pública da crise de 2005 foram notícia porque atendiam, em último caso, ao *valor-notícia* da imprensa sobre o evento. Em termos mais econômicos. Se o escândalo dependeu do critério de *noticiabilidade* da mídia para se transformar numa agenda, a sua sobrevivência também dependeu do acionamento de outros acontecimentos, cenas e performances do campo político que conseguissem corresponder ao *valor-notícia* daquele evento. No caso, isso ocorreu fundamentalmente com tais atores, cenas e performances que trabalharam para comprovar as denúncias, como também para qualificar e reprovar o caso.

Portanto, a manutenção do noticiário sobre o assunto foi resultado da relação solidária entre os meios de comunicação que, como foi lembrado, atuaram unidos em defesa da moralidade, e de atores políticos interessados em participar do evento, num processo de oportunismo midiático capaz de gerar credibilidades e expectativas junto à opinião pública. Essa relação ajudou o tema da transgressão ética a permanecer na agenda midiática. Os efeitos disso para o campo político já são conhecidos. O agendamento do escândalo reduziu a probabilidade de que os outros acontecimentos fossem discutidos no espaço midiático e, por outro lado, fez da transgressão do campo político um assunto que, durante certo período de tempo, foi amplamente conhecido e debatido não apenas no espaço público midiático, mas também na vida cotidiana dos cidadãos.

A hipótese da operação solidária entre os meios de comunicação e o campo político no estabelecimento da agenda do escândalo de 2005 pode ser identificada a partir da seguinte cronologia. O caso havia sido denunciado pelo *Jornal do Brasil* ainda em setembro de 2004, mas o assunto não ganhou relevância, não teve força suficiente de *valor-notícia* para as outras mídias,

bem como não foi capaz, até pelo seu desenrolar, de impulsionar *performances-notícia*⁹ dos atores políticos. A matéria dizia que o ex-líder do governo, deputado Miro Teixeira, havia dito que o governo comprava votos de parlamentares. No dia seguinte, o próprio deputado desmentiu a informação e nenhum outro órgão de imprensa ou ator político colaborou para manter o caso em discussão. Podemos dizer, nesse caso, que a primeira denúncia da compra de votos enfrentou resistência noticiosa por parte dos outros órgãos de imprensa e dos atores políticos que não atuaram solidariamente para ampliar a visibilidade do evento.

A denúncia só se transformou num escândalo midiático, em 2005, devido a uma intrincada seqüência de reportagens envolvendo a revista *Veja*, as televisões, os jornais *O Globo* e *Folha de S.Paulo* e, evidentemente, o interesse dos atores políticos em participar do caso. No dia 14 de maio de 2005, a revista *Veja* trouxe uma reportagem mostrando que o responsável pelo setor de compras dos Correios, Maurício Marinho, havia sido flagrado recebendo 3 mil reais de empresários. Marinho era identificado como sendo uma indicação do PTB, partido presidido pelo deputado Roberto Jefferson e que apoiava o governo. A partir daí, houve um período em que a discussão era sobre se haveria ou não uma CPI para apurar o caso.

No dia 20 de maio, a revista *Veja* trouxe uma segunda reportagem denunciando que o ex-chefe do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Lídio Duarte, indicado por Roberto Jefferson, havia confessado que fora obrigado a arrecadar R\$ 400 mil para o PTB. No dia 5 de junho, o jornal *O Globo* publicou extensa matéria mostrando que aliados de Jefferson controlavam órgãos do governo que movimentavam bilhões de reais. No dia seguinte, Roberto Jefferson, em entrevista à *Folha de S.Paulo*, acusou o PT e integrantes do governo de comprar votos dos deputados. A matéria inaugurou uma nova fase da crise, em que não bastava apenas revelar os detalhes da corrupção nos Correios, mas também a inesperada participação do PT, seus dirigentes e integrantes do governo no episódio.

⁹ *Perfomance-notícia*, termo criado por este autor, refere-se às cenas e falas públicas apresentadas por atores políticos que contribuem com a mídia na definição e qualificação dos temas e assuntos políticos. Nesse sentido, *perfomance-notícia* é compreendida aqui mais pela dimensão midiática, ou seja, as atitudes dos atores políticos que os jornalistas consideram relevantes a ponto de se transformarem numa notícia. Dito de outra forma, são as *performances* do campo político que atendem aos critérios de noticiabilidade de imprensa. No caso de uma denúncia, ela ganha força e sobrevida à medida que as *performances-notícia* são apresentadas pela imprensa como parte do processo de discussão pública sobre os temas públicos.

Nota-se, com isso, a ação solidária dos órgãos de imprensa na manutenção e exploração do tema de uma quebra da expectativa ética na política que, como defendemos, atende ao pressuposto de que a mídia se vê no papel de fiscalizar o poder político. A insistência dos órgãos de comunicação e a própria reprodução de reportagens de outros veículos colaboraram para o agendamento da crise, na medida em que os campos político e midiático, a nosso ver, investiram mutuamente na sobrevivência do caso. Esteve em jogo, nesse momento, além da própria luta política de governo e oposição pela ocupação do espaço público, a exploração de um evento que depunha contra a expectativa ética na política.

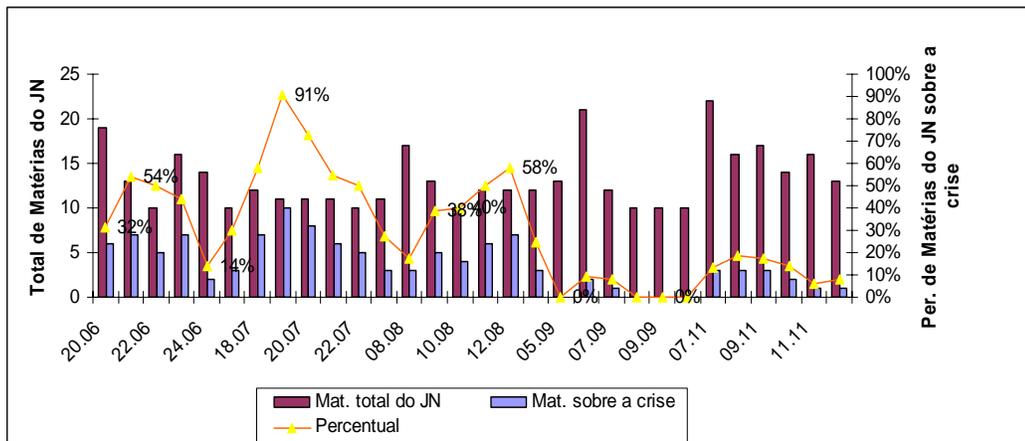
Desse modo, a mídia operou dentro do escândalo de 2005, a nosso ver, procurando moralizar a atuação do campo político. A própria adoção por parte da imprensa do termo “mensalão”, apresentado por Roberto Jefferson, conhecido personagem político envolvido em outros casos de corrupção, teve uma dimensão valorativa que apontava para o caráter moral e dramatizado do acontecimento.

Entre os diversos significados que o termo “mensalão” pode sugerir, um deles, certamente, está ligado à noção de uma prática do mundo privado, intimista e familiar, no qual o pai dá mesadas para os filhos, como um gesto de bondade e solidariedade. Observa-se que o sentido rompe com a lógica pública das ações políticas, na qual a transparência no estado liberal, a ética no trato da coisa pública, é elemento-chave. O “mensalão” se refere mais à conotação negativa de relações políticas, e que funcionou como um importante elemento condensador da trama, reforçando a narrativa dramatizada e moralizadora da imprensa.

Uma análise de cinco semanas de cobertura do escândalo no *Jornal Nacional*, em 2005, demonstra a importância com que o caso foi tratado e como outros temas perderam espaço na agenda pública (GRÁFICO 1)¹⁰. O *agenda-setting* midiático, nesse sentido, representou um primeiro passo para a constituição de uma imagem pública sobre determinado período. Em média, o *JN* apresentava entre 12 e 22 matérias em cada edição. Uma observação geral indicou que quando havia reportagens mais extensas, o número total de matérias diminuía.

¹⁰ Fonte: www.tvglobo.com.br

GRÁFICO 1: Número de matérias do Jornal Nacional sobre a crise de 2005



A cada edição, o *JN* trouxe novas entrevistas, documentos e versões sobre o caso. No dia 20 de julho, 91% do total de reportagens do *JN* eram sobre o escândalo ou algum fato relacionado ao tema¹¹. Nesse dia, foi ao ar o depoimento do ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, na CPI dos Correios, matérias sobre os saques nas contas do publicitário Marcos Valério e a doação de um carro que uma empresa privada havia feito para o ex-dirigente do PT, Sílvio Pereira, também apontado como um dos organizadores do esquema de compra de votos.

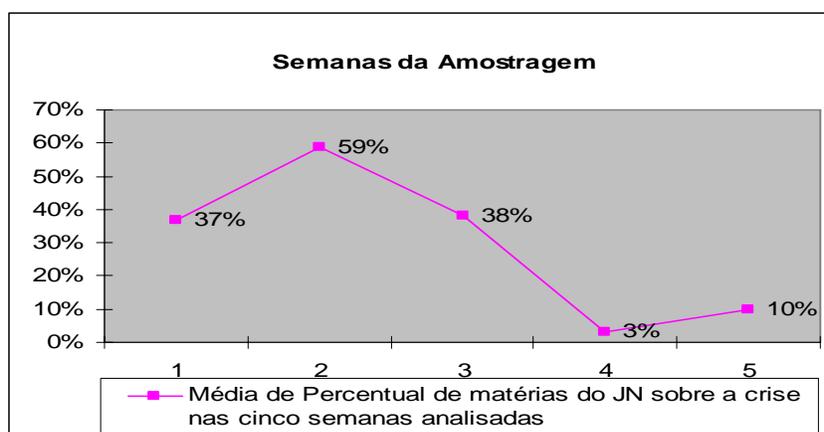
A subida para a faixa dos 90% coincide com alguns fatos importantes da época. Esse é o mês da entrevista do presidente na França e também quando há vários depoimentos de acusados na CPI dos Correios e CPI do Mensalão. Em agosto, quando os percentuais variam na casa dos 40%, é o período em que o ex-publicitário Duda Mendonça, que tinha sido responsável pela campanha de 2002 de Lula, foi à CPI e confirmou ter recebido pagamentos em contas bancárias no exterior. A revelação, com amplo destaque no *Jornal Nacional*, teve um forte impacto, na medida em que colocava em jogo a possibilidade de *impeachment* do presidente Lula, dando um contorno ainda mais dramático ao noticiário. Essa característica já havia sido explorada pela mídia no dia 14 de junho, quando Jefferson depôs no Conselho de Ética da Câmara. Acompanhadas com grande expectativa, as notícias dos telejornais à noite destacaram a frase em tom intimista e dramático de Jefferson quando se referiu ao ministro da Casa Civil, José Dirceu:

Jefferson: Zé, se você não sair daí rápido vai fazer réu um homem bom, inocente. Sai daí rápido!

¹¹ Foram consideradas matérias sobre “os dólares na cueca” – em que um funcionário do gabinete de um deputado petista do Ceará, irmão do presidente do PT, José Genoíno, foi preso em São Paulo, tentando embarcar com 200 mil dólares por baixo da roupa – e as reportagens em que o presidente Lula se manifestava sobre a crise.

Os dados demonstram ainda que o caso “mensalão” disputou espaço com o escândalo do “mensalinho”, que surgiu em setembro, envolvendo o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti¹². Com isso, o percentual de vezes em que o “mensalão” foi notícia sofreu um decréscimo naquele mês, mas voltou a subir ligeiramente após a renúncia do presidente da Câmara. A média do número de vezes em que o evento foi notícia no *JN* indica, portanto, que ele foi tratado como um assunto de elevada importância (GRÁFICO 2).

GRÁFICO 2: Percentual médio de matérias do *JN* sobre a crise



Além do *JN*, outras emissoras também colaboraram para fazer do mensalão um ponto de relevância na agenda pública. Como foi lembrado, a persistência de uma agenda midiática, embora obedeça em último caso a critérios de *noticiabilidade* adotados pela imprensa, depende também da solidariedade entre mídia e campo político sobre a compreensão do *valor-notícia* do evento. A instalação da CPI do Mensalão, dos Correios e dos Bingos colaborou para abastecer diariamente o noticiário, e com um ingrediente novo¹³. Pela primeira vez, um canal público disponibilizou ao vivo os depoimentos das CPIs, facilitando o trabalho dos outros veículos de comunicação que poderiam se empenhar na busca de mais informações sobre a crise.

¹² O então presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP), havia sido acusado de cobrar pagamentos mensais a um empresário para que ele pudesse administrar o restaurante da Câmara. Após uma seqüência de matérias, Severino acabou renunciando ao cargo para não enfrentar um processo de cassação de mandato que poderia torná-lo inelegível por oito anos.

¹³ A atuação dos membros da CPI, o caráter inquisitório das reuniões e as falas dos atores políticos representam uma ação de performance-notícia, na qual o campo político procura atender às expectativas de *noticiabilidade* da imprensa, e, assim, ganhar o noticiário.

A *TV Senado* chegou a alcançar cerca de três milhões e meio de televisores. Antes de maio, quando a crise estourou, o canal apresentava nove horas de programação; depois, passou para 13 horas ao vivo e, numa das coberturas das CPIs, chegou a ficar 17 horas no ar¹⁴. Numa situação inédita, uma pesquisa mostrou que a *TV Senado* foi citada por 16% dos entrevistados como o canal mais procurado pelos telespectadores interessados em informações sobre a CPI. O percentual superou o da *GloboNews* (13%), o do *Bom Dia Brasil*, da *Globo* (15%), e o do *Jornal da Bandeirantes* (11%). Os líderes da preferência foram o *Jornal Nacional* (74%), seguido do *Jornal da Globo* (53%) e *Fantástico* (40%)¹⁵.

O agendamento do escândalo do “mensalão” trouxe conseqüências para o campo político. Uma sondagem realizada seis meses após estourar a crise indicou como o assunto foi lembrado por boa parte dos entrevistados, devido, certamente, à ampla divulgação do assunto pela imprensa. Os pesquisadores pediram a um determinado número de pessoas que citasse dois fatos envolvendo o governo federal: 20% mencionaram as denúncias de que o PT pagava “mensalão” a deputados, já a corrupção nos Correios foi lembrada por 17% dos entrevistados, enquanto a cassação do deputado José Dirceu foi indicada por 14%¹⁶. Vale lembrar que os últimos dois temas, assim podemos classificar, estão diretamente ligados às conseqüências do escândalo. Outro levantamento revelou ainda que 86% dos entrevistados estavam atentos às notícias sobre a CPI nos telejornais, e 71% diziam estar acompanhando os fatos com muito interesse, contra 7% que afirmaram não ter se informado sobre o assunto¹⁷.

Portanto, uma situação de transgressão política, como em 2005, pode detonar o envolvimento da imprensa com o caso, na medida em que ela agirá sob uma expectativa moral da ação política. Essa relação terá grandes conseqüências para o campo político, uma vez que estará em jogo a constituição de uma imagem pública negativa. A dimensão moral e o tom dramático que compõe a narrativa da mídia são ingredientes que ajudam a ampliar os possíveis danos que o agendamento poderá causar ao campo político.

¹⁴ Fonte: *Jornal Folha de S.Paulo*, 7 de agosto de 2005.

¹⁵ Fonte: Instituto Qualibest. A pesquisa, originalmente publicada no *Jornal Estado de São Paulo*, no dia 28 de julho de 2005, foi realizada com mil pessoas, entre os dias 16 e 26 de julho.

¹⁶ Fonte: Ibope. A pesquisa foi realizada em dezembro de 2005 com duas mil pessoas em todo o país.

¹⁷ Fonte: Instituto Qualibest. A pesquisa, originalmente publicada no *Jornal Estado de São Paulo*, no dia 28 de julho de 2005, foi realizada com mil pessoas, entre os dias 16 e 26 de julho.

O agendamento, desse modo, é entendido como uma primeira fase da constituição de imagens públicas, na qual a imprensa é, em último caso, a operadora responsável. Lembrando o nosso pressuposto: a capacidade dos meios de comunicação de interferir na agenda pública é parte do processo que formula o poder da imprensa dentro do campo político, uma vez que cabe a ela, na sua relação com a política, apresentar respostas para a seguinte pergunta: para que problema a atenção da sociedade deverá estar voltada?

2.3 – O enquadramento midiático

A constituição de imagens, ou a definição dos problemas públicos na mídia, contudo, ocorre também num segundo nível estratégico com o uso do *framing*, ou enquadramento dos temas. Nesse caso, a imprensa teria não apenas a capacidade de chamar a atenção do público para determinado tema, mas também de formular as perspectivas pelas quais os problemas públicos serão tratados. O conceito de enquadramento surgiu com os estudos desenvolvidos por Erving Goffman (1974) sobre o processo de interação social dos indivíduos, nos quais o autor procurou analisar como as pessoas, a partir do cotidiano, produzem sentidos das situações sociais.

Para Goffman, o cotidiano colabora para que os indivíduos formem esquemas interpretativos que ajudam a “localizar, perceber e identificar” os acontecimentos e informações. As pessoas recorrem a estruturas cognitivas para organizar o pensamento, a partir de valores e crenças assimilados no dia-a-dia. Nesse sentido, segundo o autor, enquadrar significa “utilizar definições da situação, construídas de acordo com princípios de organização que governam os eventos _ ao menos os eventos sociais – e nosso envolvimento subjetivo com eles”. (GOFFMAN 1974: 10). Dito de outra forma, as pessoas utilizam esquemas interpretativos para definir os eventos sociais, e esses esquemas são resultados de processos cognitivos estruturados a partir do dia-a-dia dos indivíduos.

Os estudos de Goffman produziram uma série de discussões de autores sobre os fatores que contribuem para o entendimento do enquadramento de eventos sociais. Para esses teóricos, o indivíduo está sujeito também a pressões culturais e ideológicas que colaboram para estruturar seus quadros de referência (FISHER 1997). Não é nossa intenção apresentar aqui as variadas

linhas de análise sobre o *framing*, principalmente aquelas focadas nos estudos da psicologia social, mas buscar ao máximo uma definição razoável desse conceito na produção e no estabelecimento das mensagens jornalísticas.

Nesse caso, o pressuposto teórico do conceito de enquadramento sustenta que as notícias passam não apenas a influenciar mais *o que* o público pensa (agendamento), mas sim sobre *como* o público deverá pensar a respeito dos assuntos noticiados (WILLIAMS 1991 apud PORTO 2004). Isto é, a imprensa formula a construção de quadros de referência que o público poderá ou não adotar para interpretar os acontecimentos públicos.

Como lembra Schudson (1982), a narrativa jornalística não tem o poder de apenas declarar as coisas certas e verdadeiras, mas também de apresentar as formas pelas quais as declarações aparecem publicamente. Em seu trabalho, o autor faz um retrospecto das transformações pelas quais passou a cobertura jornalística sobre o presidente da República e defende que as notícias são narrativas formuladas a partir de convenções do mundo real para aproximar jornalistas e leitores. Segundo Schudson: (i) o parágrafo de abertura e a estrutura de pirâmide invertida são superiores a um relato cronológico; (ii) a notícia deve, preferencialmente, centrar-se num acontecimento único; e (iii) uma notícia que cobre um acontecimento político deve exprimir o significado dos atos políticos.

Tuchman (1972; 1994), por sua vez, argumenta que as notícias são baseadas em perspectivas que colaboram para definir e construir a realidade. Os estudos da autora são considerados contribuições importantes para o entendimento do enquadramento midiático. Ela ressaltou a importância de as rotinas de trabalho dos jornalistas serem analisadas como forma de ampliar o entendimento sobre a apresentação das mensagens jornalísticas. Assim, de acordo com Tuchman, as histórias jornalísticas são resultados de um processo que envolve uma série de habilidades que esses profissionais desenvolvem para compilar as diversas informações que chegam à redação e que precisam ser empacotadas.

São desenvolvidos, nesse sentido, valores, crenças e uma rotina de produção da informação que permite aos jornalistas, na escassez de tempo, estabelecer rapidamente os acontecimentos dignos de se transformarem em histórias. Os profissionais recorrem, desse modo, a esquemas interpretativos, ou seja, utilizam enquadramentos para levar a cabo o seu trabalho de localizar, identificar e valorizar os eventos e assuntos que consideram noticiáveis. Isso diante de

constrangimentos impostos por limite de tempo e competição, além de valores e crenças do meio profissional, ou seja, um senso compartilhado entre os jornalistas sobre o que é um acontecimento noticioso e sobre que aspectos esses *happenings* deverão ser apresentados (TUCHMAN 1972; 1994).

“Do ponto de vista dos jornalistas, suas experiências com outras organizações durante certo período de tempo validam seus juízos que podem que ser identificados pelo senso comum. Por senso comum, o jornalista entende o que a maioria dos jornalistas crê como verdade e dá como coisa certa. O sentido comum tem um papel crucial no estabelecimento do conteúdo de uma notícia (...) o senso comum pode determinar se um evento é ou não é notícia” (TUCHMAN 1972:10).

As abordagens sobre a produção da notícia e os constrangimentos na confecção das mensagens enfatizam, desse modo, a importância dos enquadramentos midiáticos para os próprios jornalistas como recurso profissional. Mas, por outro lado, eles também são estratégias que contribuem para a construção de imagens sobre problemas e acontecimentos políticos. Um importante trabalho sobre o enquadramento das notícias e suas consequências para a política foi desenvolvido por Gamson & Modigliani (apud FISHER 1997; PORTO 2000, 2004; TRAQUINA 2002). Os pesquisadores estavam interessados em saber como os americanos formavam opinião sobre questões relativas a energia nuclear, num período de quatro décadas. Para isso, os autores analisaram os *frames* utilizados pela mídia quando tratava do problema e concluíram que imprensa recorria a “pacotes interpretativos” para definir a questão. No centro de cada pacote, estava o enquadramento predominante formado por imagens, slogans e símbolos, que formulavam uma “idéia central organizadora” das notícias.

Com o estudo, Gamson e Modigliani chegaram à conclusão de que os enquadramentos interpretativos adotados pela imprensa coincidiam com os quadros de referência utilizados pelo público para identificar a questão da energia nuclear. Mas, o trabalho também apontou que os *frames* midiáticos se modificaram conforme os discursos políticos de cada período da pesquisa. Para os autores, portanto, os enquadramentos da mídia tanto influenciaram como também refletiram a opinião pública. Nesse sentido, eles têm também uma conotação cultural, na medida em que seus significados se transformaram no decorrer do tempo, conforme se alteram os discursos políticos sobre as questões públicas.

Outro trabalho de análise do enquadramento da mídia foi realizado por Gitlin (1980). Ao estudar a relação entre os *frames* midiáticos e os movimentos sociais, o autor defendeu que a

imprensa tem grande capacidade de redefinir questões políticas, impondo novas formas de interpretação e entendimento de atos políticos. Em seu trabalho, Gitlin identificou tipos de enquadramentos adotados pela imprensa para o movimento *Sociedade Estudantil Democrática*, que fazia protestos contra a guerra no Vietnã. As notícias tiveram basicamente *frames* de trivialização (com ênfase em questões de comportamento dos jovens como roupas, linguagem, estilo de vida); polarização (que enfatizava a diferença entre o movimento e os grupos neonazistas, classificados como extremistas); marginalização (tratamento dado ao movimento como uma ação isolada ou desviante, sem representação), e disputas internas do movimento, que contribuíram para limitar as mensagens sobre o evento, como também para transformar seus líderes em celebridades.

Em sua conclusão, Gitlin afirma que a imprensa recorreu a enquadramentos para reformular o entendimento público de questões políticas, ao adotar notícias centradas mais em eventos, que não levavam em conta outros fatores que influenciam os problemas apresentadas. Houve também uma predominância do enquadramento focado em pessoas, e não em grupos; centrado no conflito e não no consenso, e em elementos de uma história, e não na explicação das histórias. Nesse sentido, Gitlin diz que os enquadramentos são usados por jornalistas na sua rotina para organizar as informações que deverão chamar a atenção do público: “Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual” (GITLIN 1980: 7).

Robert Entman (1994), considerado um dos mais importantes pesquisadores de *frames* midiáticos, produziu trabalhos que ajudam na compreensão desse conceito. O autor defende que “enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral ou uma recomendação de tratamento para o item descrito” (ENTMAN 1994:294). Nesse sentido, o Entman apresenta alguns passos para a identificação do enquadramento da mídia. No primeiro, é preciso saber de qual problema a mídia está tratando; analisar quais as causas desse problema, os atores, as conseqüências sugeridas; e, numa última etapa, descobrir se há um tratamento moral, se o problema recebe um enfoque negativo ou positivo. Em seu trabalho, Entman sugere que os enquadramentos são instrumentos

de poder, uma vez que formulam os quadros de referência pelos quais as questões públicas deverão ser interpretadas¹⁸.

Enquadramentos midiáticos também foram estudados por Iyengar (1991). Ao analisar os *frames* adotados pela televisão sobre diversos problemas políticos, esse autor chegou à conclusão de que há uma predominância do enquadramento episódico baseado mais em eventos isolados do que do enquadramento temático, no qual a abordagem leva em conta uma série de interpretações sobre determinado assunto. Na pesquisa, Iyengar demonstra, a partir de uma ampla sistematização de dados, a co-relação entre os enquadramentos adotados pela imprensa e a idéia que o público tinha sobre esses problemas. Para o autor, o enquadramento episódico predominante na mídia tende a simplificar a compreensão dos temas políticos sobre pessoas e instituições.

Nesse sentido, Iyengar sustenta que a cobertura da televisão com a predominância do enquadramento episódico, ou seja, o noticiário focado em eventos, tem grande impacto na construção de imagens públicas. Esse tipo de perspectiva, como define o autor, apresenta a característica marcante de atribuição de responsabilidade, diferentemente do enquadramento temático, mais abstrato e analítico, em que isso é pouco claro. A repetição de enquadramentos episódicos durante certo tempo e sobre um determinado assunto acaba produzindo um processo de *priming midiático*, ou, em outras palavras, ele representa um importante marco na constituição de imagens dos responsáveis pelos problemas noticiados¹⁹ (IYENGAR 1991).

No Brasil, os trabalhos sobre os enquadramentos midiáticos são recentes. Nas eleições de 1994, Albuquerque (1994) identificou os enquadramentos utilizados pelo *Jornal Nacional* sobre os dois principais candidatos: Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso. O autor

¹⁸ Em seus últimos trabalhos, Entman (2003) tem defendido a hipótese de uma democracia sem público, na medida em que a constituição da opinião pública tem sido muito mais o reflexo de uma intensa relação entre a mídia e as fontes oficiais do que com a audiência. Nesse sentido, Entman desenvolve o modelo cascata de formação de opinião, em que as posições públicas dos atores políticos são apresentadas a partir de um sistema hierárquico, no qual os eleitores estão em última posição. Como não participam das decisões da agenda e, conseqüentemente, dos enquadramentos sobre os problemas políticos, os cidadãos, na visão do autor, seriam muito mais reativos do que produtores de significados.

¹⁹ O *priming midiático* está diretamente relacionado à forma episódica do noticiário, que evidencia eventos e não a explicação das diversas forças sociais que contribuem para a sua ocorrência. Segundo Iyengar (1991), o noticiário televisivo influencia decisivamente as prioridades que as pessoas associam a vários problemas nacionais, e as considerações que levam em conta quando avaliam os atores políticos ou precisam escolher entre candidatos a cargos públicos. Em outras palavras, o *priming midiático* é um marco na constituição de responsabilidade dos atores públicos.

concluiu que, na maioria das matérias, FHC era identificado como um candidato habilitado, capaz de unir forças políticas, enquanto Lula, quase sempre, era associado aos movimentos que pregavam a discórdia, o não-entendimento. Em outro trabalho, Aldé e Lattman-Weltman (2000) compararam os enquadramentos dos telejornais *Jornal Nacional* e *TJ Brasil* sobre o Movimento dos Sem-Terra. Enquanto o *JN* adotou um enquadramento moral, que apontava para o caráter irracional das ações do MST, o *TJ Brasil* optou por um enquadramento dramático, que indicava o risco de violência e conflito.

O que podemos notar é que os estudos sobre o enquadramento midiático problematizam a idéia de objetividade defendida pelas empresas jornalísticas nos manuais de redação. Para pesquisadores que utilizam esse conceito, ele colabora para diluir a noção de uma isenção da mídia em relação às notícias, da mesma maneira que apresenta uma visão mais relativa do processo de manipulação da informação. Em muitos casos, o ângulo da notícia é determinado a partir de uma atitude não-intencional, ou seja, mais subjetiva, e que poderá formular padrões de apresentação da informação conforme o entendimento que os profissionais de imprensa terão dos eventos e temas. Essa relação, portanto, não necessariamente é uma manipulação premeditada dos temas públicos, mas, pelo menos *a priori*, representa uma reprodução de esquemas explicativos e valorativos a que os jornalistas recorrem para classificar as informações.

Nota-se, portanto, que os enquadramentos midiáticos, longe de serem um problema apenas da comunicação social, devem ser entendidos como uma estratégia do jornalismo com grande impacto na constituição da realidade política, seus acontecimentos e problemas, na medida em que é parte do processo pelo qual atores, instituições e eleitores avaliam as questões públicas. Para concluir esta etapa, adotamos aqui a idéia do enquadramento midiático como uma forma de apresentação da notícia, que traz embutida uma preferência interpretativa que poderá ser identificada a partir de imagens, símbolos e palavras-chaves encadeados de forma a conduzir o entendimento do texto. Nesse sentido, a predominância de enquadramentos episódicos apontados por Iyengar, ou das perspectivas de trivialização, polarização ou marginalização indicadas por Gitlin, por exemplo, são importantes recursos usados por jornalistas para elaborar as notícias, mas também poderosos quadros de referência que podem ou não ser adotados pela audiência.

A questão que se abre é: em que medida a complexidade dos problemas sociais e políticos, reduzidos a um entendimento simplificado dos *frames* midiáticos, altera as próprias práticas do campo político? Num primeiro momento, podemos dizer que, independentemente da eficácia do efeito de um enquadramento numa audiência mais ampla, os enquadramentos adotados pela mídia num caso de transgressão política, e seu aspecto moralizante e dramático, produzirão efeitos no campo político interessado em manter o consentimento popular. Antes da perda de um apoio mais amplo, defendemos a hipótese de que os enquadramentos midiáticos sobre um escândalo começam a provocar mudanças primeiramente no próprio campo político, que terá que agir mais rapidamente seja sustentando os *frames* adotados pela mídia, seja mobilizando formas para se contrapor a essas perspectivas. É o que chamamos de uma disputa pela construção de imagens.

Essa corrida dos atores políticos tem relação com a maneira pela qual a própria imprensa tratará o escândalo. Podemos dizer, a princípio, que a insistência da mídia na cobertura de uma crise política, desenvolvendo uma narrativa detetivesca interessada em reunir as peças que comprovem a prática de um crime, como também apontem os autores do delito, trará conseqüências imediatas para as ações políticas (WAISBORD 1996). O caso *Watergate* é um exemplo das conseqüências que o enquadramento episódico teve para o campo político, sobretudo devido à sua tendência em atribuir responsabilidades a pessoas e não a problemas mais amplos.

Na noite de 16 de junho de 1972, cinco homens invadiram o Comitê Democrático Nacional para grampear os telefones de adversários políticos do presidente Nixon. Com a publicação do caso, a Casa Branca negou oficialmente o envolvimento do presidente no escândalo. Mas, com a insistência da mídia, sobretudo do *Washington Post*, o noticiário foi paulatinamente revelando detalhes que ligavam funcionários de alto escalão do governo, até a descoberta de que Nixon guardava fitas nas quais relatava conversas íntimas com seus assessores. Ao requisitar essas fitas, a Justiça descobriu que elas haviam sido adulteradas. Nixon teve responsabilidade crescente no caso, na medida em que a imprensa insistiu no assunto e foi expondo publicamente episódios que ligavam pessoas do presidente ao escândalo, num típico processo de *priming midiático*. Foi, se assim podemos dizer, a construção encadeada de uma história, no qual a complexidade dos fatores e interesses foi reduzida ao impacto diário das revelações.

O processo que levou ao *impeachment* do presidente Fernando Collor é outro caso continuado de *priming* e sua característica de construir imagens públicas. As entrevistas de Pedro Collor, em que ele explicava a intensa relação do presidente com seu ex-tesoureiro PC Farias, e do motorista da Casa Dinda, confirmando que as contas do Collor eram pagas por PC, expuseram publicamente a responsabilidade do presidente no caso. O clima de desaprovação de Collor, que já era intenso devido às suas decisões políticas impopulares, foi influenciado também pelo enquadramento da imprensa televisiva, que apresentava diariamente um noticiário que já dava como certa a cassação do presidente, antes mesmo de o Congresso abrir o processo de *impeachment* (NETO 1994). Quando estourou o escândalo, o percentual de reprovação do presidente subiu de 58% para 84% em agosto de 1992²⁰. Por quatro vezes, Collor recorreu à televisão para tentar responder às acusações e apresentar, assim, o seu enquadramento sobre o escândalo, mas os discursos não tiveram o efeito esperado. O então presidente pediu que a população fosse às ruas, vestida de verde e amarelo, contra o plano de retirá-lo da presidência, mas o discurso teve uma leitura inversa, levando milhares de pessoas a se vestirem de preto, contribuindo mais ainda para piorar a imagem pública do presidente.

Portanto, a hipótese que se delineia é a de que as perspectivas de apresentação das notícias terão impacto nos desdobramentos da compreensão pública e, nessa mesma medida, nas estratégias que os atores políticos deverão adotar para participar do espaço midiático. No caso do escândalo, duas estratégias de ação parecem mais claras. A primeira é de que o agendamento e o enquadramento de uma transgressão política, com os seus elevados riscos de dano à reputação dos atores, acionarão aqueles que buscarão participar do noticiário correspondendo à expectativa ética da imprensa e, nesse sentido, acirrando a crise, como daqueles que terão que desempenhar performances públicas para modificar ou, ao menos, competir com os enquadramentos midiáticos sobre o caso.

2.4 – Metodologia

Para aplicar o conceito de enquadramento midiático, escolhemos cinco semanas do *JN* após uma avaliação sistematizada do comportamento do presidente Lula durante a crise. O

²⁰ Fonte: DataFolha

presidente fez cinco pronunciamentos entre maio e novembro de 2005 para se contrapor ao entendimento do caso proposto pela mídia. Para isso, recorreu a três falas em cadeia de rádio e televisão e a duas entrevistas, no qual abordou mais longamente a crise. Dessa forma, as cinco semanas analisadas do *JN* foram: 20/06 a 25/06; 18/07 a 23/07; 08/08 a 13/08; 05/09 a 10/09 e de 07/11 a 12/11, num total de 30 edições. Nessas mesmas semanas, Lula apresentou pronunciamentos em cadeia de rádio e televisão (24/06, 12/08 e 07/09) e participou da entrevista do dia 17/07, concedida a uma jornalista independente que trabalhava para uma televisão francesa e que foi ao ar no *Fantástico*, da *TV Globo*, e de outra, no *Programa Roda Viva*, da *TVE*, no dia 07/11²¹.

Do total de 180 reportagens do *JN* sobre o escândalo ou relacionados ao presidente Lula, dentro das cinco semanas da crise, analisamos 96. Para escolher essas matérias procedemos da seguinte forma. Primeiro, procurando identificar aquelas nas quais apareciam todos os personagens da crise, de modo a ter ao menos uma reportagem sobre cada um deles incluídas na amostragem. Depois, numa segunda verificação, procuramos manter na listagem as matérias que consideramos mais emblemáticas do ponto de vista da cobertura jornalística: as entrevistas exclusivas do *JN* com o empresário Marcos Valério, a secretária Fernanda Karina Somagio, os depoimentos de Silvio Pereira, Delúbio Soares e Duda Mendonça na CPI dos Correios.

Esse critério acabou levando a um maior número de reportagens, nas cinco semanas escolhidas, de junho, julho e agosto, nos meses iniciais da crise. Em setembro e novembro, já com o caso perdendo força no noticiário, houve um menor número de matérias analisadas. Para uma idéia mais geral do noticiário do *JN* sobre a crise, fizemos a contagem de todas as matérias, no período analisado, e criamos uma tabela que mostra a curva de intensidade com que o caso foi notícia no telejornal. Trabalhamos com material copiado da *TV Globo* sem o crédito do repórter ou dos entrevistados. No entanto, quando foi possível, identificamos aqueles mais conhecidos de forma a evitar que a análise fosse prejudicada.

Para analisar os enquadramentos do *JN*, levamos em consideração os diversos conteúdos da mensagem midiática. Nesse sentido, procuramos ao máximo considerar os atores políticos que falavam nas matérias, os tipos de recursos gráficos, as imagens apresentadas e as adjetivações que conduziam o texto jornalístico a um entendimento, a um julgamento ou a uma avaliação do

²¹ Todo o material foi gentilmente cedido pela *TV Globo*, por meio do departamento *GloboUniversidade*.

caso. Portanto, o primeiro problema foi identificar de que maneira o *JN* definia a crise e, dessa forma, como os personagens eram colocados no rol dos que podiam falar com conhecimento de causa sobre o caso, e aqueles que estavam no rol dos acusados. As falas dos primeiros apareciam de maneira a ampliar o entendimento sobre o evento, e a dos acusados, para compor o próprio discurso interpretativo do *JN*. Adotamos, portanto, a idéia de que o enquadramento midiático é produzido a partir da exclusão e ênfase dos aspectos de uma realidade percebida, transposta para o texto noticioso, de maneira a apresentar uma avaliação, um julgamento ou uma recomendação.

Na análise, levamos em conta a variedade de enquadramentos da mensagem jornalística. Para isso, elaboramos uma tabela, onde incluímos o tempo dedicado a cada fala, os recursos gráficos usados pelo *JN* na mensagem, os assuntos tratados por cada reportagem, a data, e a classificação dos enquadramentos. Ou seja, buscamos uma análise polissêmica das mensagens, sem deixar de considerar o espaço dedicado a cada um desses recursos no texto noticioso, que, afinal, devem apresentar uma unidade narrativa. Como será observado, trabalhamos com dois níveis de enquadramento –o noticioso e o interpretativo. Com isso, acreditamos ter sistematizado ao máximo a análise das reportagens, procurando fazer uma leitura ampliada dos diversos códigos que compõem a mensagem televisiva, tanto em relação à estrutura da notícia quanto em relação às interpretações que ela trazia nas falas e nos recursos visuais apresentados.

3

Os enquadramentos do “mensalão” no *Jornal Nacional*

O conceito de enquadramento midiático, abordado no capítulo anterior, oferece um variado leque de entendimentos e formas de aplicação. O problema sobre o método de investigação para identificar os *frames* das mensagens levou pesquisadores a sugerir divisões mais claras na aplicação desse conceito, de forma a reduzir a confusão nas análises. Adotamos aqui a proposta defendida por Porto (2000; 2004) de que os estudos dos enquadramentos da informação podem ser feitos em dois níveis.

Num primeiro momento, o estudo precisa definir o enquadramento noticioso, isto é, a estrutura de apresentação do texto jornalístico. No conhecido jargão, esse enquadramento seria definido pelo ângulo da notícia adotado pelos profissionais de imprensa a partir de uma realidade percebida. O enquadramento corrida de cavalos, já bastante conhecido por pesquisadores que estudam o noticiário das eleições, é um exemplo desse tipo de perspectiva noticiosa. O jornalismo político formula a notícia a partir da percepção de que a disputa eleitoral é uma espécie de competição, cuja ordem de colocação dos candidatos vai se alterando conforme o andamento da campanha.

Embora a identificação do enquadramento noticioso seja relevante, Porto sugere que a pesquisa deve dedicar atenção também ao enquadramento interpretativo, normalmente apresentado por autoridades, especialistas e políticos na matéria jornalística. Eles, segundo o autor, ajudam a definir os eventos e temas públicos no texto noticioso, uma vez que a mídia tende a dar voz mais acentuadamente àqueles que reproduzem entendimentos que ela própria concorda. Numa definição mais clara, o enquadramento noticioso é aquele em que o jornalista tem maior domínio sobre a escolha e definição de uma realidade percebida e pode ser identificado a partir do ângulo do texto. Já o enquadramento interpretativo depende mais das falas e avaliações dos entrevistados. Evidentemente, os dois níveis podem operar paralelamente, na medida em que a narrativa midiática é um trabalho executado pelo jornalista, que recorre aos personagens para pontuar o texto.

A partir dessa proposta, fizemos um mapeamento de 96 matérias do *Jornal Nacional* apresentadas durante cinco semanas do escândalo do mensalão, procurando identificar o enquadramento noticioso e o enquadramento interpretativo das reportagens (TABELA 1). Para isso, sistematizamos os dados para que fosse possível verificar com maior clareza qual interpretação do texto era predominante. Nesse caso, as três colunas A, B e C apresentam o tempo que o *JN* dedicou às falas dos entrevistados que apareciam nas matérias definindo a qualidade das ações. Desse modo, a posição A surgiu apoiando a própria interpretação do texto organizado pelo jornalista; B se opondo a essa perspectiva, e C adotando uma terceira compreensão. A nosso ver, essas posições identificadas nas mensagens atendem a uma regra do jornalismo que defende que os personagens acusados ou responsabilizados por algum acontecimento também devem ser ouvidos.

Em poucos casos, essas colunas apresentaram tempo zero ou bastante reduzido. Foram matérias em que o próprio texto (OFF) já havia assumido uma interpretação do evento, seja citando fontes oficiais ou documentos que comprovavam a participação de políticos e instituições nos casos de transgressão. Desse modo, foi preciso ainda criar uma coluna (Recursos) para identificar, nas matérias, as artes visuais, como a reprodução de documentos ou recursos gráficos criados pelo próprio *JN* para facilitar o entendimento da notícia.

Vilches (1989), embora defenda a idéia de uma manipulação intencional na elaboração da mensagem jornalística, realizou um importante estudo sobre a linguagem televisiva. O autor argumenta que a informação televisiva deve ser vista como um videotexto. Em outras palavras, a tela corresponde a um texto escrito, onde diversos códigos se articulam para definição da notícia. Vilches explica que a análise da informação televisiva deve levar em conta não apenas o texto falado, mas as estratégias visuais usadas pelos telejornais para elaborar e apresentar a informação.

Desse modo, a tela da TV é entendida como uma página escrita. Vilches apresenta quatro tipos de imagens-texto, que podem ser utilizadas para identificar as estratégias de composição da informação televisiva: (i) *imagens de reconhecimento*, isto é, aquelas que reproduzem imagens do passado com objetivo de identificar lugares, pessoas, assuntos que serão abordados; (ii) *imagens ostensivas*, ou seja, aquelas que mostram diretamente o apresentador, (iii) *imagens réplicas*, aquelas produzidas por artes gráficas usadas para identificar curvas de crescimento, dados econômicos, meteorológicos, entre outros, e (iv) *imagens de invenção*, que são as artes

gráficas usadas para complementar a informação e que vão atuar de maneira decisiva para a definição interpretativa da notícia (VILCHES 1989).

Não aprofundamos o estudo na linha semiótica defendida por Vilches, mas utilizamos, no nosso mapeamento, códigos para identificar aquelas matérias que utilizaram recursos gráficos. Esses documentos visuais (Doc), a nosso ver, colaboram para o enquadramento interpretativo da informação. Identificamos no levantamento três tipos de documentos: o Doc-Mat, que corresponde ao uso de imagens de arquivo, isto é, imagens já usadas em outras matérias do *JN* ou de outros veículos, e que são recuperadas como forma de identificar pessoas, instituições e eventos (FIGURA 1); o Doc-Doc, que é a reprodução de documentos, destacando trechos de contratos, fitas de gravação (FIGURA 2); e por fim, o Doc-Art, que utiliza recursos visuais, ou seja, imagens e desenhos criados pelo *JN* para complementar ou reforçar a compreensão do texto noticioso. Foram artes visuais que identificaram a ligação entre os personagens do escândalo; a destinação dos recursos desviados do poder público ou o volume de dinheiro sacado por cada parlamentar (FIGURA 6). A nosso ver, esses três recursos, o texto do repórter e as falas dos entrevistados compõem o enquadramento interpretativo da mensagem televisiva. Este trabalho aprofundou a análise procurando identificar, além da perspectiva noticiosa dos textos jornalísticos, o segundo nível de enquadramento que colabora de maneira decisiva para a construção de imagens sobre o escândalo.

FIGURA 1: Doc-Mat



FIGURA 2: Doc-Doc

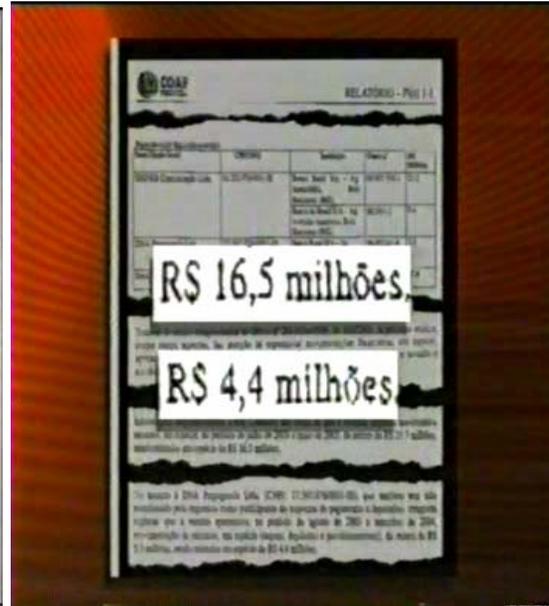


FIGURA 3: Doc-Art do *Jornal Nacional*

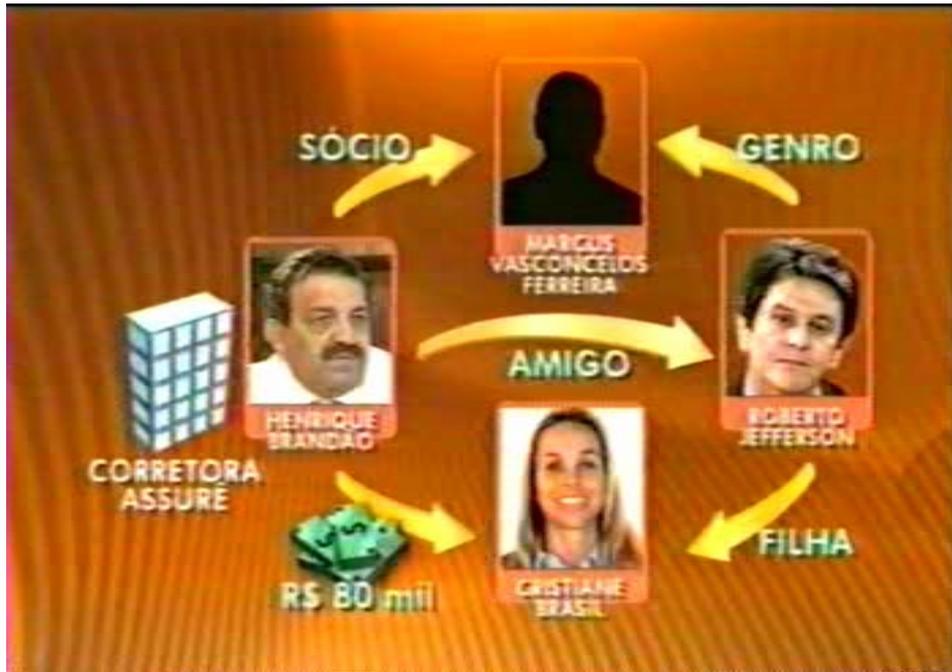


TABELA 1: Relação das matérias analisadas do JN nas cinco semanas do escândalo do "mensalão" e os enquadramentos identificados

No.	DATA	ASSUNTO	OFF	NOTICIOSO	RECURSOS	SÍNTESE	INTERPRETA	A	B	C	TEMPO TOTAL
1	20/6/2005	Jefferson acusa deputado do PL :Revista acusa José Janene PP; Janene se defende; Marinho depõe; Oposição que ampliar investigação	00:01:58	Responsabilização	Doc-Mat	Houve crimes ainda não explicados	Presunção de Crime	00:00:37	00:00:19		00:02:54
2	20/6/2005	PF recolhe documentos de contratos dos Correios; Marinho acusa Jefferson; Jefferson não aparece para depor	00:01:27	Responsabilização	Doc-Doc	Marinho falou a verdade sobre esquemas de desvios de recursos; Há corrupção nos Correios e Jefferson está envolvido	Responsabilização	00:00:07	00:00:14		00:01:48
3	21/6/2005	Karina Somaglio, em entrevista ao JN conta como funcionava o esquema. Ela diz que está sendo ameaçada	00:02:16	Responsabilização		Valério tinha encontros com Delúbio, Dirceu e Sílvio Pereira; empresário usava malas para levar dinheiro para políticos	Responsabilização	00:04:28	00:01:42		00:08:26
4	21/6/2005	Mais acusações contra Janene	00:01:43	Responsabilização	Doc-Doc	Provado o envolvimento de Janene em esquemas de corrupção	Responsabilização	00:00:13	00:00:14		00:02:10
5	21/6/2005	Conselho de Ética ouve deputados que teriam sido informados sobre o mensalão	00:01:50	Episódico		Não há prova material do mensalão, mas há versões que não desqualificam as investigações	Presunção de Crime	00:00:40			00:02:30
6	21/6/2005	Lídio Toledo do IRB nega denúncias, mas gravação confirma; PF investiga esquema envolvendo PTB de Jefferson	00:01:16	Responsabilização	Doc-Mat; Doc-Doc	Homem ligado a Jefferson se contradiz	Responsabilização	00:00:40			00:01:56
7	21/6/2005	Bispo Rodrigues se defende e acusa Jefferson	00:00:39	Episódico	Doc	Dúvidas sobre a versão de Jefferson sobre mensalão	Responsabilização	00:00:36			00:01:15
8	21/6/2005	PT prepara defesa e apresenta versão	00:01:20	Dramático	Doc-Doc	O PT está unido e decidido a desqualificar as denúncias de Roberto Jefferson	Dramático		00:00:07	00:00:16	00:01:43
9	21/6/2005	PF faz operação e apreende documentos na casa de pessoas ligadas ao PTB	00:01:34	Episódico	Doc-Doc	PTB de Jefferson ligado a esquemas de corrupção	Responsabilização	00:00:38	00:00:12		00:02:24
10	21/6/2005	CPI dos Correios começa a ouvir depoimento de Maurício Marinho	00:01:38	Episódico		Avança investigação sobre a corrupção nos Correios	Responsabilização				00:01:38
11	22/6/2005	Marinho depõe na CPI dos Correios e faz novas revelações	00:01:50	Responsabilização		Marinho participa e sabe do esquema de corrupção nos Correios	Responsabilização	00:03:04	00:00:19		00:05:13

3.1 – As perspectivas noticiosas

No período analisado do *JN*, encontramos os seguintes enquadramentos noticiosos: episódico, responsabilização e dramático.

Episódico: quando um acontecimento é descritivo, ou seja, o ângulo da matéria está focado na descrição de um evento.

Responsabilização: quando a denúncia estrutura a matéria, isto é, define o ângulo da notícia. Nesse caso, a perspectiva ressalta o aspecto moral do evento, indicando o comportamento antiético dos atores políticos.

Dramático: quando a abertura da matéria apresenta um tom dramático que descreve a situação pela qual passam pessoas, partidos ou governo diante das denúncias. É uma perspectiva que traz para o primeiro plano o aspecto emocional da notícia.

Com a sistematização dos dados das 96 matérias podemos concluir que houve, no período analisado, uma predominância do enquadramento episódico (54), ou seja, 56% do total das reportagens do *JN*. A perspectiva de responsabilização ocorreu 38 vezes, o equivalente a 39%. Já o enquadramento dramático foi registrado em quatro oportunidades (4%)²². Isso não quer dizer que essas reportagens deixaram de apresentar um segundo nível de enquadramento, no caso interpretativo, como veremos mais adiante. Nesse primeiro nível de análise, é possível dizer que a predominância do enquadramento episódico reforça a tese de que o telejornal procura focar suas notícias em eventos. Quando analisamos isso dentro do contexto do desenrolar de um escândalo, como foi o do “mensalão”, é possível dizer que esse tipo de perspectiva contribui para manter o acontecimento dentro de uma idéia novelesca, na qual não importa, pelo menos a princípio, se o caso terá um fim imediato, mas que ele deva ser visto como um evento diário.

²² Os dados somados consideram todas as notícias sobre a crise durante as cinco semanas, inclusive as que tratavam do presidente Lula. Para uma análise mais sistemática, na etapa posterior faremos a separação entre as notícias sobre o presidente e aquelas sobre a crise. Será possível notar uma inversão dos dados. O enquadramento noticioso de responsabilização é menor em relação ao presidente, que concentra a maior parte dos enquadramentos episódicos, que necessariamente não tratavam da crise.

Nesse caso, os exemplos a seguir enquadraram as notícias sobre o escândalo como um evento excepcional, imprevisto, uma novela dividida em capítulos episódicos, na qual a atividade política das CPIs e as instituições envolvidas na apuração do caso contribuíram para a sobrevivência do noticiário.

Dia 21/6/2006

Apresentadora Fátima Bernardes: A Polícia Federal cumpriu hoje mandados de busca e apreensão nas casas de dois ex-diretores de estatais ligados ao PTB. A operação é parte das investigações do Ministério Público do Distrito Federal sobre corrupção nos Correios.

Repórter: A Polícia Federal, a pedido do Ministério Público, apreendeu documentos em Brasília, na casa e no escritório do ex-presidente da Eletronorte, Roberto Salmeron. O nome dele foi citado pelo ex-chefe do departamento de compras dos Correios, Maurício Marinho, na gravação em que ele apareceu recebendo 3 mil reais (...)

Dia 19/7/2006

Apresentadora Fátima Bernardes: A Justiça Federal decidiu que as investigações sobre o envolvimento do empresário Marcos Valério no mensalão serão encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal, isto porque o caso envolve deputados federais, que têm fórum privilegiado.

Repórter: Com a decisão do juiz Jorge Costa, da 4ª Vara Federal, de Minas Gerais, a polícia foi obrigada a interromper todas as investigações sobre o mensalão.

Em segundo lugar em tipo de enquadramento noticioso aparece o de responsabilização, com atribuição ou cobrança de autoria dos acontecimentos noticiados. As matérias tiveram, nesse caso, um ângulo acusatório, seja apresentando uma nova descoberta sobre o caso, veiculada por outros órgãos de imprensa, ou a revelação de documentos e afirmações feitas por autoridades envolvidas na apuração. Nesse sentido, foi comum encontrarmos palavras-chave que ajudaram a definir esse enquadramento, como “novas denúncias”, “documentos secretos revelam” ou “a investigação descobriu”. Desse modo, o chamado ângulo da notícia, ou seja, a organização da realidade percebida pelo jornalista, enfatizou a denúncia como parte estruturante do texto noticioso em detrimento de outras perspectivas. É, claramente, um enquadramento com forte conotação moral, uma vez que procurava evidenciar o comportamento antiético dos personagens.

Em certa medida, esse tipo de enquadramento pode ser entendido também como episódico, uma vez que trata de mais um acontecimento sobre o escândalo. Contudo, julgamos

adequado classificá-lo com outra denominação, uma vez que, mesmo sendo um evento, a organização do texto acentuou o tom acusatório do acontecimento, uma realidade percebida que esteve em primeiro plano para os jornalistas. Ou dito de outra forma, a denúncia, a revelação, a característica espantosa do acontecimento com o seu caráter moral tiveram como base a medição e o estabelecimento dos níveis de responsabilidade dos personagens ou das instituições. O enquadramento de responsabilização também contribui para a manutenção do suspense, o desencadeamento da trama e a identificação dos personagens do caso, reforçando, mesmo que indiretamente, o caráter dramático do escândalo, uma vez que acelera o desmanche da credibilidade e da reputação de atores e instituições públicas.

Dia 20/6/2005

Apresentador William Bonner: A CPI dos Correios vai tomar amanhã o primeiro depoimento, e a oposição quer ampliar as investigações. Hoje em São Paulo, o deputado Roberto Jefferson acusou um integrante do Partido Liberal de inventar o mensalão.

Repórter: Na chegada a São Paulo, o deputado Roberto Jefferson acusou o deputado Carlos Rodrigues, conhecido como bispo Rodrigues, de ser o criador do esquema de mesada.

Deputado Roberto Jefferson (PTB): Essa prática do mensalão vem do bispo Rodrigues, desde a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Ele levou essa prática para o PL e acabou impregnando o Delúbio com isso (...).

Dia 25/6/2005

Apresentadora Sandra Annenberg: Relatórios secretos mostram que as empresas do homem apontado como operador do mensalão fizeram saques milionários, em dinheiro vivo, nos últimos anos. A reportagem da revista IstoÉ revela que o dinheiro teria saído de duas agências de publicidade, que têm como sócio o empresário Marcos Valério.

Repórter: Documentos sigilosos do Coaf, Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda, mostrados na reportagem da revista IstoÉ, registram mais de cem saques em dinheiro vivo, entre julho de 2003 e maio deste ano. Os valores vão de 100 mil a 500 mil reais.

O enquadramento de responsabilização, como foi possível notar, apresenta também um caráter moral. Um exemplo desse tipo de perspectiva ocorreu quando o ex-ministro dos Transportes Anderson Adauto admitiu na CPI que fazia “caixa dois”. A reportagem do dia 9/11/2005 começa depois de a chamada enfatizar o número de campanhas realizadas por Adauto

em que foi praticado o “caixa dois”. O texto da repórter também usa um tom de indignação ao dizer que ele falou do assunto com naturalidade.

Dia 9/11/2005

Fátima Bernardes: O ex-ministro dos Transportes Anderson Adauto admitiu que usou “caixa dois” em 11 campanhas eleitorais. Na CPI do mensalão, ele ainda afirmou que a prática ilegal é comum no Brasil.

Repórter: Ao chegar à CPI do mensalão, o ex-ministro dos Transportes e hoje prefeito de Uberaba, Anderson Adauto, do PL, confessou com naturalidade que fez “caixa dois” em todas as campanhas eleitorais de que participou.

Ex-ministro Anderson Adauto: As campanhas eleitorais no Brasil sempre aconteceram dessa forma. É cínico e cinismo quem dizer (sic) que não é assim (...).

Com menos ocorrência no tipo de enquadramento noticioso aparece a perspectiva dramática. Como o próprio nome diz, refere-se àquelas notícias que são estruturas com foco no tom dramático do evento. A situação de penúria financeira que vivia o PT logo após a descoberta das dívidas milionárias que tinha com o publicitário Marcos Valério foi a ênfase da reportagem do dia 21/7/2005 do *JN*. A matéria descreve o clima do diretório nacional do PT, em São Paulo, a movimentação de petistas que entravam e saíam do prédio, a sensação de incredulidade diante das revelações que contradiziam o histórico comportamento ético do partido. Em outra situação, o enquadramento dramático foi usado para organizar o texto noticioso da matéria do dia 18/7/2005, após as entrevistas de Valério e Delúbio para o *JN* afirmando que praticaram “caixa dois”. A reportagem apresentava a reação dos petistas sobre as novas revelações:

Dia 18/7/2005

Apresentador William Bonner: Parlamentares e dirigentes do PT reagiram às declarações do ex-tesoureiro Delúbio Soares que disse ter obtido empréstimos milionários de Marcos Valério para financiar campanhas eleitorais do próprio PT e de partidos aliados:

Repórter: O discurso na tribuna do Senado era exaltado em defesa do Partido dos Trabalhadores. Os petistas reagiram com indignação às entrevistas de Delúbio Soares e Marcos Valério, mas querem evitar generalizações.

Senador Aluizio Mercadante (PT) (em tom exaltado): É evidente que esse processo foi feito no PT por algumas poucas pessoas que sequer a executiva nacional tomou conhecimento, ou o diretório nacional. Pergunte a qualquer membro do diretório nacional (...).

3.2 – As perspectivas interpretativas

No primeiro nível de análise dos enquadramentos, portanto, podemos verificar a predominância da perspectiva episódica do noticiário, como havia apontando Iyengar (1991) em outro trabalho, e, no nosso caso, de um elevado número do enquadramento noticioso de responsabilização e seu caráter moral. Os dois casos, a nosso ver, atuam solidariamente no que Waisbord (1996), a partir de outro tipo de abordagem, chama de uma narrativa que conta uma história em episódios descontínuos, mas relacionados a uma mesma trama com sua unidade dramática, seu enredo e personagens.

Mas, como aqui defendemos a constituição de imagens do evento, operou também num nível mais sofisticado de apresentação da notícia. O enquadramento interpretativo do texto jornalístico significa, a nosso ver, uma importante ferramenta de estudo que ajuda a identificar o tipo de entendimento que a imprensa teve do caso e, por outro lado, a operação às vezes contraditória do texto noticioso.

Adotamos aqui uma análise sistemática das falas dos entrevistados, dividindo e calculando o tempo dedicado a cada ator, observando os tipos de recursos de imagem e o tom da narrativa. A perspectiva A, conforme pode ser observada, apresenta um tempo muito maior que as outras perspectivas (TABELA 1). Essa coluna representa aquelas falas que coincidem, isto é, apóiam o enquadramento interpretativo mais geral do texto, seja recomendando, fazendo apontamentos ou avaliações sobre o assunto noticiado. Nesse sentido, tanto os enquadramentos noticiosos episódicos, e mais ainda os de responsabilização, trazem falas ou recursos gráficos que colaboraram para a definição do seu enquadramento interpretativo.

Ou seja, tanto a posição A quanto os recursos visuais operaram um jogo, onde não sabemos se A falou o que os jornalistas procuravam, ou se o texto jornalístico assumiu a posição de A que, obviamente, teve seu tempo de apresentação expandido. Nesse caso, os dados demonstram o seguinte: das 96 matérias analisadas, a posição A teve um tempo total de

1h16min08seg, enquanto as outras totalizaram 14min41seg em B e 12min52seg em C. Num cálculo geral, a posição A representou 30% do tempo total das matérias, que foi de 4h09min. Já B e C representaram 5% cada uma. A maior parte do texto (60%) foi usada apenas pelos jornalistas incumbidos de coordenar a interpretação que deveria predominar. Vale lembrar que a posição A, na nossa classificação, foi um dos elementos-chave responsáveis pelas falas interpretativas, seja indicando no início ou no fim da matéria a definição do problema, ou sustentando uma perspectiva já adotada pela própria mensagem jornalística e seus recursos gráficos.

Outros dados chamaram a atenção. A maioria dos enquadramentos noticiosos episódicos focados no acontecimento não teve o uso de recursos gráficos, que colaboram mais acentuadamente, a nosso ver, para a definição do enquadramento interpretativo. Apenas oito dos casos de enquadramento episódico, contra 30 de responsabilização, tiveram o auxílio dos recursos gráficos. Ou seja, levando-se em conta o total de 54 enquadramentos episódicos identificados, apenas 15% apresentaram recursos gráficos, enquanto nos de responsabilização o uso desse recurso correspondeu a 79%. Desse modo, o levantamento permite dizer que a tendência do *JN* foi de reforçar o entendimento da notícia quando tinha convicção da interpretação fornecida pelos atores políticos; quando isso não ocorria, o telejornal optou por uma perspectiva mais descritiva do evento, evitando interferir de maneira mais explícita na compreensão da mensagem.

Também é importante destacar que em 18 enquadramentos episódicos (33%) não houve qualquer tempo dedicado às posições A, B e C, cabendo muito mais ao próprio jornalista a indicação do enquadramento interpretativo que deveria prevalecer. No enquadramento de responsabilização, esse número se inverte. Foram 36 ocasiões, ou seja, em 94% dos casos havia alguém confirmando a interpretação do texto jornalístico ou, em menor grau, rebatendo o entendimento mais geral da matéria.

Com esses dados é possível tirar algumas conclusões. O enquadramento noticioso episódico não está isento de ter um enquadramento de segundo nível, o interpretativo, mas essa relação é mais sutil, indireta e operada em alguns casos pelo próprio texto noticioso do jornalista. Nesse caso, foi preciso uma leitura minuciosa para identificar os trechos mais enfáticos do texto e suas imagens. No caso do enquadramento noticioso de responsabilização, a constituição do enquadramento interpretativo é mais intensa, tanto no que se refere aos recursos gráficos usados

pela televisão, quanto em relação ao número de falantes na matéria. Isso não quer dizer, obviamente, que o trabalho para identificar o enquadramento interpretativo seja mais fácil. Há, em alguns casos, uma competição interpretativa dentro do texto jornalístico, tanto que procuramos analisar as mensagens mapeando e calculando o tempo dedicado a cada um dos falantes, bem como o de informar se havia ou não o uso de recursos visuais.

A partir desses dados foi possível chegar a alguns entendimentos sobre os enquadramentos interpretativos do caso do “mensalão” no *JN*. A nosso ver, esse é o estágio em que o poder de fala da imprensa ganha bastante relevância, na medida em que cabe a ela, em última instância, decidir o que é visto, de que maneira é visto, e, sobretudo, de que forma deve ser compreendido. Dito de outra forma: havia um problema (o mensalão) e coube à mídia, com sua capacidade de enquadrar e definir o problema, e aos seus responsáveis a tarefa de conduzir o entendimento público do acontecimento. Os enquadramentos interpretativos identificados tiveram a seguinte distribuição: (64%) de Responsabilização, (5%) de Presunção de crime, (6%) de Dramático, (2%) de Disputa Política e (1%) para Pizza²³.

Responsabilização: quando os ouvintes ou fontes apresentadas na matéria sentenciam o grau de responsabilidade de acusados como pessoas, partidos ou governo. Normalmente, o texto se refere a outras reportagens ou pessoas que ganham amplo espaço para definir o evento.

Dramático: quando as fontes colaboram sustentando o tom dramático da matéria. Ou seja, fornecem frases que ajudam a caracterizar a situação descrita pelo repórter. Houve casos em que o ângulo da matéria era episódico, mas o enquadramento interpretativo enfatizou o caráter emocional do evento.

Presunção de Crime: quando as diversas fontes ouvidas se contradizem sobre a descrição dos atos de corrupção. Nesse sentido, o texto jornalístico procura apresentar as duas versões de maneira mais equilibrada, mas ressaltando o caráter nebuloso do evento. Esse enquadramento

²³ Os dados não somam 100% dos enquadramentos porque não contabilizamos todos os enquadramentos interpretativos das matérias relativas ao presidente Lula, na amostragem das 96 matérias. Consideramos apenas aquele que coincidia com esta primeira análise, isto é, o enquadramento de responsabilização, que aparece tanto em relação a Lula (4) quanto na outras matérias sobre a crise (59). Como tratamos no estudo de disputas de construção de imagens, abordaremos, no capítulo seguinte, os enquadramentos interpretativos do *JN* restritos ao presidente Lula.

também é aceito quando uma mesma matéria descreve uma série de iniciativa das fontes em apurar, investigar e revelar as denúncias, evidenciando a idéia de que algo de pobre aconteceu, ou quando a descrição de um fato sugere ações clandestinas, obscuras no meio político.

Pizza: quando o texto procura ressaltar o risco de que as investigações não punirão os envolvidos. Nesse sentido, as fontes aparecem no texto sustentando esse perigo ou apontando dificuldades para levar adiante a investigação.

Disputa Política: quando o texto indica o trabalho de um partido ou político em investigar, mesmo a matéria tendo apresentado dados que sustentam a versão do acusado. Nesse caso, as fontes aparecem se auto-acusando no texto, indicando com isso a característica de disputa política. Entram nessa definição também as divergências internas do governo, no parlamento ou sobre os trabalhos da CPI.

De um modo geral, no enquadramento interpretativo do *JN*, prevaleceu a tese de que o “mensalão” existiu e, nesse sentido, as matérias concentraram grande parte do tempo apresentando perspectivas sobre o grau de responsabilidade dos envolvidos no caso, enfatizando, desse modo, o caráter imoral dos acontecimentos. O enquadramento do telejornal também tratou como certa a idéia de que a corrupção nos Correios, a famosa imagem de uma câmera escondida em que um dirigente recebe 3 mil reais de propina, tinha ligação com o “mensalão”. As interpretações repudiaram também a idéia de “caixa dois”, defendida por Lula e integrantes do PT. Nesse sentido, pela análise dos dados aqui apresentados, podemos dizer que, nas primeiras semanas de junho de 2005, o *JN* tratou o caso o “mensalão” como um fato inquestionável, mas que necessitava de investigação para apontar o real nível de participação dos envolvidos.

Os enquadramentos interpretativos na semana de 20/6/2005 foram em duas linhas: a da comprovação de que Maurício Marinho, ex-dirigente dos Correios, havia praticado um crime e, também o de definir o grau de responsabilidade de deputados no mensalão. Nessa semana, Roberto Jefferson, que denunciou o caso da compra de votos à *Folha de S.Paulo*, foi tratado de maneira ambígua. Da mesma forma que tinha espaço para incitar o caso do pagamento de mesadas – e, dessa forma, reforçar o entendimento de que o governo e o PT compraram votos –,

Jefferson também foi visto com desconfiança pelo *JN*, no sentido de que ele também tinha um comportamento antiético.

Isso, a nosso ver, ocorreu pelo próprio fato de que Jefferson era uma conhecida figura política do país envolvida em outros escândalos, como o de ter sido o defensor do presidente Fernando Collor no Congresso durante o processo de *impeachment*. Pesquisadores que já trabalharam com escândalos políticos defendem o pressuposto de que a atuação da imprensa é movida por suas impressões obtidas em outros escândalos, ou seja, idéias que a mídia tem em relação a figuras políticas, instituições, entre outros (WAISBORD 2000; THOMPSON 2002). A matéria do dia 20 de junho (2min54seg), dessa forma, dá voz às denúncias de Jefferson, mas ao mesmo tempo o apresenta como uma figura pouco confiável que admite, inclusive, ter recebido recursos do PT. Àquela altura, a matéria já tratava como assuntos relacionados o caso da corrupção dos Correios e o pagamento de mesada para deputados. A reportagem, mais adiante, acentua o comportamento inadequado e exótico do deputado, que aparece cantando num restaurante em São Paulo.

A reportagem, já transcrita neste trabalho, passa então a tratar de novas denúncias apresentadas pela revista *Época*, na matéria “*Homem da mala*”, em que acusa o deputado José Janene (PP) de ser o responsável por levar dinheiro para deputados. Observa-se, com isso, a estratégia do *JN* de fazer referências a outros veículos de comunicação, ampliando dessa maneira a visibilidade do escândalo. O texto da reportagem dá a entender que há umnexo entre o caso dos Correios e do “mensalão”. A matéria reproduz imagens da revista, de casas luxuosas que seriam de Janene e depois apresenta sua posição sobre o evento (19seg). O texto lembra em seguida o início dos trabalhos da CPI dos Correios, mas fecha com depoimento de integrantes da CPI que reforçam o pressuposto de que havia uma transgressão ainda não totalmente explicada (37seg). Nesse caso, o enquadramento proposto foi de “Presunção de Crime”, ou seja, algo de podre havia acontecido.

Senador Delcídio Amaral (PT): Nós estamos convocando os principais envolvidos na denúncia. As pessoas que gravaram, o empresário também que em princípio contratou a gravação por razões empresariais.

Repórter: Mas os opositores querem ampliar as investigações.

Deputado Rodrigo Maia (PFL): Só teve mesada se o governo pagou a mesada. Então, para que o Congresso faça uma investigação correta, precisa avançar nas investigações dos Correios, depois das outras estatais.

Na mesma edição do dia 20/6/2005, o *JN* apresentou uma reportagem (1min48seg) falando sobre a apreensão de contratos fechados pelos Correios e, dessa maneira, reproduz a imagem da câmera escondida que flagrou Maurício Marinho recebendo o dinheiro da corrupção. A imagem tem um forte aspecto moral da ação imprópria de Marinho, que recebe um bolo de dinheiro, e, em seguida, guarda no bolso. Vale lembrar que as imagens vieram a público pela primeira vez na reportagem da revista *Veja*, no dia 14/05/2005, mas, mesmo assim, continuava sendo repetida, reforçando no escândalo seu caráter moral.

O enquadramento interpretativo nesta matéria do *JN* aponta para a comprovação de que houve desvios de recursos nos Correios e que Roberto Jefferson tinha participação no esquema. Notem-se as palavras-chave usadas pela repórter para descrever o evento – “conseguiu uma prova” e “esquema de corrupção”– que, a nosso ver, contribuem para desenhar um quadro interpretativo predominante de responsabilização.

Repórter: A Polícia Federal conseguiu uma prova confirmando a primeira parte do que o ex-chefe de compras disse na fita em que revelou o esquema de corrupção nos Correios. Marinho contou que havia se encontrado com empresários do setor de calçados interessados em lotear a venda de tênis para carteiros.

(a matéria reproduz as imagens da gravação com uma câmera escondida, nas quais Maurício Marinho embolsa R\$ 3 mil e, em seguida, fala como é o esquema de corrupção. Marinho diz que Roberto Jefferson é o chefe da corrupção no órgão).

(...)

Repórter: Agora, o que a Polícia Federal e o Ministério Público querem saber é se outro personagem do caso, o militar da reserva Arlindo Molina, disse a verdade no depoimento. Molina contou que avisou ao deputado Roberto Jefferson, antes da divulgação da fita, que existia uma bomba envolvendo Maurício Marinho.

No dia 21/6/2005, o *JN* apresenta uma entrevista exclusiva (8min26seg) com a ex-secretária do publicitário Marcos Valério, apontado por Jefferson de ser o operador do “mensalão”. Fernanda Karina Somagio tem amplo espaço para explicar como funcionava o

esquema de corrupção (4min28seg). O enquadramento interpretativo de responsabilização enfatizou a idéia central de que o “mensalão” existiu e que integrantes do PT tinham relações de amizade com o publicitário Marcos Valério. Vale lembrar a insistência do repórter para tirar da ex-secretária revelações que comprometessem ainda mais os envolvidos no caso.

Dia 21/06/2005

Secretária Fernanda Karina: Foi do dia pra noite. O senhor Marcos começou a ligar para o senhor Delúbio e aí eles ficaram amigos do peito (risos). Só, isso é o estranho, porque ninguém fica amigo de uma hora pra outra.

Repórter: E passaram a se comunicar com freqüência?

Secretária Fernanda Karina: Claro, todos os dias praticamente.

No mesmo dia, outras duas reportagens têm enquadramentos interpretativos de responsabilização apontando o envolvimento de Jefferson com corrupção. A primeira (2min24seg) descreve uma operação da PF na casa de dirigentes do PTB, citado por Maurício Marinho na gravação com a câmera oculta. A gravação é novamente repetida. Outra reportagem (1min56seg) apresenta um personagem ligado a Jefferson e ao PTB como uma pessoa envolvida no esquema. O enquadramento interpretativo de responsabilização procurou mostrar que Lídio Duarte, ex-dirigente do IRB-Brasil Resseguros, mentiu, quando disse que havia contado uma história inverídica à revista *Veja*, de que era obrigado a cobrar propina de empresários e repassar para o PTB.

Temos, nesse sentido, uma perspectiva com um elevado caráter moral, em que a reportagem expõe a mentira de Lídio Duarte, apresentando novamente a gravação em que ele afirmava que era obrigado a repassar R\$ 400 mil para o PTB. A reportagem mostra o grau de envolvimento do partido dirigido por Jefferson com o escândalo.

Dia 21/6/2005

Repórter: O depoimento foi na sede da Polícia Federal, no Rio. Segundo uma reportagem da revista Veja, Lídio Duarte pediu demissão porque teria sofrido pressões para pagar uma mesada de 400 mil reais ao partido de Roberto Jefferson. Em depoimento no início do mês, Lídio Duarte negou tudo. A revista então divulgou a gravação da entrevista com a denúncia.

(aparece a reprodução da matéria da revista Veja com o título “Mesada de 400 000 reais para o PTB” e uma foto de Jefferson e, em seguida, a reprodução do áudio da entrevista de Lídio Duarte à revista)

Lídio Duarte: “A história é seguinte: dizem que o partido tem que ter com os diretórios, com as festas, com os jantares, com não sei o quê, e cada indicado tem que botar lá R\$ 400 mil, por fim.”

A partir do dia 23 de junho, o enquadramento interpretativo caminha na direção de identificar o nível de envolvimento do publicitário Marcos Valério e de dirigentes do governo no escândalo do mensalão. Com o depoimento de Maurício Marinho, o *JN* concluiu que as empresas do publicitário foram favorecidas em contratos com o governo (2min02seg).

A atribuição de responsabilidade aumenta com a reprodução de documentos, ou seja, contratos que foram alterados para favorecer Valério. Essa ligação entre governo e o empresário era parte da triangulação defendida por integrantes da CPI, de que o dinheiro para o PT havia saído de esquemas de corrupção de negócios entre o empresário e a União.

Dia 23/6/2005

Repórter: (...) Um dos contratos que os procuradores querem analisar é dos Correios com a SMPB, a agência de publicidade de Marcos Valério, que foi acusado pelo deputado Roberto Jefferson de distribuir dinheiro para políticos.

(são apresentadas reproduções dos contratos da SMPB com os Correios, destacando as mudanças nas regras feitas pelo governo e que permitiram a vitória da empresa no processo de licitação)

Repórter: (...) o contrato de 29 milhões de reais foi assinado em 2004. A SMPB venceu outras 55 empresas na disputa. Antes da concorrência, a secretaria de Comunicação da Presidência da República recomendou aos Correios que baixasse o patrimônio líquido exigido das agências de publicidade para que mais empresas pudessem participar da licitação. O patrimônio exigido caiu 3 milhões de reais para 1 milhão e 800 mil reais. Foi essa mudança nas regras que permitiu a SMPB entrar na disputa porque o patrimônio da agência, segundo os Correios, era de 2 milhões e 800 mil reais (...)

O caso do “mensalão”, que já vinha sendo tratado como um engenhoso esquema de corrupção envolvendo Marcos Valério, representantes do PT e integrantes do governo, teve um

capítulo importante no dia 25/6/2005, que contribuiu para ampliar o enquadramento de responsabilização. Novamente com referência cruzada a outros veículos, o *JN* reproduziu uma reportagem (2min52seg) da revista *IstoÉ* intitulada “Aparece o dinheiro”, em que uma foto mostra um homem carregando uma mala cheia de dinheiro. A matéria do *JN* propõe o entendimento final de que Valério, acusado de ser o operador do mensalão, de fato movimentou milhões de reais. Além da reprodução da reportagem da revista *IstoÉ*, o enquadramento interpretativo é reforçado com a apresentação de imagens de documentos, provas irrefutáveis dos saques nas contas do publicitário.

O *JN* recupera ainda a entrevista da ex-secretária Fernanda Karina, onde ela afirmava que Valério levava grande quantidade de dinheiro para ser entregue a dirigentes do PT. Também é reproduzida a fala do publicitário, na entrevista dada ao *JN* dias antes. O enquadramento é de que Valério mentiu e, nesse caso, constrói outras deduções: se ele mentiu, e houve grandes saques de dinheiro, então o dinheiro para o “mensalão” existiu. O enquadramento, portanto, é de responsabilização.

Dia 25/6/2005

Repórter: Na entrevista exclusiva ao Jornal Nacional, a ex-secretária Fernanda Karina Somagio disse que eram freqüentes os saques em dinheiro, quando o empresário Marcos Valério se encontrava com políticos.

(...)

Repórter: Na entrevista ao Jornal Nacional, Marcos Valério negou que era o operador do mensalão.

Empresário Marcos Valério: (...) Nunca as minhas empresas fizeram nada em mala. Nem de dinheiro, nem de documentos, nada...

Repórter: Hoje ele informou que só vai se pronunciar novamente na Comissão de Sindicância na Câmara (...). Os documentos que comprovam os saques são relatórios que o Conselho de Controle de Atividades Financeiras considera suspeitos (...)

Senador Delcídio Amaral (PT): Eu acho que essas notícias são muito sérias e exigem uma ação rigorosa da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios (...)

Na mesma edição, e recorrendo à referência cruzada a outros veículos, o *JN* trouxe outra reportagem (2min40seg), dessa vez sobre uma matéria da revista *Época*, mostrando que houve favorecimento de empresas de transporte aéreo em contratos com os Correios. Novamente, o enquadramento interpretativo sustenta a idéia de que havia corrupção na estatal e, no fim, reproduz o entendimento oficial do Palácio do Planalto, de que as denúncias não atingiam o governo. O enquadramento é de responsabilização de integrantes do governo que teriam assinado contratos fraudulentos.

Repórter: (...) O presidente Lula está sendo informado sobre o noticiário. O governo avalia que já foram tomadas as providências: afastamento de funcionários e investigação. Na avaliação do Planalto, as denúncias não atingem diretamente o governo. Na segunda-feira, o presidente Lula discute a crise numa reunião com ministros.

Ainda na edição de 25/6/2005, o *JN* traz uma reportagem (4min31seg) sobre detalhes de uma investigação feita pelo governo no IRB-Brasil Resseguros, descrevendo que havia irregularidades no órgão. A matéria apresenta imagens do relatório da investigação, destaca trechos de documentos e, em seguida, produzindo uma arte gráfica em que os dirigentes do IRB, o deputado Roberto Jefferson e sua filha são relacionados a donos de corretoras favorecidos por dirigentes do instituto. A arte gráfica indica ainda o repasse de recursos dessas empresas para campanhas eleitorais de Jefferson. Esses recursos gráficos aparecem na narrativa com uma função didática para simplificar o entendimento da matéria, interpretando e evidenciando o enquadramento de responsabilização de que Jefferson esteve envolvido em corrupção no governo.

Até meados de julho de 2005, os enquadramentos interpretativos do *JN* demonstram que o telejornal manteve uma construção de imagem que apontasse o grau de responsabilidade de indivíduos como Delúbio Soares, Roberto Jefferson e Marcos Valério. O caso dos Correios, por sua vez, foi tratado, nessas cinco semanas pesquisadas, como parte da engenharia montada por dirigentes do PT para financiar deputados. O PT, como instituição, até esse mês teve enquadramentos interpretativos que ora apontavam para o caráter dramático de uma legenda que definhava e perdia o brilho histórico, ora como um partido com integrantes responsáveis por planejar sofisticados esquemas de corrupção, numa típica perspectiva de responsabilização.

No dia 18/7/2005, duas reportagens (3min24seg) e (2min56seg) tiveram um enredo onde corrupção, desvios éticos e drama ajudam a compor a idéia novelesca do caso. Na primeira matéria, o PT aparece como uma organização criminosa, que fez parte de um esquema com Marcos Valério e integrantes do governo para receber recursos de empréstimos ilegais. Na segunda, o enquadramento interpretativo é dramático. Figuras do partido colaboram para uma compreensão mais geral da reportagem, que via o capital simbólico da legenda definindo publicamente. Essa matéria, que já foi descrita anteriormente, refere-se ao depoimento do senador Aloísio Mercadante, na Tribuna do Senado, onde fez discurso exaltado, segundo a reportagem, em defesa do partido.

Uma reportagem do *JN* do dia seguinte, 19/7/2005, procurou apontar o grau de participação de Sílvia Pereira, ex-dirigente do PT, no escândalo (4min02seg). A matéria é sobre o depoimento do petista na CPI dos Correios. O caso é interessante porque, mesmo concedendo mais espaço para a posição B (1min28seg), isto é, Sílvia Pereira desmentindo as acusações, a reportagem apresentou um enquadramento interpretativo de responsabilização indicando que o dirigente do PT mentiu. Essa e uma outra reportagem do dia 11/8/2005, mostrando a defesa de Paulo Okamoto, presidente do Sebrae que havia pagado um empréstimo do presidente Lula ao PT, mas que não tinha comprovantes da transação, concederam mais espaço para a posição B, mas a compreensão final da matéria foi contrária.

Ou seja, tivemos dois casos, em todas as matérias analisadas, em que a idéia da posição A não teve, em termos de espaço, responsabilidade na definição do enquadramento que deveria prevalecer. O que pesou na definição do problema foi a posição no texto em que A apareceu falando, isto é, no final da matéria, como uma interpretação que pontuou todo o entendimento do texto conduzido pelo repórter. Em outras palavras, a narrativa buscou enquadrar essas matérias de maneira a desqualificar os depoimentos apresentados. No caso do depoimento de Sílvia Pereira, o repórter faz uma longa introdução no texto, apresentando o integrante do PT, suas atribuições e responsabilidades dentro do partido, e por fim, destaca a frase em que o dirigente é visto como mentiroso.

Dia 19/7/2005

Repórter: Sílvia Pereira foi secretário-geral do PT até estourar o escândalo dos Correios. Por ele passavam todas as indicações para cargos do governo, segundo o deputado Roberto

Jefferson. Já para o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, ele era o elo entre o partido, o governo e os aliados. O empresário Marcos Valério discutia a prestação de serviços para campanhas políticas com Sílvio Pereira. Aos parlamentares da CPI, o ex-dirigente petista negou tudo isso.

Sílvio Pereira: Acredito eu que seja pela função que eu tenho de direção do PT. Acho que eles imaginavam que tivesse talvez uma influência maior do que realmente eu tivesse.

(...)

A matéria faz um balanço dos temas negados por Sílvio Pereira, intercalando com frases do ex-dirigente, e, no fim da reportagem, apresenta outros depoimentos, que reforçam o entendimento proposto na abertura da matéria: “Sílvio Pereira mentiu”. Para isso, o texto recorre a atores políticos, personagens que participam solidariamente com o telejornal, atendendo à expectativa moral do *JN*. Vale lembrar ainda o oportunismo noticioso dos depoimentos nas CPIs, que forneceu cenas, performances e acontecimentos que colaboraram para a sobrevida midiática do escândalo.

Deputado Heráclito Fortes (PFL): Eu nunca tinha visto na minha vida tanto cinismo. Esse é um espetáculo triste e deprimente.

Deputado: Eu acho que isso faz parte da estratégia de defesa, uma vez que ele compareceu na condição de investigado por própria iniciativa da Comissão, que já tem, inclusive, o seu sigilo quebrado.

Encadeada com essa reportagem, o *JN* trouxe uma segunda matéria, em que o enquadramento interpretativo reforça o entendimento de que Sílvio Pereira não só mentiu mas praticou corrupção enquanto esteve na direção do PT. A matéria trata da grande quantidade de bens do ex-dirigente petista, mesmo ele sendo um sociólogo, conforme descreve o texto. A reportagem traz à tona, então, a doação de veículo feita a Sílvio Pereira por uma empresa contratada pela Petrobras. O assunto já havia sido abordado por um deputado durante o interrogatório na CPI, mas agora retornava com uma série de imagens e depoimentos que atestavam as responsabilidades de Pereira no caso de corrupção.

Na semana de agosto analisada, o *JN* continuou apresentando enquadramentos interpretativos que reafirmavam o grau de responsabilidade de dirigentes petistas, além de

Marcos Valério e Roberto Jefferson. Já haviam se passado dois meses de crise, desde que a reportagem da *Folha de S.Paulo* trouxe a entrevista de Jefferson denunciando a existência do “mensalão”. No dia 8/8/2005, uma reportagem (2min37seg) volta a enfatizar um enquadramento interpretativo, dramatizando o fim do capital simbólico do PT. Para isso, realça a idéia de que o partido está rachado, com correntes opostas que admitem não punir os envolvidos no escândalo como também sem saber direito o que fazer diante de tantas revelações que contradiziam a história de comportamento ético da legenda. O enquadramento neste caso é dramático.

Dia 8/8/2005

Repórter: Compasso de espera na sede nacional do PT, em São Paulo. Depois do afastamento de Delúbio Soares, o partido discute o que fazer com os envolvidos com saques nas contas de Marcos Valério. O secretário-geral do PT, Ricardo Berzoini, acha que todas as denúncias devem ser investigadas, mas os crimes eleitorais, segundo ele, devem ser punidos de forma mais branda.

Ricardo Berzoini (PT): É preciso distinguir ilegalidade eleitoral de corrupção (...)

Repórter: A declaração de Berzoini não agradou as correntes de oposição que disputam o poder dentro do partido.

Dirigente: Eu acho que ele está se antecipando prematuramente (...)

Dirigente: Nos não estamos discutindo punições, nós estamos discutindo apurações (...)

Além das reportagens que enfatizaram o entendimento já proposto do nível de envolvimento de petistas e empresários no escândalo, houve também matérias que indicavam o envolvimento da alta cúpula do PT, inclusive do presidente Lula, em atos de transgressão política. Uma matéria é a do dia 12/8/2005, com 4min38seg de tempo, sendo que 1min37 foram dedicados à posição A, que sustentou o enquadramento interpretativo do evento de que a situação do presidente no caso havia se agravado, ou seja, de responsabilização. Em outras palavras, ajudou a reforçar a resposta a uma pergunta que circulou em muitas colunas políticas na época: “Lula sabia?”

A reportagem descreve uma denúncia apresentada pela revista *Época*, trazendo uma entrevista com o ex-presidente do PL, Valdemar Costa Neto, que já havia renunciado ao cargo

para evitar a cassação. O PL era, na época, o partido do vice-presidente da República, José Alencar. O ex-presidente do PL afirmou à revista que houve um acordo de R\$ 10 milhões para que o PL participasse da chapa do presidente Lula nas eleições de 2002. Numa referência cruzada a outro veículo, o *JN* reproduz a chamada “Lula sabia” da revista *Época* e trechos da fita da entrevista de Valdemar. A matéria foi ao ar um dia depois de o ex-publicitário de Lula, em 2002, Duda Mendonça, afirmar na CPI que havia recebido dinheiro de “caixa dois” do PT no exterior.

Dia 2/8/2005

Repórter Vladimir Neto: O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, contou como foi a negociação entre o PT e PL para montar a chapa vitoriosa de 2002. Segundo o presidente do PL, o partido receberia 10 milhões de reais para apoiar a candidatura de Lula. Valdemar disse que o dinheiro era para custear a campanha do PL. Valdemar disse que o acordo foi fechado num encontro do apartamento do PT, Paulo Rocha, em junho de 2002.

(aparece a imagem da capa da revista Época com o título “A confissão”. Em seguida, imagens do título da reportagem “Lula sabia”)

Repórter Vladimir Neto: Na entrevista à revista Época, Valdemar afirmou que Lula, então candidato a presidente, e José Alencar ficaram na sala. Valdemar afirma que ficou num quarto com o deputado José Dirceu e Delúbio Soares, que era tesoureiro do partido. Valdemar disse que pediu 20 milhões de reais para apoiar o PT; fecharam em 10 milhões de reais. O vice-presidente José Alencar teria entrado no quarto e perguntando se o acordo já estava fechado.

(é reproduzido o áudio da entrevista de Valdemar à revista Época)

(...)

Repórter Vladimir Neto: Segundo Valdemar, o acordo dependia da aprovação de Lula.

(aparece mais um trecho do áudio da entrevista de Valdemar: “Ele foi lá para autorizar a operação”)

Na semana analisada do mês de setembro de 2005, os enquadramentos interpretativos que caracterizavam o grau de responsabilidade dos envolvidos no escândalo começaram a disputar espaço com outro tipo de enquadramento. Como a agenda das CPIs avançava, a Comissão de Ética e a própria CPI estavam às voltas com a conclusão de parte do relatório que iria apontar os culpados pelos acontecimentos. Nesse sentido, surge o enquadramento interpretativo de “Pizza”, que indicava a lentidão do processo de cassação como forma preliminar de um suposto acordo

para inocentar os denunciados. A reportagem do *JN* do dia 6/9/2005, com 1min41seg, descreveu a demora nos trâmites internos da Comissão de Ética para levar adiante a cassação dos deputados, mas com um enquadramento que indicava uma expectativa da sociedade de que ninguém seria inocentado. Nota-se, nesse caso, o aparecimento oportuno de um senador, que colaborou para ampliar o enquadramento do texto noticioso, simplificando o entendimento da mensagem.

Dia 6/9/2005

Repórter: Nem mesmo a aprovação simbólica por unanimidade impediu que o relatório da CPI dos Correios ficasse os últimos cinco dias parado. Um detalhe burocrático que ainda estava sendo discutido hoje retardou o envio do texto à mesa diretora da Câmara: a falta das assinaturas do presidente e do relator da CPI do mensalão que estão fora de Brasília (...)

Senador Álvaro Dias (PSDB): Nós temos que correr porque há uma exigência implacável da sociedade que não admite qualquer tipo de temporização, de panos-quentes, de abafa. A sociedade exige punição rigorosa.

Ainda na semana analisada de setembro, uma reportagem do dia 7/9/2005 falou sobre as relações mantidas pelos investigados: Delúbio Soares, Marcos Valério, Roberto Jefferson. A matéria, baseada em dados da CPI, trata do número de ligações feitas por esses personagens. O enquadramento interpretativo reforça a idéia da formação de uma quadrilha com o objetivo de fazer tráfico de influência dentro do governo. Para isso, são utilizados recursos gráficos (Doc-Art) em que se pontua o número de ligações feitas por cada personagem para órgãos do Executivo ou entre eles. Esse enquadramento, se assim podemos dizer, responde ao pressuposto inicial de que um crime havia sido executado e os personagens deveriam ser identificados. Para compor a narrativa, o *JN* recupera imagens de arquivo de deputados. A perspectiva, nesse caso, é de responsabilização.

Dia 7/9/2005 (2min19seg)

(imagens de arquivo de Marcos Valério, Delúbio Soares, Roberto Jefferson, Jacques Wagner e Ricardo Berzoini em seqüência.)

Repórter: O empresário Marcos Valério, o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e o deputado Roberto Jefferson mantinham contatado freqüentes com vários ministérios, principalmente do Trabalho, pasta ocupada pelos ministros petistas Jacques Wagner, e Ricardo Berzoini.

(é mostrada uma arte gráfica com a foto dos personagens e o número de ligações feito por cada um a órgãos do governo)

Repórter: A CPI dos Correios descobriu 310 ligações procedentes das agências de Marcos Valério para a Presidência da República. O empresário ligava com frequência para 20 ministérios, embora só tivesse contrato com dois (...) Delúbio Soares também tinha acesso fácil ao governo (...) Roberto Jefferson também falou muito com o Ministério do Trabalho (...)

Senador Álvaro Dias (PSDB): Essas ligações configuram tráfico de influência e, aliás, mostram outra coisa. O senhor Delúbio Soares me parece ser uma espécie de coadjuvante do senhor Marcos Valério. Na verdade, o Marcos Valério é o grande tesoureiro (...)

(...)

Deputado: Eu acredito que, com base nessas informações, seguramente nós vamos ter novos dados que vão demonstrar uma ação muito mais acentuada do que se imaginava inicialmente.

Na semana de novembro analisada, o enquadramento interpretativo utilizado pelo *JN*, em boa parte, não tem um foco específico. As matérias variam sobre a reafirmação do envolvimento de personagens do PT, do empresário Marcos Valério e do deputado Roberto Jefferson no esquema de corrupção e também sobre uma suposta armação no Congresso para livrar os mensaleiros de punição. Nesse período, o percentual de vezes em que o “mensalão” foi notícia no *JN* (TABELA 1) mostra que o assunto já não despertava tanto interesse. A nosso ver, isso ocorreu, em parte, devido ao próprio entendimento já cristalizado das responsabilidades dos envolvidos no caso, e, obviamente, pela fadiga do assunto. Thompson defende que os escândalos midiáticos sofrem um esgotamento com o passar do tempo e, paulatinamente, são retirados da pauta da imprensa. Por outro lado, acreditamos que a CPI dos Correios, embora tivesse sido prorrogada para abril de 2006, não conseguiu mais fornecer episódios que restabelessem o suspense, o drama e as dúvidas sobre qual teria sido o real envolvimento de atores políticos com o escândalo.

Na análise dos enquadramentos interpretativos do *JN*, nas cinco semanas pesquisadas, portanto, podemos dizer que houve uma disputa por uma compreensão do nível de responsabilidade de cada ator no esquema de corrupção e o PT, nesse caso, foi visto como uma instituição moralmente reprovada e que abrigou um engenhoso plano de corrupção dentro do governo. Desse modo, havia uma premissa de que um crime havia sido cometido e, dessa maneira, deveria ser exposto o entendimento, isto é, enquadramentos interpretativos que não

colocassem em dúvida essa idéia inicial, mas sim que ajudassem a população e o próprio meio político a compreender o grau de responsabilidade dos acusados. Nesse sentido, a compreensão do caso foi sendo desenrolada e muitas vezes se repetiu, conforme as revelações apresentadas por outros veículos de comunicação e reproduzidas pelo *JN*.

Os dados permitem dizer ainda que a expectativa ética da atividade política esteve presente nas reportagens do *JN*. Esse pressuposto se evidencia mais ainda devido ao histórico posicionamento ético do PT e das suas importantes figuras. Durante os 25 anos de existência, o partido construiu uma imagem de legenda comprometida com a moralidade na política. A quebra desse contrato imaginário representou, no nosso entendimento, um forte *valor-notícia*. É nesse sentido que o *JN* atuou expondo a imoralidade das transgressões reveladas e, por outro lado, colocando-se como uma instituição que teve o papel de valorizar as ações políticas. Como tratamos de disputas pela construção de imagens, e decidimos analisar a imagens do escândalo e do presidente Lula, cabe agora verificarmos como o *JN* enquadró as matérias relativas ao presidente e que foram ao ar durante as cinco semanas da amostragem.

Os enquadramentos de Lula no *JN*

A relação entre campo político e imprensa dentro de uma situação de escândalo, como foi dito, eleva a mídia à categoria de uma instituição capaz não apenas de definir a agenda pública, mas também de fazer avaliações, e propor entendimentos sobre as responsabilidades dos envolvidos na transgressão noticiada. É nessa condição que ela despertará grande atenção dos próprios atores políticos interessados em ocupar o espaço midiático. Podemos falar, nesse caso, numa luta simbólica de imagens na qual personagens operam dentro do escândalo, numa relação de solidariedade com a imprensa, na tentativa de ver prevalecer suas falas, cenas e *performances* públicas sobre o caso, como também de fazer ver sua imagem de pessoa ligada às causas justas, corretas e morais, expectativa defendida pela mídia.

De outro lado, atores políticos que terão sua responsabilidade acentuada poderão adotar estratégias para se fazer notar não apenas como indivíduos éticos, mas também o seu próprio entendimento sobre o escândalo. Nesse caso, portanto, a mídia durante a crise de 2005 ocupou um espaço de grande importância para o campo político porque foi dela, em último caso, a iniciativa de enquadrar o tema, ou, em outras palavras, a tentativa de definir a compreensão pública sobre a reputação dos atores envolvidos no caso.

Quando falamos de uma luta simbólica, no entanto, foi possível notar que os personagens que atuavam conforme o enquadramento interpretativo de que de fato havia corrupção no governo tiveram maior capacidade de fazer prevalecer os seus entendimentos no *JN*. Aqueles personagens com menor expressão política tiveram poucas chances de conseguir inverter os enquadramentos interpretativos da mídia. Contudo, no caso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, podemos falar que este desenvolveu estratégias públicas para interferir nesses enquadramentos e, em certa medida, obteve êxito. Temos duas hipóteses para isso:

1. O pressuposto defendido por Cook diz que o campo político tem grande chance de despertar a atenção da mídia. Nesse caso, o *JN* compreende o posto de presidente da República com maior importância de fala que os outros poderes;

2. A expectativa de comportamento ético de Lula, que ele próprio procurou enfatizar nos seus enquadramentos, coincidiram com as perspectivas que o *JN* tinha;

Das 96 reportagens analisadas nas cinco semanas do escândalo, 27 foram sobre assuntos que envolviam diretamente o presidente Lula, ou seja, 28% do total (TABELA 2). Pelos dados, a maioria dos enquadramentos noticiosos do presidente foi episódica (23), ou seja, 85%. Já a proporção desse tipo de perspectiva somente sobre as matérias que tratavam de outros atores e instituições foi de 45%. Uma das características do enquadramento episódico é de que ele permite que os jornalistas façam uma apresentação mais descritiva do evento, evitando com isso interferir de maneira explícita no entendimento da informação.

Sem entrar no mérito das consequências que esse tipo de perspectiva traz, já indicado por Iyengar (1989), a nosso ver, o enquadramento noticioso centrado no acontecimento funciona como poderoso recurso usado por jornalistas para organizar a informação, tentando atender aos requisitos de objetividade, e ao mesmo tempo responder ao conhecido esquema de formulação do lide: Quem? O quê? Onde? Como? Por quê?

TABELA 2: Relação de matérias sobre o presidente Lula nas cinco semanas analisadas e os enquadramentos identificados

No.	DATA	ASSUNTO	OFF	NOTICIOSO	RECURSOS	SÍNTESE	INTERPRETA	A	B	C	TEMPO TOTAL
1	21/6/2005	Lula fala em evento em Luziânia e pede que Congresso não pare por causa do trabalho da CPI	00:00:14	Episódico		Governo com autoridade moral e ética para mandar apurar denúncias	Personalista	00:02:11			00:02:25
2	23/6/2005	Lula cancela viagem e prepara reforma ministerial	00:00:15	Episódico		Lula como negociador da organização do governo	Personalista				00:00:15
3	24/6/2005	Lula oferece quatro ministros ao PMDB	00:02:19	Episódico		Lula como negociador da organização do governo	Personalista	00:00:56			00:03:15
4	7/7/2005	Lula fala em rede nacional	00:00:34	Episódico	Doc-Art	Decidido a manter a política econômica, Lula descarta acordo pela impunidade e quer consolidar a Democracia no país	Personalista	00:02:33			00:03:07
5	18/7/2005	Entrevista de Lula a repórter na França	00:02:39	Responsabilização	Doc-Mat; Doc-Mat; Doc-Mat	Versão de Lula de Caixa Dois é igual a de Valério e Delúbio	Responsabilização	00:01:47			00:04:26
6	18/7/2005	Repercussão da entrevista de Lula	00:00:53	Responsabilização		Lula envolvido com armação da versão do Caixa Dois do PT que é crime	Responsabilização	00:01:04	00:00:34	00:00:57	00:03:28
7	19/7/2005	Novo coordenador político de Lula toma posse	00:00:37	Episódico		Lula como negociador político	Personalista				00:00:37
8	20/7/2005	Lula visita Miguel Arraes	00:00:12	Episódico		Lula solidário	Personalista				00:00:12
9	21/7/2005	Lula empossa novos ministros	00:02:27	Episódico		Lula como autoridade política	Personalista	00:00:40			00:03:07
10	22/7/2005	Lula, no Rio de Janeiro, defende CPI	00:00:08	Episódico		Lula atento aos rumos da nação durante a crise	Personalista	00:00:56			00:01:04

Chama a atenção, nesse caso, a baixo percentual da perspectiva episódica identificado nas matérias que não tratavam de Lula e, por outro lado, o elevado número de reportagens do *JN* que usaram esse enquadramento para noticiar, como os exemplos a seguir (2min25seg), os assuntos relativos ao presidente. Uma das explicações para isso talvez seja o respeito com que presidente é tratado pelos meios de comunicação, uma vez que ocupa o cargo de maior importância num sistema presidencialista e, por isso mesmo, tem maior capacidade de criar episódios noticiáveis, falando em público ou mesmo só ampliando a agenda do governo.

Dia 21/6/2005

Apresentadora Fátima Bernardes: O presidente Lula fez hoje um discurso em defesa do governo e contra a corrupção. Na abertura de um encontro sobre agricultura familiar, em Luziânia, a 60km de Brasília, Lula afirmou que a CPI dos Correios não pode parar o Congresso.

Lula: Se as pessoas querem o combate à corrupção, as pessoas deveriam estar todas, sobretudo os que estão acusando, aplaudindo o governo, porque, na história republicana, nenhum governo fez contra a corrupção 20% do que estamos fazendo (...)

Dia 20/7/2005 (12seg) – não houve qualquer posição A, B ou C

Chamada: O presidente Lula esteve hoje no Recife onde visitou dois políticos, o deputado Ricardo Fiúza, do PP, que se recupera de uma cirurgia no pâncreas, e o presidente do PSB, Miguel Arraes, internado há mais de um mês com infecção pulmonar.

Dia 22/7/2005 (1min4seg)

Apresentadora Fátima Bernardes: O presidente Lula passou o dia no Rio de Janeiro. De manhã, na inauguração de uma fábrica de remédios, da Fundação Oswaldo Cruz, o presidente defendeu as CPIs.

Lula: Sempre fui defensor, gritei tantas vezes favoravelmente à criação de CPI nesse país que eu não posso ser contra nenhuma CPI (...).

No caso do enquadramento noticioso de responsabilização, ou seja, quando o quadro interpretativo fica mais evidenciado, notamos outras disparidades. Enquanto as matérias, excluindo àquelas dedicadas a Lula, tiveram uma proporção desse tipo de enquadramento de 49%, as relativas ao presidente foram de 15%. Somente em quatro matérias, no período analisado, o presidente Lula teve um enquadramento de responsabilização, ou seja, quando a

denúncia estruturou a perspectiva noticiosa. Num desses casos, a reportagem do *JN* sobre a entrevista de Lula a uma repórter na França (18/7/2005) já foi lembrada no primeiro capítulo deste trabalho. O *JN* recuperou a matéria veiculada um dia antes e apresentou um tipo de perspectiva de responsabilização (4min26seg), isto é, focando a coincidência dos argumentos de Lula, Delúbio Soares e Marcos Valério de que o PT e seus dirigentes não pagaram mesadas a deputados, e sim, haviam praticado um crime eleitoral, no caso, o “caixa dois”.

Na mesma edição o *JN* trouxe uma segunda matéria (3min28seg), em que mostrava a repercussão entre os deputados das afirmações do presidente. Os outros dois enquadramentos noticiosos de responsabilização envolvendo Lula ocorreram quando o *JN* reproduziu a reportagem da revista *Época* (12/8/2005), que falava do pagamento de 10 milhões do PT ao PL, para que este participasse da chapa presidencial de 2002. A matéria, já transcrita neste trabalho, teve um tempo total de 4min38seg. No dia seguinte (13/8/2005), o *Jornal Nacional* voltou ao assunto e, novamente, apresentou um enquadramento noticioso de responsabilização. Embora o tema da matéria tenha sido a repercussão entre os petistas da denúncia do dia anterior, o *JN* abriu a reportagem (3min) relembrando a denúncia do presidente do PL.

Dia 13/8/2005

Chamada: Três petistas deram hoje outra versão para a reunião entre integrantes do PT e do PL citada pelo ex-presidente do PL, Valdemar Costa Neto, em entrevista à revista Época. Na reportagem, o presidente do PL contou detalhes de uma suposta negociação financeira para formação da coligação presidencial. O preço da aliança entre os dois partidos: 10 milhões reais.

Repórter: O ex-deputado Valdemar Costa Neto, que renunciou ao mandato há 12 dias, disse à revista Época que a aliança para a campanha presidencial estava a ponto de ser desfeita, quando foi marcada uma reunião no apartamento do deputado petista Paulo Rocha, em Brasília. No encontro estavam os então candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e José Alencar (...)

Ao analisar o tempo dedicado às posições A, B e C, na tabela das matérias do *JN* sobre Lula, concluímos que, enquanto adotava predominantemente enquadramentos episódicos do presidente, o *Jornal Nacional* dedicou tempo para que Lula falasse mais. Nesse caso, ele foi incluído na posição A, uma vez que foi dele a responsabilidade de enfatizar o enquadramento interpretativo que analisaremos a seguir. Somente cinco vezes em que teve um enquadramento

noticioso de responsabilização a posição A foi ocupada por adversários políticos e, mesmo assim, por um tempo total de 4min24seg, ou seja, 15% da posição A.

Portanto, excluindo esses 4min24seg da posição A relativa a matérias sobre o presidente, podemos afirmar que Lula teve um tempo de aproximadamente 24min para falar no *JN*, ou seja, 40% do total, que chegou a 59min57seg. Chama a atenção também o tempo dedicado ao OFF tanto no caso do presidente quanto das matérias que tratavam dos outros atores e instituições. No primeiro caso, o OFF teve menor participação, aproximadamente 50% das matérias. Nas reportagens sobre outros atores políticos, a proporção da interferência do OFF foi de 62%.

Nesse sentido, na maioria das matérias sobre Lula, coube a ele mesmo a responsabilidade de sustentar o enquadramento interpretativo. A análise dos dados, portanto, permite dizer que Lula teve perspectivas interpretativas no *JN* que focaram principalmente a sua capacidade de liderança política e seu comprometimento ético – nesse último caso, acentuando uma característica pessoal do presidente. Obviamente que, nos casos de enquadramento de responsabilização, a compreensão da reportagem apontava para uma interpretação do possível envolvimento do presidente. Pela ordem, os enquadramentos interpretativos sobre Lula tiveram a seguinte proporção: (63%) Personalista, (22%) Responsabilização, (11%) Estratégia Eleitoral e (3%) Trivialização²⁴.

Personalista: quando o texto ressaltava atributos pessoais, como comportamento ético, moral, seriedade, história de vida e capacidade de negociar com diversas forças políticas.

Responsabilização: quando o texto, sustentado por ouvintes ou fontes apresentadas na matéria, sentenciam o grau de responsabilidade de acusados como pessoas, partidos ou governo. Novamente, vale lembrar o caráter moral desse tipo de enquadramento, que enfatiza o comportamento inadequado dos atores políticos.

Estratégia Eleitoral: quando o texto ressaltava as viagens do presidente pelo país e suas falas em tom de discurso de campanha eleitoral.

²⁴ Apresento nos anexos um quadro resumido com todos os enquadramentos relativos ao presidente Lula e em relação às matérias do *JN* que tratavam da crise, nas cinco semanas analisadas. Nesse quadro é possível visualizar melhor as diferenças os percentuais das perspectivas adotadas pelo telejornal.

Trivialização: quando abordava cenas do presidente em situações como jogo de futebol ou brincadeiras que o presidente fez em público.

Vamos nos deter, primeiramente, nas matérias sobre Lula, que, naquela altura, junho de 2005, trabalhava para concretizar uma reforma política que trouxesse o PMDB para o governo, enquanto uma série de denúncias era veiculada diariamente responsabilizando vários atores por atos de corrupção. O *JN* apresentou um enquadramento do presidente como um negociador com habilidade política para trazer o complicado PMDB para o governo. No dia 23/6/2005 uma reportagem (15seg) falava da decisão de Lula de cancelar uma viagem que faria ao exterior para poder ter tempo para concluir a reforma ministerial. No dia seguinte, 24/6/2005, outra matéria (3min15seg) sobre o tema teve, no nosso entendimento, um enquadramento interpretativo personalista de Lula.

Dia 24/6/2005

Apresentador William Bonner: O presidente Lula convidou hoje o PMDB para participar das decisões de governo e ofereceu o comando de quatro ministérios. Lula também antecipou algumas mudanças que pretende fazer na equipe de ministros.

(imagens de Lula sentado à mesa com representantes do setor de educação.)

Repórter Zileide Silva: Foi logo após esse encontro do presidente Lula com educadores. O ministro Tarso Genro antecipou uma das decisões do presidente com relação à reforma ministerial. Depois que forem fechados os nomes, o presidente não deve mais mexer no governo.

Tarso Genro: Certamente ele tem como conceito que aqueles que vão ficar no governo devem ter o compromisso de permanecer no governo até o final. Ele não quer mais mudar o ministério depois dessa reforma.

Repórter Zileide Silva: Se for mesmo assim, vai ser uma reforma ampla. Pelo menos, dez ministros podem ser candidatos em 2006. O presidente pode ter dificuldades para trocar todos.

(imagens do presidente Lula de mãos dadas com representantes da ala oposicionista do PMDB)

Repórter Zileide Silva: Já nesse encontro com o PMDB, as negociações avançaram. O presidente fez o convite formal para que o partido ocupe mais espaço e passe a participar das decisões de governo. Até o representante da ala oposicionista do PMDB foi receptivo.

Deputado: O presidente da República não quer um PMDB fracionado, mas quer um PMDB por inteiro (...)

No dia 7/7/2005, o JN trouxe trechos de um pronunciamento de Lula em cadeia de rádio e TV. A matéria teve um tempo total de 3min07seg e utilizou recursos gráficos para pontuar as frases do presidente. Foram placas gráficas com uma foto do presidente e com os seguintes dizeres a cada etapa: *Ações Sociais, O Desafio da Crise, Economia e Democracia*. O enquadramento interpretativo da matéria foi de que Lula estava firme no propósito de manter a política econômica com seus “bons” resultados e de levar adiante o processo de apuração das denúncias e consolidação da democracia. Em outras palavras, a perspectiva formulava a idéia de Lula como autoridade política e administrativa, mas acentuava a expectativa ética do presidente para levar adiante as investigações.

Dia 7/7/2005

Apresentadora Fátima Bernardes: O presidente Lula voltou a falar hoje sobre a crise política em rede nacional de rádio e televisão. Ele defendeu a apuração rigorosa das denúncias e disse que ele e o povo não permitirão que algum acordo deixe impunes os culpados. O presidente começou o pronunciamento destacando os bons resultados da economia nos 32 meses do governo dele.

Lula: A economia cresce, a indústria cresce, o comércio cresce, as exportações crescem, o emprego cresce, o salário cresce, cresce a transferência de renda para os pobres, a inflação cai, o custo da cesta básica também cai. Dessa vez, o crescimento é para todos, com geração de empregos e distribuição de renda. Graças a Deus e a muito trabalho, nosso governo já criou mais de 3 milhões e 200 mil novos empregos com carteira assinada. Não é tudo do que precisamos. Mas já é o bastante e tenho orgulho disso.

(entra placa gráfica: Ações Sociais.)

(...)

(entra placa gráfica: O Desafio da Crise.)

Apresentadora Fátima Bernardes: O presidente manifestou confiança na superação da crise política e descartou acordos pela impunidade.

Lula: Por isso, digo a vocês, com toda a convicção: da mesma forma que soubemos vencer o desafio da crise econômica e estamos vencendo o desafio da dívida social, saberemos superar, com coragem e serenidade, as atuais turbulências políticas. A crise política também será vencida pelo Congresso, pelo governo e pelo povo brasileiro. Será vencida com a apuração cabal de todas as denúncias e com a punição rigorosa dos culpados. Nem eu nem vocês admitiremos qualquer contemporização, nenhum acordo subalterno, doa a quem doer, sejam amigos ou adversários. O fundamental é que a verdade prevaleça e que não haja impunidade. Que as CPIs apurem, que a Polícia Federal investigue, que o Ministério Público denuncie, e que a Justiça, soberana, julgue. (...)

No dia 22/7/2005 o *JN* voltou a apresentar o enquadramento interpretativo de Lula como uma autoridade que tinha comprometimento ético pessoal. Nessa reportagem (1min03seg), como num número significativo de outras, a chamada da reportagem (7seg) deixa praticamente para o presidente a tarefa de enquadrar o discurso (56seg), revelando, de certo modo, uma característica do *JN* de pouco interferir na perspectiva oficial. Parte disso se deve também à decisão de Lula de não falar diretamente com a imprensa durante a crise, forçando os jornais a seguir suas iniciativas de agenda, conforme analisaremos no capítulo seguinte. A matéria do dia 22/06 foi seguida de uma outra, na mesma edição e bloco do *Jornal Nacional*, em que apresentava um discurso do presidente no Rio de Janeiro, no qual teve amplo espaço (56seg contra 8seg da chamada) para defender as CPIs, reforçando, nesse sentido, o enquadramento personalista que enfatizou o comportamento ético de Lula.

Dia 22/7/2005

Chamada: À tarde, na posse do novo presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, o presidente Lula falou de ética e das elites brasileiras.

Lula: Nesse país está para nascer alguém que venha querer discutir ética porque eu sempre digo o seguinte: eu sou filho de pai e mãe analfabetos. Minha mãe não era capaz de fazer um o com um copo e o único legado que eles deixaram, não apenas para mim, para a família, é de que andar de cabeça erguida é a coisa mais importante que pode acontecer num homem e numa mulher. Portanto, meus companheiros, eu conquistei o direito de andar de cabeça erguida nesse país com muito sacrifício (...).

O enquadramento interpretativo de Lula variou negativamente, se assim podemos classificar, em seis matérias, quando o *JN* recuperou, no dia 18/7/2005, a reportagem do *Fantástico* sobre a entrevista do presidente na França. Nesse caso, já transcrito neste trabalho em outro capítulo, prevaleceu uma perspectiva interpretativa do evento que apontava para um possível envolvimento do presidente com o esquema denunciado, na medida em que ele havia repetido argumentos de pessoas comprovadamente envolvidas com o “mensalão”. Nesse mesmo dia, o *JN* ouviu outros atores políticos no Congresso Nacional e especialistas que enfatizaram a compreensão de que a atitude do presidente deveria ser reprovada.

O segundo caso de enquadramento do *JN* menos favorável a Lula aconteceu na edição do dia 12/8/2005, quando o telejornal apresentou a reportagem da revista *Época* que tratou dos 10 milhões que o PT teria doado para o PL. Nessa matéria, também já transcrita neste trabalho, a

reportagem procurou realçar a perspectiva interpretativa de um possível conhecimento de Lula sobre as transgressões denunciadas. No dia seguinte, o *JN* voltou ao caso, reforçando mais uma vez o entendimento de que o presidente poderia ter responsabilidades do episódio. Outros dois casos em que o *JN* recorreu ao enquadramento interpretativo de responsabilização do presidente aconteceram já em novembro de 2005, quando os deputados conseguiram prorrogar a CPI dos Correios até 2006. A interpretação do texto deu a entender que o presidente agiu para barrar a prorrogação dos trabalhos da comissão. O sexto e último caso de responsabilização aconteceu no desfile do dia 7 de Setembro. O texto do *JN* indica que a população estava descontente com os casos de corrupção e criticava o presidente durante o desfile em Brasília.

Embora com esses seis enquadramentos interpretativos de responsabilização, o estudo até aqui permite dizer que o presidente teve predominantemente perspectivas favoráveis, na medida em que, mesmo com as transgressões reveladas por integrantes e amigos do presidente, o *JN* manteve o entendimento do presidente como autoridade e um ator com comprometimento ético. Isso, contudo, foi resultado da própria estratégia do presidente de intervir do espaço midiático para se contrapor à construção de imagem de que havia corrupção no seu governo.

Estratégias midiáticas do presidente e personalismo

“A complexidade e o caráter singular da sociabilidade contemporânea impõem como condição inexorável para a aquisição de existência pública o acesso, o trânsito, e, mais que isso, a frequência continuada e a ‘habitação’ dos espaços midiáticos (...) A exclusão desses espaços (eletrônicos) conformados e conformadores da atualidade inviabiliza a configuração e a atuação de um ator político, especialmente quando se trata de intervir em cenários políticos de dimensões nacionais e/ou globalizados (RUBIM 2004: 19).

A afirmação de Rubim poderia ter a seguinte adaptação. Para sobreviver politicamente, atores políticos desenvolvem estratégias midiáticas com o objetivo de construir imagens que possam manter como também maximizar o seu poder simbólico²⁵. Eles estão interessados, nesse caso, em formas de apresentações públicas que lhes permitam ser vistos como poder e, portanto, que suas posições e performances tenham força para influenciar os outros poderes. É uma atividade diária do campo político que procura ampliar a crença da sua legitimidade e importância, sem a qual teria dificuldades para intervir nos acontecimentos públicos.

A importância da comunicação para a política é histórica e, como lembra Rubim (2004), tornou-se essencial numa sociedade midiaticizada. Estudos já demonstraram as diversas maneiras encontradas por atores políticos em estados totalitários e liberais para influenciar a percepção pública através da comunicação (GOMES 2004; BRIGGS & BURKE 2004). A ampliação das redes de informação eletrônica nas sociedades contemporâneas, contudo, acirraram a preocupação desses personagens com a comunicação. A profissionalização das campanhas políticas, com o desenvolvimento do marketing político nas últimas décadas, ou a criação de departamentos de comunicação nos governos, incluindo publicidade e assessoria de imprensa, são exemplos de como a comunicação tem sido uma atividade de grande relevância, sobretudo

²⁵ Entendido aqui como a crença pública na sua legitimidade.

quando pode influenciar na sobrevivência política de governos, atores e instituições (GOMES 2004; RESS 1995; WEBER 2000).

Além das campanhas publicitárias e dos departamentos de comunicação, a preocupação do campo político com o espaço midiático pode ser vista também a partir da atuação dos atores políticos. Pela própria importância do cargo e a capacidade de chamar a atenção da imprensa, presidentes da República, por exemplo, desenvolvem formas de construção de imagem que possam despertar a admiração e o respeito de atores políticos e eleitores, como estratégia de manter o seu poder de fala, legitimado pelo apoio público (RESS 1995; COOK 1998). O presidente americano Ronald Reagan foi considerado um dos pioneiros nessa atividade. Para além de parecer presidente, os assessores de Reagan montaram um poderoso esquema de comunicação, no qual tinham um considerável controle do acesso dos jornalistas ao presidente, bem como sobre as formas de intervir nos acontecimentos públicos. O ex-presidente desenvolveu um modo próprio de aparecer em público, com lugares previamente pensados, e também formas específicas de falar na televisão (JAMIESON 1988; REES 1995).

As estratégias de comunicação de presidentes da República, contudo, indicam a importância da comunicação política na atualidade, mas também outros aspectos substanciais na maneira pela qual esses atores passaram a intervir no espaço midiático. Embora tenha sido criticado, o trabalho de Manin (1995) sobre a “Democracia de Público” trouxe elementos novos para essa questão, principalmente ao demonstrar a relevância dos meios de comunicação de massa nas mudanças das práticas políticas. O autor procurou relacionar historicamente aspectos normativos da política com a formação de um novo espaço público, amparado na comunicação eletrônica acessível a um grande número de pessoas.

Manin explica que, no início das democracias liberais, por volta do século XVIII, o governo do tipo parlamentar se caracterizava por uma pequena participação eleitoral, na qual os representantes atuavam individualmente junto ao público. Paralelamente, a imprensa era fortemente vinculada aos ideais dos proprietários desses veículos, reunidos em pequenos grupos, que debatiam a opinião sobre questões políticas que deveriam prevalecer. Com a ampliação do voto, já no século XIX, algumas classes se organizam e formam partidos que passam também a disputar a opinião publicada na imprensa. Esta, por sua vez, acaba ganhando um perfil mais partidário, com veículos adotando claramente posições contra ou a favor em questões políticas.

Nessa fase, os partidos têm um grande peso na mediação política com os eleitores. Lentamente, entretanto, a imprensa vai se transformando e se voltando mais para o mercado de informação, que se constitui amparado agora em sistemas eletrônicos como o rádio e a televisão. A mídia adota assim uma postura menos partidária e mais comercial, ampliando sua capacidade de ser vista e ouvida. Na “Democracia de Público”, e sua nova forma de mediação, os partidos políticos ainda exercem papel essencial na organização das disputas, mas eles tendem a se tornar um instrumento a serviço de um líder (MANIN 1995).

A “Democracia de Público” sugere, em alguma medida, a substituição da comunicação direta dos atores políticos e o eleitorado, ou seja, a atuação local entre o representante e o representado, por uma comunicação mais dependente dos meios técnicos. Mais que isso: sugere ainda que os partidos foram praticamente substituídos por líderes políticos na mediação com o eleitorado. Outros estudos, no entanto, defendem um ponto de vista mais equilibrado. Em “A Transformação da Política na Era da Comunicação de Massa”, Gomes (2004) faz uma ampla análise histórica dos usos da comunicação pelos atores políticos, e sustenta que a política ainda apresenta duas dimensões práticas. Uma voltada para as ações públicas, midiáticas e que buscam o consentimento dos eleitores, e uma outra dimensão, específica da atividade da política, como as assembleias, reuniões, acordos e decisões do partido, em que o grande público não participa. Incluiria ainda nessa dimensão o contato direto entre representantes e representados através de práticas assistenciais e paroquiais que não necessariamente dependem de aparatos técnicos de comunicação.

Não restam dúvidas, portanto, de que o campo político apresenta suas formas próprias de mediação com o eleitorado. Contudo, nas sociedades contemporâneas, com seus amplos sistemas de comunicação, atores políticos têm procurado dar cada vez mais atenção ao espaço midiático, sobretudo quando precisam intervir em processos políticos ou acontecimentos capazes de influenciar um grande número de pessoas. Apesar das críticas, Manin (1995) apresentou, a nosso ver, um ponto de vista importante sobre as novas características da comunicação política: a questão do personalismo midiático, ou seja, a ênfase nos atributos pessoais dos líderes políticos como uma estratégia dos comunicadores para obter o consentimento público. Nas palavras de Manin, isso estaria ligado à maneira como os candidatos se apresentam, usando canais de comunicação para falar com os eleitores. São atores que desempenham melhor o papel de comunicador, e assim conseguem personificar as expectativas da população, atraindo a confiança

do público (MANIN, 1995). Os personagens políticos desenvolvem assim habilidades que reforçam um tipo de representação política, baseada mais na confiança pessoal que em questões ideológicas. O caráter personalizador da política na atualidade, a nosso ver, tem uma relação direta com o uso intenso da televisão. Ela possibilitou “ver” pessoas e acontecimentos distantes no tempo e no espaço, colaborando para produzir um senso de intimidade com personagens e acontecimentos públicos. Para Thompson (2002), com a televisão, “o que se ganhou foi capacidade de falar diretamente às pessoas, de aparecer diante delas como seres humanos em carne e osso, com quem os políticos pudessem desenvolver uma empatia, ou até mesmo uma simpatia, (...) ao dirigir-se a elas como um amigo” (THOMPSON 2002:69). Dessa maneira, segundo esse mesmo autor, os líderes políticos foram conferindo ao caráter e à integridade maior saliência na vida pública.

Diríamos, portanto, que o meio técnico de mediação proposto pela televisão intensificou a representação política pessoal, na qual a credibilidade política dos atores se deve muito mais à sua capacidade de parecer íntegro, confiável. Jamieson (1988) elaborou uma interessante análise comparativa que demonstra as mudanças na eloquência dos discursos políticos. Em seu trabalho, a autora considera os meios eletrônicos de comunicação um ponto-chave na transformação das características das falas públicas desses atores. Na atualidade, vários personagens disputam o espaço midiático eletrônico, que, por sua especificidade técnica, reduziu consideravelmente o tempo dedicado às falas. Ao contrário de outros períodos, os discursos eletrônicos não são longos e direcionados a grupos específicos, mas são de apenas 30 a 60 segundos, e com capacidade de abranger o maior número de pessoas possível. Essas características do meio eletrônico contribuíram para as mudanças dos discursos políticos.

Jamieson explica que os atores recorrem cada vez mais à gramática televisiva, sobretudo à força das imagens e sua dimensão dramática, como forma de ampliar a visibilidade. Nesse sentido, segundo a autora, passamos da eloquência das palavras para a eloquência das imagens, que, ao serem reproduzidas por outras mídias, aumenta a permanência dos atores no meio midiático. Ao contrário dos discursos centrados nas palavras, eles agora ganharam uma forte predominância de imagens e sua capacidade de falar para um grande número de públicos, de diferentes formações e tendências (MEYROWITZ 1986; JAMIESON 1988). A força de comunicação das imagens e sua dramaticidade transformaram idéias complexas em falas públicas sintéticas. Além disso, essas falas devem chegar à casa das famílias pela TV como uma conversa

íntima, num tom e volume que devem despertar a atenção do público. A existência midiática, nesse sentido, passou a ser um processo rotineiro de alto-revelação do líder político, isto é, na formulação da sua própria imagem e muito a partir da sua habilidade de comunicação (JAMIESON 1988). Em outras palavras, ao reduzir a complexidade dos temas políticos, o meio televisivo possibilitou aos líderes uma incrível capacidade de formular uma biografia midiática. Ou seja, cada vez que se posicionam publicamente sobre os temas públicos, esses atores estão formulando imagens sobre sua personalidade, na medida em que o eleitorado poderá identificá-lo com esta ou aquela questão, esta ou aquela posição sobre determinado tema exposto.

As eleições presidenciais no Brasil, em 1989, reforçam a hipótese da importância da televisão no país e, principalmente, sua capacidade de enfatizar aspectos pessoais dos atores políticos. Como outros estudos já demonstraram (CARNEIRO, LATTMAN-WELTMAN e RAMOS 1994), Collor soube apresentar na TV, muito antes das eleições, a imagem do administrador jovem, esportivo e ousado e que transmitia confiança nas suas passagens pelos telejornais. Para isso, o então governador de Alagoas montou um sofisticado plano de comunicação que contava com pesquisas sobre as expectativas do público, construídas, de certa forma, pela demandas observadas na mídia. Surgia assim o famoso “caçador de marajás”, que rapidamente foi ampliando seu apoio popular.

Portanto, podemos dizer que o campo político formula estratégias para ocupar o espaço midiático, mas, hoje, elas dependem, em grande medida, da própria capacidade do político comunicador, ou seja, da sua habilidade pessoal, que, no meio televisivo, poderá ter grande eficácia. Mas, ao abordarmos as transformações da política a partir das especificidades técnicas de comunicação, uma outra questão se coloca: em que medida as regras do campo político podem favorecer as características pessoais de atores políticos, sobretudo, de presidentes da República? Se já estamos diante de um sistema em que a comunicação televisiva favorece a “conversa” entre o presidente e o eleitorado, que regras podem ampliar essa visibilidade pessoal do presidente? Amaury de Souza (2000), em seu trabalho sobre a relação do multipartidarismo brasileiro e a centralização do poder presidencial, crescente desde os governos militares, oferece pistas importantes para o entendimento dessa questão.

O multipartidarismo, segundo Amaury, tem permitido a eleição de mandatários por uma ampla maioria de votos diretos, mas, ao mesmo tempo, com pouca representação no Congresso.

Um exemplo disso ocorreu em 2002, quando Luiz Inácio Lula da Silva obteve 46% dos votos no primeiro turno, mas sua legenda (PT) elegeu apenas 17% dos deputados da Câmara²⁶. Aliado a isso, o fracionamento da representação partidária, segundo o autor, ajuda a constituir um ambiente político de extrema dificuldade para os mandatários. Com um partido pequeno ou que não consegue controlar o Legislativo, o presidente ou alguém da sua confiança terá que negociar apoios individualmente com cada parlamentar das diferentes correntes²⁷ (GEDDES e NETO 2000; SOUZA 2000). Para fazer a máquina andar, os presidentes têm assim recorrido a Medidas Provisórias. Criada na Constituição de 1988 para ser aplicada em situações “graves e urgentes”, a MP é um instrumento de governo, que vem sendo utilizada indefinidamente diante das dificuldades do Executivo de obter apoio no Congresso. O Plano Real, o mais importante plano econômico do país, por exemplo, passou a vigorar através de uma MP que chegou a ser reeditada 73 vezes²⁸.

Importante lembrar que, mesmo após a aprovação da PEC 32, em 2001, que tinha o objetivo de reduzir o grande número de MPs por parte dos presidentes, o uso de medidas provisórias tem sido crescente. Portanto, o que se nota é que, entre o governo FHC e Lula, os presidentes têm recorrido mais às prerrogativas do cargo, ou seja, editando medidas provisórias e assumindo assim, mesmo que indiretamente, a função de legislar. Lula bateu o recorde de MPs (175) até fevereiro de 2006²⁹. A leitura que se faz dessa descrição, portanto, é de que a negociação política, que poderia equilibrar o peso do poder entre o Executivo e Legislativo, está prejudicada. De um lado, uma grande infinidade de interesses de legendas pouco representativas, e, de outro, a capacidade do presidente de legislar isoladamente no lugar do Congresso. Entendemos, desse modo, que estamos diante de um sistema presidencialista que colabora para

²⁶ Fonte: *Jornal O Globo*, 20 de janeiro de 2006.

²⁷ Como outros autores, Figueiredo & Limongi (in Neto, 2006) defendem que o Executivo tem grande capacidade de agendar os temas no Congresso, mas os dois sustentam que, mesmo com o multipartidarismo, os partidos brasileiros são disciplinados, uma vez que os líderes partidários têm considerável poder de comando sobre o plenário. Dessa forma, na medida em que o Executivo domina a agenda legislativa, os partidos são disciplinados e os líderes têm controle sobre as bancadas, o governo teria maior eficácia. Para isso, precisariam cooperar com os líderes partidários. Essa cooperação se daria através de acordos de coalizão, no qual os partidos obtêm cargos ou ministérios no Executivo em troca de apoio ao Legislativo.

²⁸ Revista *Veja*, 13 de dezembro de 2004.

²⁹ Fonte: site da Presidência da República/ Tabela Vilaroura, Márcio, e Santos, Fabiano *From FHC to Lula: Changes and continuity in political institutions and its impacts upon the political reform debate*. Paper for presentation at the XXVI Congress of the Latin American Studies Association, San Juan, Puerto Rico, March 15-18, 2006.

construir uma imagem pública da centralidade do poder pessoal do mandatário, que consegue não só pautar o Congresso, mas também, em grande medida, o noticiário.

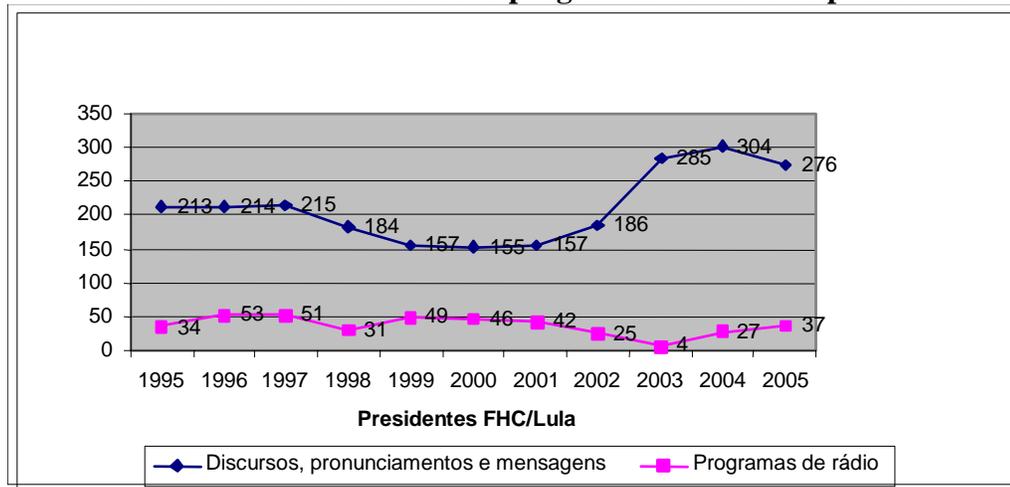
A nosso ver, isso terá forte impacto numa “Democracia de Público”, onde a informação política circula com muito mais velocidade, atingindo indiscriminadamente todos os grupos. Durante esse processo, o presidente falará diretamente à população na televisão, enfatizando sua importância simbólica a partir de uma imagem política cada vez mais forte e independente da relação com os outros poderes. Nesse ambiente, estará em jogo também o estabelecimento de laços de identificação entre o presidente e o público, através de atributos pessoais como confiança, integridade e capacidade de decisão. Para concluir este capítulo, podemos dizer que a relação entre meio televisivo e sistema presidencialista, do tipo brasileiro, reforçam mutuamente a importância do poder presidencial e, conseqüentemente, a necessidade de o mandatário se posicionar midiaticamente. Cada vez mais, para ‘habitar’ o espaço midiático, os governos dependem da habilidade pessoal de comunicação dos presidentes. Em suma, tanto as regras do sistema como a predominância da informação eletrônica transferem para o presidente a responsabilidade de manter assim como de ampliar o poder simbólico do governo, isto é, a crença na sua legitimidade.

6

As estratégias midiáticas de Lula

Levando em consideração esses pressupostos, é possível, a partir do número de posicionamentos públicos de um presidente, identificar mais claramente parte da sua estratégia midiática. A midiáticação das sociedades contemporâneas e, mais ainda, a centralidade do poder pessoal do presidente aumentaram sua responsabilidade e a atenção que deverá dedicar ao espaço midiático. Nesse sentido, o presidente busca construir, manter e ampliar seus laços de identificação com o público, que dependerá da sua habilidade de comunicador, como também procura conduzir a agenda pública conforme o interesse do governo. É, como acreditamos, uma grande dependência do sistema presidencialista das características pessoais do mandatário, não só para intervir no espaço midiático, mas também de parecer íntegro, confiável. Uma análise quantitativa dos discursos do presidente Lula demonstra, mesmo de forma genérica, sua preocupação com a agenda pública (GRÁFICO 3).

GRÁFICO 3: Número de discursos e programas de rádio do presidente Lula



Entre 1995 e 1997, o presidente Fernando Henrique Cardoso chegou ao recorde de 215 discursos por ano. Ele manteve esse número nos três primeiros anos de governo, que coincidem com uma grande expectativa quanto ao futuro do Plano Real, que o próprio FHC tinha ajudado a

lançar em 1994. Em 1998, quando o plano começou a produzir a idéia de que era para valer, ao contrário de tantos outros que fracassaram em poucos meses, o número de discursos de Fernando Henrique se reduziu, caindo para 184. Menos falas públicas, contudo, não representaram uma desistência em influenciar a agenda midiática. Tanto FHC quanto Lula buscaram ocupar esse espaço recorrendo ao programa de rádio semanal do presidente, que é acompanhado por jornalistas à procura de pautas. Em 1995, Fernando Henrique apresentou 34 programas, passando para o recorde de 53, em 1996, e 51, no ano seguinte, coincidindo novamente com o período de imprevisibilidade quanto ao sucesso do Plano Real.

A média de discursos de FHC foi de 0,5 por dia e de Lula, que chegou ao máximo de 304 discursos públicos, em 2004, foi de 0,8. Portanto, quase o dobro de Fernando Henrique. Já no primeiro ano de governo, Lula ultrapassou FHC em número de discursos, chegando a 285. Havia, em 2003, uma forte expectativa quanto ao governo Lula, o que em parte se traduziu no grande número de falas do presidente, que procurava atender a essa demanda. Lula assumiu o governo embalado com a vitória histórica de um metalúrgico que tinha fundado um partido de massa, mas que perdera três eleições para presidente. Paralelamente, o país vivia uma crise, que levou à previsão de inflação anual para a casa dos 35%, e o nível de desconfiança do país aos 2 mil pontos.

No ano de 2004, torna-se evidente a diferença nas estratégias midiáticas adotadas por Lula e FHC para conduzir a agenda pública. Diferentemente de Fernando Henrique Cardoso, Lula fez de seus discursos uma das principais formas de construir a imagem do seu governo. Para isso, evitou a controvérsia das entrevistas. FHC, por outro lado, concedeu 200 entrevistas somente no primeiro mandato. Uma média de 50 por ano³⁰. Em seu primeiro ano de governo, Lula participou apenas de seis. No ano seguinte, esse número subiu para 13, e em 2005 chegou a 31. Uma média de 16 por ano.

A primeira e única coletiva oficial do presidente Lula só ocorreu em abril de 2005, onde foram autorizadas apenas 14 perguntas, e sem direito a réplica. FHC, já no primeiro ano, concedera cinco entrevistas formais. O número de entrevista de Lula, entretanto, pode ser considerada ainda menor. Na contagem feita pelo Palácio do Planalto constam entrevistas curtas, nas quais o presidente responde a um ou duas perguntas de jornalistas, quando participa de algum

³⁰ *Revista Imprensa* 214, julho de 2006.

evento público. Em 2005, quando estoura o escândalo do mensalão, Lula altera a sua estratégia. Os discursos sofrem uma queda, juntamente entre os meses de maio a novembro, período de maior intensidade da crise. Nessa fase, o número de falas públicas, que nos últimos dois anos tinham sido 179 (2003), passando para 189, (2004), caíram para 163 (2005). As entrevistas, que já eram poucas, passam a ser ainda mais esporádicas. Quanto surge a crise, em 14 de maio, Lula se distancia principalmente dos veículos de comunicação que estavam voltados para a apuração do caso. Entre o dia 17 de maio e 14 de julho, o presidente concede seis entrevistas, sendo cinco delas para a imprensa japonesa e coreana, em que a crise não foi abordada.

Nesse período, o único veículo brasileiro que conseguiu entrevistar o presidente foi a revista *Amazônia Oportunidade e Negócio*. Lula respondeu sete perguntas sobre investimentos na Amazônia e nada falou sobre a crise³¹. Somente no dia 15 de julho, o presidente concedeu uma entrevista para uma jornalista independente, que prestava serviço para a TV Francesa. O encontro ocorreu durante uma viagem do presidente a Paris e o caso ficou famoso na imprensa brasileira, pois, desde que tinha vindo à tona a denúncia do “mensalão”, Lula se recusava a falar com a mídia brasileira.

A entrevista na França indica como o presidente agiu estrategicamente para evitar se expor à crise, mas acabou tendo uma repercussão negativa no Brasil, levando Lula a evitar outros contatos diretos com a imprensa. Em agosto, por exemplo, no auge da crise, não houve qualquer registro de entrevista. Das 15 concedidas entre 14 de maio e novembro de 2005 – portanto, durante seis meses de escândalo –, nove não falaram do esquema de pagamento de mesadas. Das oito que abordaram, fizeram isso de tal maneira que o presidente tinha o controle da situação. Ou estava num evento público, afastado dos jornalistas, e assim decidia responder as questões, podendo interromper a entrevista quando bem quisesse, ou foram respostas do tipo “As instituições estão cumprindo o seu papel”³². A exceção ocorreu somente na entrevista para o programa *Roda Viva, da TV Cultura*. A entrevista ocorreu no início de novembro, quando a crise já não ocupava o noticiário com a mesma intensidade dos meses anteriores (GRÁFICO 1).

O presidente também alterou suas viagens. Em agosto de 2004, ele havia feito 10, sendo seis nacionais e quatro internacionais. No mesmo mês, em 2005, o total foi de nove, todas pelo

³¹ Fonte: www.presidencia.gov.br

³² Fonte: www.presidencia.gov.br

Brasil, o maior número de viagens do presidente num único mês dentro do país ³³. Na maioria dessas viagens, Lula procurou fazer discursos em palanques, de maneira não só a produzir uma percepção pública local sobre os acontecimentos, mas também nacional, na medida em que veículos de imprensa, impedidos de falar diretamente com o presidente, reproduziram muitas dessas falas. Portanto, podemos falar que os posicionamentos públicos de presidentes são formas de maximizar o seu poder simbólico, mas, durante uma crise como a de 2005, os mandatários podem alterar suas estratégias de ocupação do espaço midiático. A queda do já reduzido número de entrevistas demonstra que Lula evitou o risco da controvérsia, numa clara tentativa de prejudicar ainda mais sua imagem. Mesmo tendo enquadramento interpretativo predominantemente positivo no *JN*, a situação do escândalo e seu formato dramático, com uma trama diariamente alimentada por enquadramentos episódicos e de responsabilização na qual figuras importantes do PT próximas ao presidente foram moralmente desnudadas, ampliaram as responsabilidades de Lula. Ele agiu, portanto, não apenas para reafirmar o seu comprometimento ético, mas para tentar impor outros entendimentos sobre a crise e o governo.

6.1 – Lula e o enquadramento de Lula

Em seu estudo também sobre o escândalo do mensalão, ou, em outras palavras, a crise do governo Lula, Maria Helena Weber (2006) defende que o episódio acirrou as estratégias de comunicação do governo. A autora lembra que as campanhas de publicidade oficial, pelo menos sete durante o evento, foram mantidas no ar mesmo com a sucessão de denúncias contra o governo. Weber considera essa uma das formas que o governo encontrou para ocupar espaço e disputar a atenção do espectador. Entendemos ser essa uma importante estratégia, mas queremos nos concentrar na corrida do presidente para apresentar outros entendimentos sobre a crise. Adotamos o estudo dos enquadramentos propostos por Lula porque acreditamos haver uma diferença significativa entre a propaganda institucional do governo e a própria comunicação do presidente com o público, principalmente quando defendemos a questão do personalismo midiático.

³³ Fonte: SCOLESE, Eduardo; NOSSA, Leonardo. *Viagens com o Presidente – Dois Repórteres no Encalço de Lula no Planalto ao Exterior*. São Paulo: Record, 2006.

O enquadramento de Lula no *JN* já pode ser considerado uma estratégia do presidente para interferir no processo. Sabendo que o cargo é amplamente visto pela imprensa como de maior valor e importância (COOK 1989), Lula procurou montar agendas que conseguissem pautar o noticiário, como a reforma ministerial, suas viagens para visitar aliados políticos que passavam por problemas de saúde e seus discursos em palanques pelo país. Foram parte da estratégia do presidente para interferir no espaço midiático, oferecendo novos enquadramentos interpretativos sobre a crise e sobre ele mesmo. Na maioria das viagens, onde tinha domínio sobre a pauta, Lula procurava fazer discursos que poderiam ser reproduzidos pela imprensa. Essas estratégias impediram o acesso direto da imprensa ao presidente e, por outro lado, garantiram, em certa medida, espaço nos telejornais.

Mesmo restringindo as entrevistas e o número de discursos públicos no período da crise, não quer dizer que ele tenha decidido recuar da luta pela construção da sua imagem. Ao contrário, o presidente procurou qualificar sua comunicação com a população. Para isso, evitou a controvérsia e recorreu aos palanques e mais vezes à cadeia de rádio e TV, na qual podia falar diretamente com o eleitorado, sem a mediação da imprensa, que cobrava explicações sobre o caso. Em 2005, Lula fez cinco pronunciamentos na TV, sendo que três deles no período de maio a setembro, em que procurava apresentar um enquadramento da crise que favorecesse, principalmente, a expectativa que o público tinha quanto ao seu comportamento ético.

O estudo indica que, de fato, Lula mudou a perspectiva interpretativa dos seus discursos na televisão, principalmente durante a fase crítica do escândalo, entre junho e agosto. Nesse período, o enquadramento personalista é predominante, demonstrando de forma explícita como o presidente buscou construir sua imagem pública, baseando-se no entendimento de que era um homem simples, com uma história de compromisso com a ética, e, portanto, não poderia estar envolvido com as denúncias apresentadas pela imprensa. Para a análise dos discursos do presidente, trabalhamos com a idéia de que, assim como o enquadramento televisivo opera com uma variedade de perspectivas, as falas de Lula apresentavam também essa característica. Isso, contudo, não quer dizer que um número maior de enquadramentos dificultasse afirmar qual deles seria predominante. Nos discursos de Lula basicamente ocorreram quatro tipos de enquadramentos:

Personalista: quando o presidente ressaltava suas características pessoais, como sua história de vida e compromisso com a ética, de modo a promover um entendimento positivo em relação às suas atitudes. Esse tipo de enquadramento, para nós, tem um forte significado no meio televisivo em que, como dissemos, o público pode ouvir e ver quem discursa. É, portanto, uma perspectiva que aponta a importância da história do presidente, sua imagem pessoal de combate à corrupção.

Diferenciação: quando o texto indicava uma preferência de leitura para que o público observasse as diferenças da atual gestão em relação ao governo anterior. Esse tipo de enquadramento teve uma importância relevante para o presidente, na medida em que colaborou para sua estratégia de comunicação de se distanciar do governo anterior.

Superação: quando o texto apresentava exemplos ou dava ênfase às ações do povo brasileiro, do governo ou do país de maneira a reconhecer e valorizar a capacidade de superar dificuldades. Essa perspectiva interpretativa dos discursos do presidente tem, para nós, uma dupla importância. Tanto reafirma a conhecida história pessoal do presidente nordestino que venceu na vida ao se tornar presidente da República, quanto indica para o público as dificuldades que todos foram capazes de ultrapassar. Essa perspectiva coincide com a já conhecida estratégia do presidente de procurar identificar o seu governo e ele mesmo com o eleitorado e suas dificuldades.

Ação: este último se refere a trechos do texto em que há uma série de tipos de enquadramento que concorrem entre si, em que predominava o interesse de Lula de que seu governo não estava paralisado com as denúncias.

Dia 01/01/05

No discurso do início do ano, Lula adotou um enquadramento predominantemente de diferenciação. Nesse sentido, há várias passagens no texto que buscam evidenciar decisões de governo que na outra gestão não tinham produzido efeitos positivos para sociedade. Há também a concorrência do enquadramento de superação, que de alguma maneira serve de trampolim para o enquadramento de diferenciação. Ou seja, após superação das dificuldades, as realizações que dão ao governo uma identidade própria e que o diferencia do anterior.

O pronunciamento de janeiro, uma espécie de balança do governo desde a posse de Lula, é particularmente diferente de todos os outros de 2005 e, em muito lembra uma propaganda de governo. Um locutor faz as intervenções e, em seguida Lula responde sobre tudo que até então já havia feito. Nesse caso, foram consideradas para a análise as quatro falas do próprio locutor, que classificamos como parte constitutiva do discurso de Lula.

“Locutor: 2002 foi o ano da mudança do Brasil e da coragem. O ano em que a esperança venceu o medo” (superação).

“Lula: (...). As coisas no Brasil vinham de um jeito que, ou se arrumava a economia de uma vez reduzindo os gastos do país drasticamente, ou não conseguiríamos, adiante, fazer as mudanças e as reformas que pretendíamos, durante os anos seguintes”. (diferenciação)

Dia 30/04/05

Neste pronunciamento, um dia antes das comemorações do Dia do Trabalhador, Lula adota novamente o enquadramento de diferenciação, mas há um crescimento do enquadramento personalista. Embora não seja predominante, esse tipo de perspectiva serviu como uma estratégia do presidente, ex-operário, de reforçar a comunicação com o público.

“O 1º de Maio é, e será sempre, um dia muito importante na minha vida. É como se fosse o próprio dia do meu aniversário. Afinal, não faz muito tempo, eu estava em cima de um palanque, ao lado de dezenas de outros companheiros” (personalista)

“O resultado desse esforço foi que em apenas dois anos conseguimos sair do FMI, de cabeça erguida e pela porta da frente, passando o Brasil a andar sem muletas e com as suas próprias pernas, fato elogiado pelo mundo inteiro” (diferenciação).

Dia 24/06/05

No discurso de junho, já no meio da crise, Lula adota abertamente o enquadramento personalista reforçando seus atributos pessoais, que o diferenciam de todos os outros governos. Nesse sentido, o presidente buscava reforçar, no imaginário da população, sua honestidade, sua história de homem comprometido com a ética na política. Mas, Lula também responde à agenda e apresenta sua interpretação para as diversas notícias sobre escândalos que se sucediam no país.

Novamente, recorre ao enquadramento de diferenciação, ressaltando o que era feito por seu governo.

“Se tem um governo que tem sido implacável no combate à corrupção, desde o primeiro dia, é o meu governo”. (diferenciação)

“Nunca o Brasil viu tanta gente importante e poderosa sendo presa por corrupção e por fraude contra os cofres públicos como agora: empresários, juízes, delegados, políticos, policiais e funcionários públicos graduados que há anos, às vezes há décadas, agiam impunemente”. (diferenciação)

Embora não tenha abandonado a corrida para diferenciar seu governo do anterior, o enquadramento personalista é predominante no discurso de junho. Lula ressaltou sua indignação pessoal com a corrupção. Na sua fala, ele recorreu 18 vezes a referências em primeira pessoa, do tipo “Tenho certeza”, “Meu governo”, “Meu objetivo”, “O meu compromisso”, entre outros. O discurso de junho aconteceu 18 dias após Roberto Jefferson denunciar o esquema de pagamento de mensalão a acusar o ministro José Dirceu, o então presidente do PT, José Genoíno, o secretário-geral do PT, Silvio Pereira e o tesoureiro do partido, Delúbio Soares, de terem implantado o esquema.

“E garanto a vocês que, enquanto eu for presidente do Brasil, todos os órgãos do governo, os ministérios e a Polícia Federal, todas as instituições democráticas estarão, sempre, cada uma em sua área, empenhadas em examinar as denúncias, investigar e, se necessário for, punir exemplarmente”. (personalista)

“Em momentos críticos como o atual, parece que tudo se nivela por baixo. Parece que todas as pessoas são iguais. Mas isso são apenas aparências”. (personalista)

“E garanto a vocês: se houve gente que tenha cometido desvios de conduta, usarei toda a força da lei”. (personalista)

Dia 12/08/05

No pronunciamento do dia 12 de agosto, Lula recorre novamente ao enquadramento personalista, embora tenha utilizado o enquadramento de diferenciação. Como antes, e agora de forma mais acentuada, o presidente apresenta um discurso no qual sua personalidade é posta em

primeiro plano, como forma de recuperar a confiança a audiência. Isso, evidenciando, mesmo sem citar, sua própria história política de homem simples, sério e incapaz de se envolver em casos de corrupção. Importante lembrar, que o discurso, talvez o mais importante de toda crise, ocorreu um dia depois do publicitário da campanha do presidente, Duda Mendonça, afirmar na CPI que tinha recebido dinheiro de “caixa dois” pelo trabalho prestado em 2002. No mesmo dia, já havia rumores de que Lula deveria falar à nação no dia seguinte, tamanha foi a repercussão do caso no Congresso.

Talvez a parte mais emblemática do discurso é quando o presidente relembra a criação do Partido dos Trabalhadores, que estava comprometido com a ética na política e, portanto, diferente do atual PT, indicando assim uma interpretação de que continuava fiel às suas crenças. Nesse discurso Lula recorre à primeira pessoa 27 vezes, 11 a mais que o discurso anterior.

“Quero dizer a vocês, com toda a franqueza, eu me sinto traído. Traído por práticas inaceitáveis das quais nunca tive conhecimento. Estou indignado pelas revelações que aparecem a cada dia, e que chocam o país”. (personalista)

“Mas não é só. Esta é a indignação que qualquer cidadão honesto deve estar sentindo hoje diante da grave crise política. Se estivesse ao meu alcance, já teria identificado e punido exemplarmente os responsáveis por esta situação”. (personalista)

“Queria, neste final, dizer ao povo brasileiro que eu não tenho nenhuma vergonha de dizer ao povo brasileiro que nós temos que pedir desculpas. O PT tem que pedir desculpas”. (personalista)

“Ajudei a criar esse partido e, vocês sabem, perdi três eleições presidenciais e ganhei a quarta, mantendo-me sempre fiel a esses ideais tão fiel quanto sou hoje”. (personalista)

Dia 07/09/05

O tradicional discurso em cadeia de rádio e tv de 7 de setembro foi incluído aqui por se tratar de um discurso ainda dentro do período da pesquisa que vai até novembro. Essa fala do presidente ocorre num mês em que o noticiário do mensalão sofre uma queda devido a outros

noticiários de corrupção: o caso Severino Cavalcanti. Nesse período, os telejornais estão ocupados em descobrir se o então presidente da Câmara tinha cobrado propina do dono de um restaurante que trabalhava na Câmara. Com isso, no discurso, o presidente fala da crise, mas de maneira bastante incipiente. O uso da primeira pessoa ocorre 11 vezes. O enquadramento mais evidente é o enquadramento de superação, na qual o presidente ressalta a importância da independência do Brasil, mas faz isso como uma referência às turbulências pelas quais o país e ele próprio passaram.

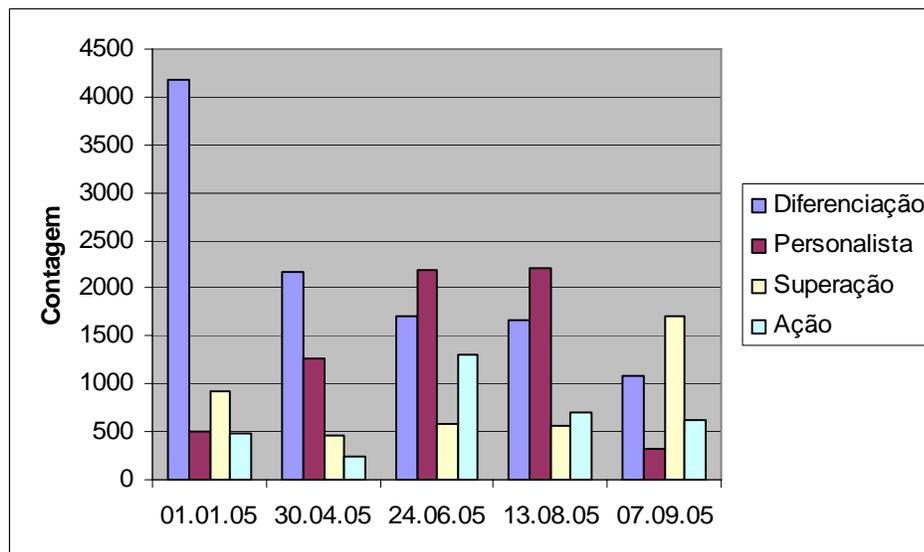
“Neste dia, 183 anos atrás, começamos a nos tornar uma nação independente, marco histórico de uma luta iniciada bem antes e que continua até hoje. Sim, porque a luta pela independência continuará enquanto houver um só interesse nacional a defender e um único brasileiro a ser libertado da miséria”. (superação)

“No Dia da Pátria, quero refletir com cada um de vocês sobre a extraordinária capacidade que temos, povo e governo, de enfrentar e superar desafios. Se há uma característica marcante do povo brasileiro é a de lutar contra a adversidade e vencê-la”.(superação)

6.2 A distribuição proporcional dos enquadramentos de Lula

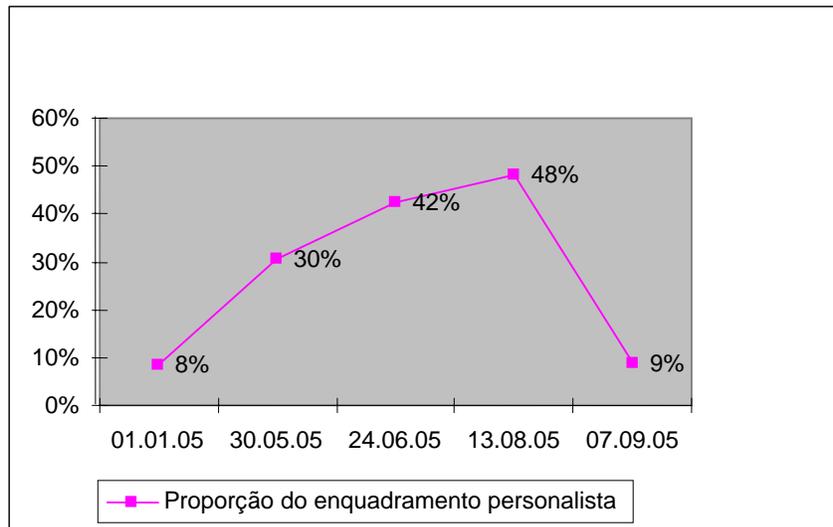
A análise dos discursos de Lula entre maio e setembro serve para demonstrar como o presidente perseguiu o enquadramento personalista para reforçar o seu não envolvimento no escândalo. Chegamos a esses números após a contagem do número de palavras em cada tipo de enquadramento, como forma de sistematizar o predomínio deste ou daquele tipo de perspectiva da fala presidencial (GRÁFICO 4).

GRÁFICO 4: Distribuição dos enquadramentos dos discursos de Lula



A tabela ajuda a visualizarmos as mudanças no tipo de enquadramento no período que vai de janeiro a novembro. Durante a crise, o enquadramento de diferenciação, em que o presidente ressaltava principalmente as ações positivas do seu governo, sofrem um declínio, dando espaço ao enquadramento personalista. Nesse caso, a leitura que se faz, é que Lula perseguiu a construção da sua imagem pessoal, recorrendo ao imaginário popular, que conhecia sua história de retirante, e de homem simples que lutou para chegar ao onde chegou, e, portanto, não poderia estar envolvido nas denúncias apresentadas pela imprensa. Nesse sentido, o enquadramento personalista reforçou valores éticos do presidente, ou, em outras palavras, uma imagem positiva da suas ações como homem público.

GRÁFICO 5: Proporção do enquadramento personalista de Lula



Se entendido como um recurso para construir uma imagem de competência pelos feitos do governo, o enquadramento personalista de Lula procurava responder à crítica recorrente desde 1989, de que ele e o PT não tinham experiência para administrar o país. Por outro lado, esse tipo de perspectiva também indica um modo próprio do presidente de falar com o público. Uma forma de fazer da sua própria história um forte recurso retórico no estabelecimento dos laços de confiança e atenção com o público. Acreditamos, com isso, que a predominância do enquadramento personalista tem relação direta com o meio televisivo, no qual o presidente pode falar diretamente com a população reforçando o caráter dramático do evento. Esse tipo de enquadramento, contudo, sofre variações. Em momentos de crise, como a de 2005, o que podemos notar é que foi crescente a perspectiva pessoal dos discursos do presidente.

Conclusão

Este trabalho procurou discutir a relação entre mídia e campo político durante a ocorrência de um escândalo, ressaltando, nesse caso, as disputas simbólicas pela construção de imagens. A intenção foi contribuir para o debate sobre a atuação da imprensa, sobretudo diante de caso de transgressão, e sua capacidade de intervir no processo e apresentar entendimentos públicos que podem provocar consequências políticas. Como defendemos, a mídia fez do caso uma agenda pública, na medida em que a quebra de uma expectativa ética representou um acontecimento de grande apelo noticioso. O estudo recorreu às hipóteses do *agenda-setting* e *framing* midiático como bases para a construção de imagens. Analisamos o processo de agendamento do escândalo do “mensalão” e os enquadramentos das mensagens do *Jornal Nacional*, na *TV Globo*, para identificar a predominância das perspectivas interpretativas do evento.

O trabalho apresenta achados para os estudos de comunicação. A questão do agendamento do escândalo a partir de uma relação solidária entre as mídias, num processo de referência cruzada ao noticiário de outros veículos – prática pouco usual entre as empresas de comunicação –, indica, por exemplo, como a questão da quebra de uma expectativa ética representa um acontecimento de elevada importância para as mídias. A concorrência pelo furo jornalístico não impediu que outros veículos reproduzissem o conteúdo dos concorrentes quando o que estava em jogo era a moralização da prática política. A própria dinâmica da crise, a nosso ver, colaborou para reforçar a importância social da imprensa na construção de imagens. Na medida em que a mídia estava submetida à urgência do tempo, as CPIs ajudaram os telejornais diferenciando os líderes que falam em nome da correção e da moral política daqueles que devem ser banidos da vida pública. Essa divisão representou, a nosso ver, um importante recurso de produção noticiosa, que colaborou para o agendamento do caso, uma vez que a mídia pôde identificar com mais rapidez os assuntos e falas “dignos” de serem levados ao conhecimento público.

Sobre a análise das mensagens, o estudo demonstrou que o noticiário do *JN* esteve focado em enquadramentos de responsabilização, com seu forte caráter moral. Isso, a nosso ver, simplificou o entendimento do evento, que esteve mais direcionado na descoberta e na medição

do grau de responsabilidade dos envolvidos. No noticiário sobre o presidente, por outro lado, predominou o enquadramento personalista, no qual era enfatizada a autoridade de Lula como mandatário. Poucas perspectivas do *JN*, nas cinco semanas analisadas, apresentaram o presidente a partir de enquadramentos de responsabilização, embora a crise tivesse ligação com figuras políticas próximas a Lula. As reportagens, na grande maioria das vezes, buscaram apontar para o grau de responsabilidade de empresários, deputados, o PT e seus integrantes, reduzindo consideravelmente o entendimento mais amplo do evento.

Procuramos demonstrar, por outro lado, que Lula estava atendo ao espaço midiático. Ele recorreu a estratégias que evitassem colocar em risco sua imagem e, ao mesmo tempo, tentou se contrapor à construção da imagem predominante na mídia, de que havia corrupção no governo. A hipótese que defendemos é de que a centralidade do presidente num sistema presidencialista faz do mandatário um dos grandes responsáveis pela agenda pública e, como não poderia deixar de ser, transfere para o presidente, numa situação de crise, a necessidade de responder, falar com a população sobre os acontecimentos. No capítulo cinco, apresentamos estudos para defender a hipótese de que a ênfase nos atributos pessoais representa um forte recurso retórico dos presidentes, principalmente numa sociedade em que a televisão passou a ser um dos instrumentos centrais de comunicação entre representante e representados. Ou seja, os meios de comunicação de massa não só ampliaram a visibilidade da política, mas também provocaram mudanças, como maior importância às características pessoais dos líderes políticos.

Mesmo tendo um predomínio do enquadramento positivo no *JN*, Lula procurou interferir no espaço midiático, adotando estratégias para evitar a controvérsia pública, recorrendo a discursos em palanques, menos entrevistas e mais pronunciamentos em cadeia de rádio e televisão. O estudo identificou, no capítulo seis, os enquadramentos midiáticos propostos pelo presidente, nos cinco pronunciamentos em cadeia de rádio e televisão em 2005. Neles, Lula ressaltou suas características pessoais, como sua história de vida e o seu comprometimento ético, numa tentativa de construir ou proteger sua imagem das denúncias que apontavam o envolvimento de importantes figuras do governo com a corrupção.

Acreditamos que este trabalho acrescenta considerações importantes aos estudos de política e comunicação em sistemas democráticos. A primeira delas talvez seja a de evidenciar a capacidade que a imprensa tem, a partir dos seus próprios critérios de noticiabilidade, de formular imagens públicas e de obrigar o próprio campo político a reagir, seja por oportunismo midiático,

seja para se contrapor a essas perspectivas. Nesse sentido, o escândalo midiático, a nosso ver, representa não apenas um acontecimento importante para legitimar o papel da imprensa como instituição que se vê e se faz notar como um ator fundamental no processo de *accountability*, mas também de conduzir entendimentos públicos sobre os eventos políticos. Uma grande cobertura do escândalo, contudo, não representou maior compreensão do problema do financiamento de campanha, as relações público-privadas, a reforma política, entre outros temas. A atuação da imprensa, a partir dos enquadramentos propostos, reduziu consideravelmente a complexidade do acontecimento, e fez o próprio campo político adotar perspectivas também midiáticas para evitar danos maiores à sua imagem.

Outra contribuição do estudo é demonstrar empiricamente a aplicação dos conceitos de *agenda-setting* e *framing* midiático que vêm sendo usados com mais frequência nas pesquisas de comunicação no país. As duas hipóteses, a nosso ver, representam idéias consistentes quando se procura analisar a formação de imagens, ou em outras palavras, a constituição de uma opinião pública sobre determinados eventos. Se a mídia não é a única responsável por esse processo, ela é, pelo menos, um ator importante nessa formulação, uma vez que a ação política, sobretudo aquela que depende de sistemas mais amplos de comunicação, precisa em grande parte ocupar o espaço midiático.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alzira; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; KORNIS, Mônica. *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. *Aqui você vê a verdade na TV: a propaganda política na TV*. MMII/UFF, 1999.
- _____. Um outro quarto poder: imprensa e compromisso político no Brasil. *Revista Contracampo*, [Niterói], n.4, p.23-57, 2000.
- _____. A Campanha Presidencial no Jornal Nacional: observações preliminares. *Comunicação e Política*, [S.l.], v.1, n.1, p.23-40, 1994.
- ALDÉ, Alessandra. *A construção da política: democracia, cidadania e meio de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- _____; FIGUEIREDO, Marcus. *Intenção de voto e propaganda política: efeitos e gramáticas da propaganda eleitoral*. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÔS, 12. [Resumos]. Recife, 2003.
- _____; VEIGA, Luciana F. Recepção da comunicação política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. São Paulo: Unesp, 2004.
- _____; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. O MST na TV: a sublimação do político, moralismo e crônica cotidiana do nosso “estado de natureza”. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 4., 2000, Porto Alegre. [Resumos...]. Porto Alegre: Compôs, 2000.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. Agendamento da política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. São Paulo: Unesp, 2004.
- BARBARA, Geddes; RIBEIRO NETO, Artur. Fontes institucionais da corrupção no Brasil. In: ROSENN, Keith; DOWNES, Richard. *Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- BERGER, Peter; LUCHMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 2004. (Original de 1966).
- BLANCO, Victor Sampedro. Periodismo, conflicto simbólico y fetichismo. *Revista de ciência de la información*, Madrid, n.10, p. 99-121,1994.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão: a influência do jornalismo e os jogos olímpicos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- CAPPELA, Joseph; JAMIESON, Kathleen. *Spiral of cynicism: the press and public Good*. New York: Oxford University, 1997.
- CARNEIRO, José Alan Dias; RAMOS, Plínio de Abreu; WELTMAN, Fernando Lattman. *A imprensa faz e desfaz um presidente: o papel da imprensa na ascensão e queda do “fenômeno” Collor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- COLLING, Leandro. Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados. *Revista Famecos*, Porto Alegre, n.14, p. 88-101, 2001.
- COOK, Timothy E. *Government with the news: the news media as a political institution*. Chicago: University of Chicago, 1998.
- CORNU, Daniel. *Ética da informação*. Bauru: Edusc, 1998.
- DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 2005.
- ENTMAN, Robert. Framing: toward clarification of fractured paradigm. *Journal of Communication*, n.43, p. 51-58, 1993.
- FAUSTO NETO, Antonio. *O impeachment na televisão: como se cassa um presidente*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.
- FIGUEIREDO, Marcus; ALDÉ, Alessandra; DIAS, Heloisa; VLADIMYR, Jorge L. As estratégias de persuasão nas eleições majoritárias: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. In: Figueiredo, Rubens (Org.). *Marketing político e persuasão política*. São Paulo: Konrad, 2004.
- FISHER, Kim. Locating frames in the discursive universe. *Sociological research online*, n. 2, 1993. Disponível em <www.socresonline.org.uk/2/3/4.html>.
- GARNHAM, Nicholas. The media and the public sphere. In: CALHOUN, Craig (Org.). *Habermas and the public sphere*. [S.l.]: MIT Press, [19--?].
- GITLIN, Todd. *The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the new left*. Berkeley: University of California, 1980.
- GLOBO, Memória. *Jornal Nacional: a notícia faz história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- GOFFMAN, Erving. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern University, 1986.
- _____. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GOMES, Wilson. *A transformação da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

GUTMANN, Juliana Freire. Quadros narrativos pautados pela mídia: framing como Segundo Nível do Agenda-Setting? *Revista Contemporânea*. v. 4, n.1. p-25-50, 2006.

HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Org.). *Mídia, memória e celebridades: estratégias narrativas em contextos de alta visibilidade*. Rio de Janeiro: E-papers, 2003.

HABERMANS, Jorgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto à categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. *Acción comunicativa y rRazón sin transcendencia*. Buenos Aires: Paidós, 2003.

IYENGAR, Shanto. *Is anyone responsible?: how television frames political issues*. Chicago: The University of Chicago, 1991.

JAMIESON, Kathleen Hall. *Eloquence in an eletronic age*. New York: Oxford University, 1988.

KOTSCHO, Ricardo. *Uma vida de repórter: do golpe ao planalto*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006.

LASSWELL, Harold. *A linguagem política*. Brasília: UNB, 1982.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Mídia e transição democrática: a (des) institucionalização do pan-óptico no Brasil. In: ____; ABREU, Alzira Alves de; KORNIS, Mônica Almeida. *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

_____. Mídia e accountability: dimensões e condições da poliarquia midiática. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 10. [Resumos] Brasília, 2001.

LAZERSFELD, Paul et al. *The people's choice: how the voter makes up his mind in a presidential election*. New York: Columbia University, 1968.

LIMA, Venício Artur de. *Mídia teoria e política*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

_____. *Crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

LIPPMANN, Walter. *Public opinion*. New York: Free Press Paperbacks, 1997.

MAIA, Rousely. Videopolítica e similares. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.) *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. São Paulo: Unesp, 2004.

_____, CASTRO, Maria (Org.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista brasileira de ciências sociais*, ano 10, n.29, out. 1995.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. A evolução da pesquisa sobre agendamento: vinte e cinco anos no mercado de idéias. In: TRAQUINA, Nelson. *O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000. p.125-145.

_____. The agenda-setting function of mass media. *Publica opinion quartely*, v.36, n. 2. p. 176 a 187, Summer 1972.

MEYROWITZ, Joshua. *No sense of place: the impact of electronic media on social behavior*. New York: Oxford University, 1986.

MIGUEL, Luiz Felipe. Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política. *Revista de sociologia e política*, n. 25, p. 165-175, 2006. Disponível em: <http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rsp/article/viewFile/7066/5038>.

AMORIM NETO, Octávio. *Presidencialismo e governabilidade nas Américas*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PORTO, Mauro. *Enquadramentos da mídia e política*. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. São Paulo: Unesp, 2004.

_____. *Media framing and citizen competence: television and audiences' interpretations of politics in Brazil*. Tese (Doutorado) - University of Califórnia, San Diego, 2001.

RAMONET, Ignacio. O poder midiático. In MORAES, Denis de (Org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REES, Laurence. *Vende-se política*. Rio de Janeiro: Revan, 1995.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). *Eleições presidenciais em 2002 no Brasil*. São Paulo: Hacker, 2004.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo*. Ática. São Paulo, 1989.

SCHEDLER, Andréas. Conceptualizing accountability. In: _____ et al. *The self-restraining state power and accountability in new democracies*. Londres: Lynne Rienner Publ., 1999.

SCOLESE, Eduardo; NOSSA, Leonardo. *Viagens com o presidente: dois repórteres no encalço de Lula no planalto ao exterior*. São Paulo: Record, 2006.

SCHUDSON, Michael. A política de forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. [S.l.]: Insular, 1994.

SOUZA, Amaury. O impeachment de Collor e a reforma institucional no Brasil. In: ROSENN, Keith; DOWNES, Richard (Org.). *Corrupção e reforma política no Brasil : o impacto do impeachment de Collor*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

- SODRÉ, Muniz. *O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- THOMPSON, John B. *O escândalo político*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TOULMIN, Stephen. *Os usos dos argumentos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. [São Leopoldo]: Unisinos, 2002.
- TUCHMAN, Gaye. *La objetividad como ritual estratégico: un análisis de las nociones de objetividad de los periodistas*. Publicado originalmente na *American Journal of Sociology*, 1972. Disponível em: < www.ucm.es/info/per3/cic/Cic4ar12.html >.
- _____. Contando histórias. In TRAQUINA, Nelson, org. *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. [S.l.]: Insular, 1994.
- VILCHES, Lorenzo. *Manipulation de la información televisiva*. Barcelona: Paidós, 1995.
- WAISBORD, Silvio. Contando histórias da corrupção narrativa de telenovela e moralidade populista no Caso Collorgate. In: *Comunicação e Política*. v. 3, n.2, p. 110, 1996.
- WEBER, Maria Helena. Notícia, propaganda e espetáculo da crise política brasileira 2005-2006. Campinas. IN: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA – DEMOCRACIA E DESIGUALDADES. [Resumos]. Campinas, 2006.
- _____. *Comunicação e espetáculos da política*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- WILLIAMS, Bernard. *Moral: uma introdução à ética*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Anexos

Resumo do total de 96 reportagens analisadas

A) Enquadramentos das 69 matérias do *Jornal Nacional* durante as cinco semanas e os percentuais equivalentes:

1 – Noticiosos

Responsabilização	34 - 49%
Episódico	31 - 45%
Dramático	4 - 6%

2 – Interpretativos

Responsabilização	55 - 79%
Dramático	6 - 8%
Presunção de crime	5 - 7%
Disputa Política	2 - 3%
Pizza	1 - 1%

B) Enquadramentos das 27 matérias do *Jornal Nacional* sobre Lula nas cinco semanas e os percentuais equivalentes:

1 – Noticiosos

Episódico	23 - 85%
Responsabilização	4 - 15%

2 – Interpretativos

Personalista	17 - 63%
Responsabilização	6 - 22%
Eleitoral	3 - 11%
Trivialização	1 - 3%

TABELA 1: Relação das matérias analisadas do JN nas cinco semanas do escândalo do "mensalão" e os enquadramentos identificados

No.	DATA	ASSUNTO	OFF	NOTICIOSO	RECURSOS	SÍNTESE	INTERPRETA	A	B	C	TEMPO TOTAL
1	20/6/2005	Jefferson acusa deputado do PL ;Revista acusa José Janene PP; Janene se defende; Marinho depõe; Oposição que ampliar investigação	00:01:58	Responsabilização	Doc-Mat	Houve crimes ainda não explicados	Presunção de Crime	00:00:37	00:00:19		00:02:54
2	20/6/2005	PF recolhe documentos de contratos dos Correios; Marinho acusa Jefferson; Jefferson não aparece para depor	00:01:27	Responsabilização	Doc-Doc	Marinho falou a verdade sobre esquemas de desvios de recursos; Há corrupção nos Correios e Jefferson está envolvido	Responsabilização	00:00:07	00:00:14		00:01:48
3	21/6/2005	Karina Somagio, em entrevista ao JN conta como funcionava o esquema. Ela diz que está sendo ameaçada	00:02:16	Responsabilização		Valério tinha encontros com Delúbio, Dirceu e Sílvio Pereira; empresário usava malas para levar dinheiro para políticos	Responsabilização	00:04:28	00:01:42		00:08:26
4	21/6/2005	Mais acusações contra Janene	00:01:43	Responsabilização	Doc-Doc	Provado o envolvimento de Janene em esquemas de corrupção	Responsabilização	00:00:13	00:00:14		00:02:10
5	21/6/2005	Conselho de Ética ouve deputados que teriam sido informados sobre o mensalão	00:01:50	Episódico		Não há prova material do mensalão, mas há versões que não desqualificam as investigações	Presunção de Crime	00:00:40			00:02:30
6	21/6/2005	Lídio Toledo do IRB nega denúncias, mas gravação confirma; PF investiga esquema envolvendo PTB de Jefferson	00:01:16	Responsabilização	Doc-Mat; Doc-Doc	Homem ligado a Jefferson se contradiz	Responsabilização	00:00:40			00:01:56
7	21/6/2005	Bispo Rodrigues se defende e acusa Jefferson	00:00:39	Episódico		Dúvidas sobre a versão de Jefferson sobre mensalão	Responsabilização	00:00:36			00:01:15
8	21/6/2005	PT prepara defesa e apresenta versão	00:01:20	Dramático	Doc-Doc	O PT está unido e decidido a desqualificar as denúncias de Roberto Jefferson	Dramático		00:00:07	00:00:16	00:01:43
9	21/6/2005	PF faz operação e apreende documentos na casa de pessoas ligadas ao PTB	00:01:34	Episódico	Doc-Doc	PTB de Jefferson ligado a esquemas de corrupção	Responsabilização	00:00:38	00:00:12		00:02:24
10	21/6/2005	CPI dos Correios começa a ouvir depoimento de Maurício Marinho	00:01:38	Episódico		Avança investigação sobre a corrupção nos Correios	Responsabilização				00:01:38
11	22/6/2005	Marinho depõe na CPI dos Correios e faz novas revelações	00:01:50	Responsabilização		Marinho participa e sabe do esquema de corrupção nos Correios	Responsabilização	00:03:04	00:00:19		00:05:13

No.	DATA	ASSUNTO	OFF	NOTICIOSO	RECURSOS	SÍNTESE	INTERPRETA	A	B	C	TEMPO TOTAL
12	22/6/2005	JN faz um balanço dos contratos citados por Marinho e que tiveram corrupção	00:01:31	Responsabilização	Doc-Doc	Estrutura dos Correios é loteada entre partidos e favorece a corrupção no órgão	Responsabilização	00:00:10	00:00:26		00:02:07
13	22/6/2005*	PT se defende das acusações de Marinho	00:00:57	Episódico		Marinho deve se explicar das denúncias que fez	Responsabilização		00:00:22		00:01:19
14	22/6/2005	Procurador-Geral intima Roberto Jefferson e diz que vai indiciar Lula	00:00:23	Episódico		Não há provas contra Lula	Responsabilização				00:00:23
15	23/6/2005	Empresário depõe e diz que contratou filmagem nos Correios	00:02:18	Responsabilização	Doc-Doc	Não houve motivação política na gravação, mas interesses financeiros em esquemas de corrupção nos Correios	Responsabilização	00:01:36	00:00:26		00:04:20
16	23/6/2005	O homem da mala no esquema do mensalão, Marcos Valério, fala com exclusividade para o JN	00:01:39	Episódico		Valério praticou crimes e está atormentado com as denúncias de que é o operador do mensalão	Dramático	00:05:33			00:07:12
17	23/6/2005	Marinho depõe na Polícia Federal; MP vai investigar os contratos de publicidade da Valério com o governo, caso citado por Jefferson	00:01:06	Episódico	Doc-Doc	SMPeB foi favorecida em contratos assinados com o governo	Responsabilização		00:00:16	00:00:40	00:02:02
18	23/6/2005	Justiça manda instalar CPI dos Bingos, mas ela fica para depois. Dirceu presta depoimento na Comissão de Ética	00:01:22	Episódico		Dúvida da versão de Dirceu de que mensalão não existiu	Responsabilização	00:00:22		00:00:44	00:02:28
19	23/6/2005	PF apreende documentos no escritório de Valério; Fernanda Karina presta depoimento na PF	00:01:13	Episódico		Marcos Valério sob investigação	Responsabilização	00:00:05			00:01:18
20	25/6/2005	IstoÉ apresenta documentos do Coaf confirmando saques milionários nas contas de Valério	00:02:10	Responsabilização	Doc-Mar; Doc-Mat; Doc-Mat	Marcos Valério operou grande quantidade de dinheiro	Responsabilização	00:00:23	00:00:09	00:00:10	00:02:52
21	25/6/2005	Reportagem da revista Época afirma que houve tráfico de influência nos Correios	00:01:43	Responsabilização	Doc-Mat	Empresa Skymaster, citada por Jefferson, foi favorecida em contrato com os Correios; Caso não atinge Lula	Responsabilização	00:00:15	00:00:23	00:00:19	00:02:40

No.	DATA	ASSUNTO	OFF	NOTICIOSO	RECURSOS	SÍNTESE	INTERPRETA	A	B	C	TEMPO TOTAL
22	25/6/2005	Investigação do governo sobre o IRB aponta irregularidades	00:03:51	Episódico	Doc-Doc; Doc-Mat; Doc-Art; Doc-Doc; Doc-art; Doc-Art	Esquema no IRB envolve aliados de Jefferson. Eles favoreceram corretoras	Responsabilização		00:00:23	00:00:17	00:04:31
23	18/7/2005	Dinheiro para PT e aliados saiu com a ajuda de contratos de estatais; Valério foi o autor do empréstimo com a ajuda de Delúbio	00:02:48	Responsabilização	Doc-Doc; Doc-Doc	Empréstimos de Valério e Delúbio para o PT e aliados é irregular	Responsabilização	00:00:36			00:03:24
24	18/7/2005	Repercussão no PT da entrevista de Delúbio e Valério	00:01:34	Dramático		Figuras importantes do PT indignadas	Dramático	00:01:08	00:00:02	00:00:12	00:02:56
25	18/7/2005	Documentos de Valério apreendidos	00:00:15	Episódico		Valério sob suspeita	Responsabilização				00:00:15
26	18/7/2005	Sessão do Congresso discute instalação da CPI do Mensalão	00:00:20	Episódico		CPI vai investigar as denúncias de Roberto Jefferson	Presunção de Crime				00:00:20
27	19/7/2005*	Silvio Pereira, acusado por Jefferson, depõe na CPI	00:02:19	Responsabilização	Doc-Mat; Doc-Mat; Doc-Mat	Silvio Pereira mentiu	Responsabilização	00:00:15	00:01:28		00:04:02
28	19/7/2005	Bens de Silvio Pereira e relação com a GDK	00:03:13	Responsabilização	Doc-Mat; Doc-Art; Doc-Fita	Silvio Pereira tem bens acima da sua renda	Responsabilização	00:00:39	00:00:12	00:00:36	00:04:40
29	19/7/2005	Versão de Delúbio e Valério deixa em aberto envolvimento de Dirceu; Contratos de Valério com o governo favorece Valério	00:02:00	Responsabilização	Doc-Art; Doc-Mat; Doc-Mat; Doc-Art; Doc-Art; Doc-Doc	Qual o grau de conhecimento de Dirceu sobre o esquema? Empréstimos e contratos de Valério com bancos e governo são incompatíveis	Responsabilização	00:00:29	00:00:13	00:01:09	00:03:51
30	19/7/2005	Valério entrega lista dos sacadores	00:04:25	Episódico	Doc-Doc; Doc-Doc; Doc-Doc; Doc-Doc; Doc-Doc; Doc-Doc	Mensalão existiu, vários deputados sacaram dinheiro das contas de Valério	Responsabilização	00:00:30		00:00:16	00:05:11

No.	DATA	ASSUNTO	OFF	NOTICIOSO	RECURSOS	SÍNTESE	INTERPRETA	A	B	C	TEMPO TOTAL
31	19/7/2005	Investigações vão para o STF	00:01:44	Episódico		Marcos Valério age para barrar as investigações	Responsabilização			00:00:28	00:02:12
32	20/7/2005	Delúbio depõe na CPI dos Correios	00:04:34	Responsabilização		Delúbio Soares cometeu crimes	Responsabilização	00:01:42	00:00:18	00:01:14	00:07:48
33	20/7/2005	Denúncia de Land Rover repercute no PT	00:02:35	Responsabilização	Doc-Doc; Doc-Mat; Doc-Doc; Doc-Art	Silvio Pereira cometeu grave crime	Responsabilização	00:01:48			00:04:23
34	21/7/2005	Bloqueio da conta da mulher de Valério provoca um tiroteio de notas entre publicitário e banco	00:03:00	Responsabilização	Doc-Doc; Doc-Mat; Doc-Art	Milhões de saques nas contas de Valério e contradição nas versões sobre atuação da mulher de Valério	Responsabilização	00:00:39			00:03:39
35	21/7/2005	Mulher de Valério vai depor na CPI; Parlamentares discutem o rumo dos trabalhos da CPI	00:01:08	Episódico		Integrantes divergem sobre trabalhos da CPI	Disputa Política	00:00:50	00:00:13	00:00:27	00:02:38
36	21/7/2005	Oposição também sacou dinheiro nas contas de Valério	00:03:54	Responsabilização	Doc-Art; Doc-Art; Doc-Doc; Doc-Doc; Doc-Mat	Transações mostram a existência do mensalão	Responsabilização	00:01:26	00:00:07	00:00:12	00:05:39
37	21/7/2005	Oposição pede suspensão de fundo partidário do PT	00:01:26	Dramático		PT está na penúria financeira e ainda terá que afastar integrantes	Dramático	00:00:45	00:00:19		00:02:30
38	21/7/2005	Dirigente petista confirma caixa dois no Maranhão	00:00:22	Episódico		PT fez caixa dois em 2002	Responsabilização				00:00:22
39	21/7/2005	Novas pitas sobre dólares na cueca	00:01:37	Responsabilização	Doc-Mat; Doc-Art; DocArt	Dinheiro pode ter saído de corrupção em estatais	Responsabilização	00:00:17	00:00:17		00:02:11
40	21/7/2005	Confusão em versão apresentada na CPI por ex-mulher de Valdmir Costa Neto	00:00:21	Episódico		Malas com e sem dinheiro no congresso	Responsabilização	00:00:54		00:00:19	00:01:34

No.	DATA	ASSUNTO	OFF	NOTICIOSO	RECURSOS	SÍNTESE	INTERPRETA	A	B	C	TEMPO TOTAL
41	21/7/2005	Empresário confirma que deu carro para Silvio Pereira	00:02:42	Responsabilização	Doc-Doc; Doc-Mat; Doc-Doc; Doc-Art	Silvio Pereira fazia tráfico de influência entre empresas privadas e o governo	Responsabilização	00:00:48	00:00:10		00:03:40
42	22/7/2005	Novas pistas sobre dolares na cueca	00:02:20	Responsabilização	Doc-Doc; Doc-Art	José Adalberto e o Advogado Quenede Moura envolvidos no esquema de desvio de recursos de obras públicas	Responsabilização	00:00:36	00:00:25		00:03:21
43	23/7/2005	Dificuldades da investigação da CPI; Empresas privadas abasteceram as contas de Marcos Valério; Matéria diz que presidente da CPI dos Mensalão recebeu dinheiro	00:02:00	Episódico	Doc-Doc-Doc-Mat-Doc-Doc	Marcos Valérios recebeu recursos de empresas privadas e repassou a candidatos	Responsabilização	00:00:35	00:00:23	00:01:04	00:04:02
44	8/8/2005	Contas de Valério no exterior; Dificuldades para investigar	00:01:38	Responsabilização	Doc-Art	Marcos Valério operou em paraídos fiscais e Coaf não conseguiu descobrir a tempo	Responsabilização	00:00:08		00:00:07	00:01:53
45	8/8/2005	Jefferson acusa o governo federal de estar envolvido no esquema, mas isenta Lula	00:00:45	Episódico		Lula não está envolvido, mas há mais funcionários no esquema de corrupção	Responsabilização	00:01:03	00:00:29		00:02:17
46	8/8/2005	PT está dividido sobre o destino dos envolvidos nas denúncias. Época mostra que Tarso Genro pode ter beneficiado empresas	00:01:37	Dramático	Doc-Mat	Petistas não sabem o que fazer, e denúncias contra integrantes do PT não param	Dramático	00:00:46	00:00:14		00:02:37
47	9/8/2005	Valério depõe na CPI, diz que pegou empréstimos para o PT e que Dirceu deu aval para o negócio	00:03:01	Responsabilização		Esquema de Valério é antigo e envolve Dirceu, menos Lula	Responsabilização	00:01:39	00:01:06		00:05:46
48	9/8/2005	Valério cobrava comissão de empresas por serviços estatais	00:02:10	Responsabilização	Doc-Doc; Doc-Doc	Dinheiro de corrupção alimentou caixa dois de Valério	Responsabilização	00:00:41			00:02:51
49	10/8/2005	Deputado do PT recebeu lista de Valério e causa confusão na CPI; Sócio de Valério depõe na CPI	00:01:28	Episódico		Deputado do PT envolvido em farsa de Valério	Responsabilização	00:00:54		00:01:24	00:03:46

No.	DATA	ASSUNTO	OFF	NOTICIOSO	RECURSOS	SÍNTESE	INTERPRETA	A	B	C	TEMPO TOTAL
50	11/8/2005	Duda Mendonça confessa ter recebido dinheiro de Valério no exterior	00:03:38	Episódico		PT, Valério e Delúbio armaram esquema de envio de dinheiro para o exterior	Responsabilização	00:01:19	00:00:23	00:00:26	00:05:46
51	11/8/2005	Valério depõe na CPI do Mensalão e diz que Duda deve explicações	00:01:22	Episódico		Valério e Duda Mendonça fizeram transações financeiras em 2002. Valério não deve ser o único envolvido	Responsabilização	00:00:40		00:00:10	00:02:12
52	11/8/2005*	Oposição quer ouvir Paulo Okamoto que pagou empréstimo do PT ao presidente Lula	00:01:32	Episódico	Doc-Doc	Governo e oposição em lados opostos sobre versão de Paulo Okamoto	Disputa Política		00:00:05	00:00:42	00:02:19
53	5/9/2005*	CPI vai pedir indiciamento de ex-diretores de estatal	00:00:20	Episódico		Encontradas irregularidades nos Correios	Responsabilização				00:00:20
54	6/9/2005	Processos de cassação atrasados	00:01:16	Episódico		Demora na abertura do processo de cassação dos mandatos	Pizza	00:00:25			00:01:41
55	6/9/2005	MP tem relatório com as remessas de dinheiro para as contas de Duda Mendonça no exterior	00:01:45	Responsabilização	Doc-Mat; Doc-Doc	Duda Mendonça movimentou dinheiro recebido do PT no exterior	Responsabilização	00:00:05			00:01:50
56	7/9/2005	CPI já analisou mais de 2 milhões de ligações telefônicas	00:01:38	Responsabilização	Doc-Art	Valério, Delúbio e Jefferson tinham praticaram tráfico de influência	Responsabilização	00:00:30	00:00:11		00:02:19
57	8/9/2005	Maurício Marinho é demitido por justa causa	00:00:31	Responsabilização	Doc-Mat	Comprovado o crime de Marinho	Responsabilização				00:00:31
58	8/9/2005	Corregedoria envia para a Mesa Diretora o nome de 18 deputados acusados de participar do mensalão	00:01:31	Episódico	Doc-Art	Mesmo com críticas, relatório aponta o envolvimento de deputados em casos de corrupção	Responsabilização	00:00:13	00:00:13		00:01:57

No.	DATA	ASSUNTO	OFF	NOTICIOSO	RECURSOS	SÍNTESE	INTERPRETA	A	B	C	TEMPO TOTAL
59	7/11/2005	Dirceu entra com recurso contra cassação	00:00:19	Episódico		Deputado tenta evitar perda de mandato	Dramático				00:00:19
60	7/11/2005	Objeto estranho é encontrado no gabinete do presidente da Comissão de Ética	00:00:20	Episódico		Responsáveis pelas investigações correm risco	Presunção de Crime				00:00:20
61	7/11/2005	CPI vai pedir indiciamento de Valério e Delúbio	00:00:48	Responsabilização		Contratos de Valério com empresas privadas também estão sob suspeita	Responsabilização	00:00:29			00:01:17
62	8/11/2005	Ministério da Justiça envia documentos sobre contas de Duda Mendonça no exterior	00:00:21	Episódico		Duda Mendonça recebeu dinheiro ilegalmente no exterior	Responsabilização				00:00:21
63	8/11/2005	Deputado Ronivon Santiago depõe na CPI do Mensalão	00:00:29	Episódico		Deputado já esteve envolvido em outros esquemas de corrupção	Responsabilização				00:00:29
64	8/11/2005	Mulheres de ex-prefeitos do PT depõem na CPI dos Bingos	00:00:58	Responsabilização		Havia corrupção na prefeitura do PT	Responsabilização				00:00:58
65	9/11/2005	Ex-ministro admite caixa dois	00:01:16	Responsabilização		Adalto praticou crime e corrupção é prática em campanhas eleitorais	Responsabilização	00:01:50		00:00:15	00:03:21
66	9/11/2005	CPI recebe da Receita Federal nota fiscal fria da DNA Propaganda	00:01:57	Responsabilização	Doc-Doc	Valério recebeu de estatais sem prestar serviços	Responsabilização	00:00:18	00:00:15		00:02:30
67	10/11/2005	CPI pede indiciamento de Valério e Delúbio Soares; empréstimos para o PT foram forjados	00:01:29	Responsabilização	Doc-Doc	Empréstimos de Valério ao PT foram forjados com a ajuda de funcionários de estatais	Responsabilização	00:00:19		00:00:21	00:02:09
68	10/11/2005	Burati e Poletto prestam depoimento na CPI	00:02:04	Responsabilização	Doc-Mat	Versões sobre dinheiro de Cuba para o PT	Presunção de Crime	00:01:15			00:03:19
69	12/11/2005	Época: ex-superintendente de banco diz que empréstimo ao PT foram de fachada	00:02:22	Responsabilização	Doc-Mat; Doc-Doc	Esquema serviu para forjar empréstimos ao PT	Responsabilização	00:01:24	00:00:50		00:04:36

TABELA 2: Relação de matérias sobre o presidente Lula nas cinco semanas analisadas e os enquadramentos identificados

No.	DATA	ASSUNTO	OFF	NOTICIOSO	RECURSOS	SÍNTESE	INTERPRETA	A	B	C	TEMPO TOTAL
1	21/6/2005	Lula fala em evento em Luziânia e pede que Congresso não pare por causa do trabalho da CPI	00:00:14	Episódico		Governo com autoridade moral e ética para mandar apurar denúncias	Personalista	00:02:11			00:02:25
2	23/6/2005	Lula cancela viagem e prepara reforma ministerial	00:00:15	Episódico		Lula como negociador da organização do governo	Personalista				00:00:15
3	24/6/2005	Lula oferece quatro ministérios ao PMDB	00:02:19	Episódico		Lula como negociador da organização do governo	Personalista	00:00:56			00:03:15
4	7/7/2005	Lula fala em rede nacional	00:00:34	Episódico	Doc-Art	Decidido a manter a política econômica, Lula descarta acordo pela impunidade e quer consolidar a Democracia no país	Personalista	00:02:33			00:03:07
5	18/7/2005	Entrevista de Lula a repórter na França	00:02:39	Responsabilização	Doc-Mat; Doc-Mat; Doc-Mat	Versão de Lula de Caixa Dois é igual a de Valério e Delúbio	Responsabilização	00:01:47			00:04:26
6	18/7/2005	Repercussão da entrevista de Lula	00:00:53	Responsabilização		Lula envolvido com armação da versão do Caixa Dois do PT que é crime	Responsabilização	00:01:04	00:00:34	00:00:57	00:03:28
7	19/7/2005	Novo coordenador político de Lula toma posse	00:00:37	Episódico		Lula como negociador político	Personalista				00:00:37
8	20/7/2005	Lula visita Miguel Araes	00:00:12	Episódico		Lula solidário	Personalista				00:00:12
9	21/7/2005	Lula empossa novos ministros	00:02:27	Episódico		Lula como autoridade política	Personalista	00:00:40			00:03:07
10	22/7/2005	Lula, no Rio de Janeiro, defende CPI	00:00:08	Episódico		Lula atento aos rumos da nação durante a crise	Personalista	00:00:56			00:01:04

No.	DATA	ASSUNTO	OFF	NOTICIOSO	RECURSOS	SÍNTESE	INTERPRETA	A	B	C	TEMPO TOTAL
11	22/7/2005	Lula, no Rio de Janeiro, fala de ética e elites brasileiras	00:00:07	Episódico		Lula como homem simples, e com história de honestidade	Personalista	00:00:56			00:01:03
12	23/7/2005	Lula discursa em posse de diretoria de sindicato dos metalúrgicos	00:00:24	Episódico		Lula como homem simples, vencedor e com história de honestidade	Personalista	00:00:25			00:00:49
13	8/8/2005	Lula responde à críticas no programa Café com o Presidente	00:00:30	Episódico	Doc-Art	Lula viaja muito durante a crise	Eleitoral	00:00:24			00:00:54
14	9/8/2005	Lula envia carta à CNBB	00:00:34	Episódico		Viagens não são antecipação de campanha	Eleitoral				00:00:34
15	10/8/2005	Lula inaugura hospital em Tocantins	00:00:29	Episódico		Lula: presidente candidato	Eleitoral	00:00:17			00:00:46
16	12/8/2005	Revista Época: PT pagou 10 milhões por aliança com o PL e Lula sabia do acordo	00:02:46	Responsabilização	Doc-Mat; Doc-Doc	Complica situação do presidente Lula	Responsabilização	00:01:37	00:00:15		00:04:38
17	12/8/2005	Lula pede desculpas à nação	00:01:00	Episódico		Lula está indignado	Personalista	00:06:10			00:07:10
18	13/8/2005	Petistas dão outra versão para reunião com dirigentes do PL	00:01:57	Responsabilização	Doc-Mat; Doc-Doc	Complica situação do presidente Lula	Responsabilização	00:00:46	00:00:17		00:03:00
19	13/8/2005	Lula joga futebol	00:00:15	Episódico		Vida volta ao normal na Granja do Torto	Trivialização				00:00:15

No.	DATA	ASSUNTO	OFF	NOTICIOSO	RECURSOS	SÍNTESE	INTERPRETA	A	B	C	TEMPO TOTAL
20	5/9/2005	Lula bate tambor para líder africano	00:00:17	Episódico		Lula tranqüilo	Personalista				00:00:17
21	7/9/2005	Lula participa do Sete de Setembro; público faz protesto	00:02:02	Episódico		População vaia, está descontente com os escândalos	Responsabilização				00:02:02
22	8/9/2005	Lula inaugura rodovia no Peru	00:01:24	Episódico		Governo Lula integrador da América do Sul	Personalista	00:00:06			00:01:30
23	10/9/2005	Lula viaja para Guatemala	00:00:17	Episódico		Lula em evento de ação social	Personalista				00:00:17
24		Lula recebe Bush na Granja do Torto	00:01:24	Episódico		Lula como liderança política	Personalista	00:00:11		00:00:07	00:01:42
25	8/11/2005	Lula concede entrevista ao Programa Roda Viva	00:01:20	Episódico		Lula reconhece sua responsabilidade, e condena atos de corrupção como o caixa dois do PT	Personalista	00:06:11			00:07:31
26	10/11/2005	Lula pede fim da divergência entre Dilma e Palocci	00:02:16	Episódico		Lula trabalha para reduzir crise por causa da presença de Palocci	Personalista	00:01:04			00:03:20
27	11/11/2005	Governo não consegue impedir prorrogação de CPI	00:01:31	Episódico		Lula se contradiz e opera nos bastidores para impedir CPI	Responsabilização	00:00:32	00:00:10		00:02:13